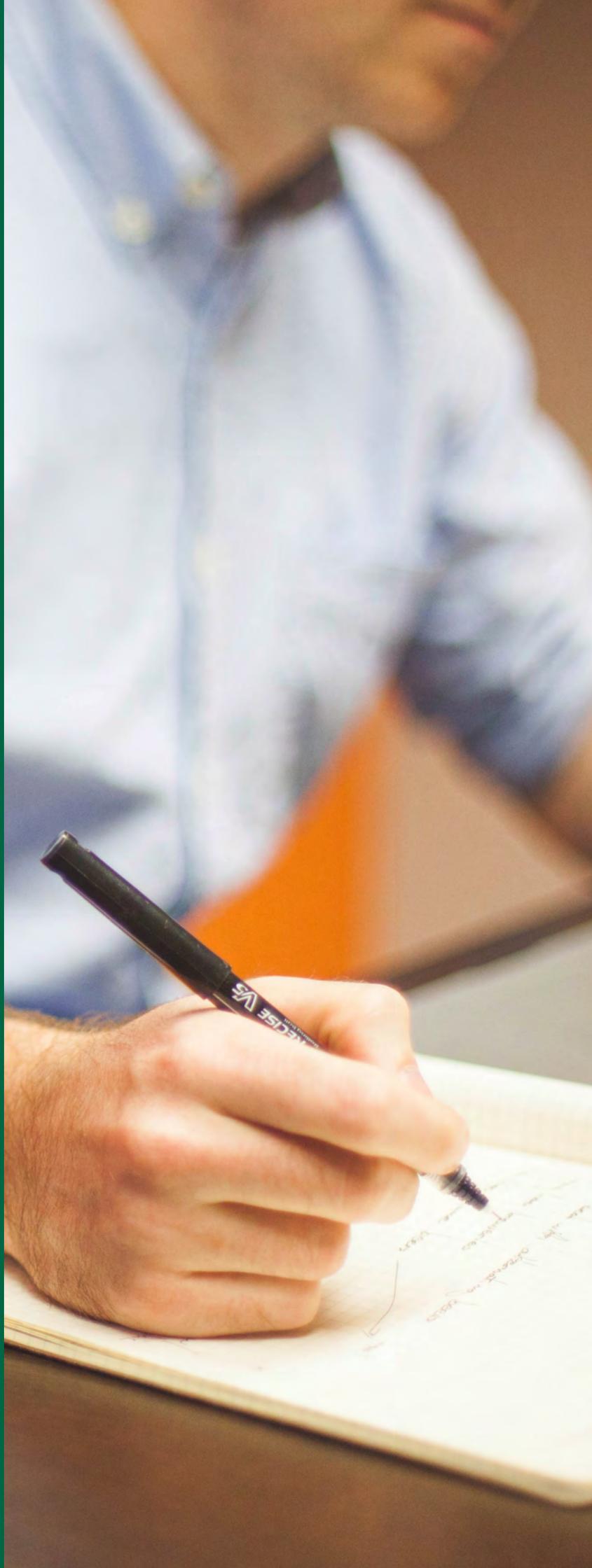


Algarve

2014 - 2020

Diagnóstico e estratégia

Inclusão Social e Emprego



Ficha Técnica

Título:

Algarve 2014 – 2020. Diagnóstico e Estratégia. Inclusão Social e Emprego

Autoria:

IESE - Instituto de Estudos Sociais e Económicos

Coordenação:

António Oliveira das Neves

Edição:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

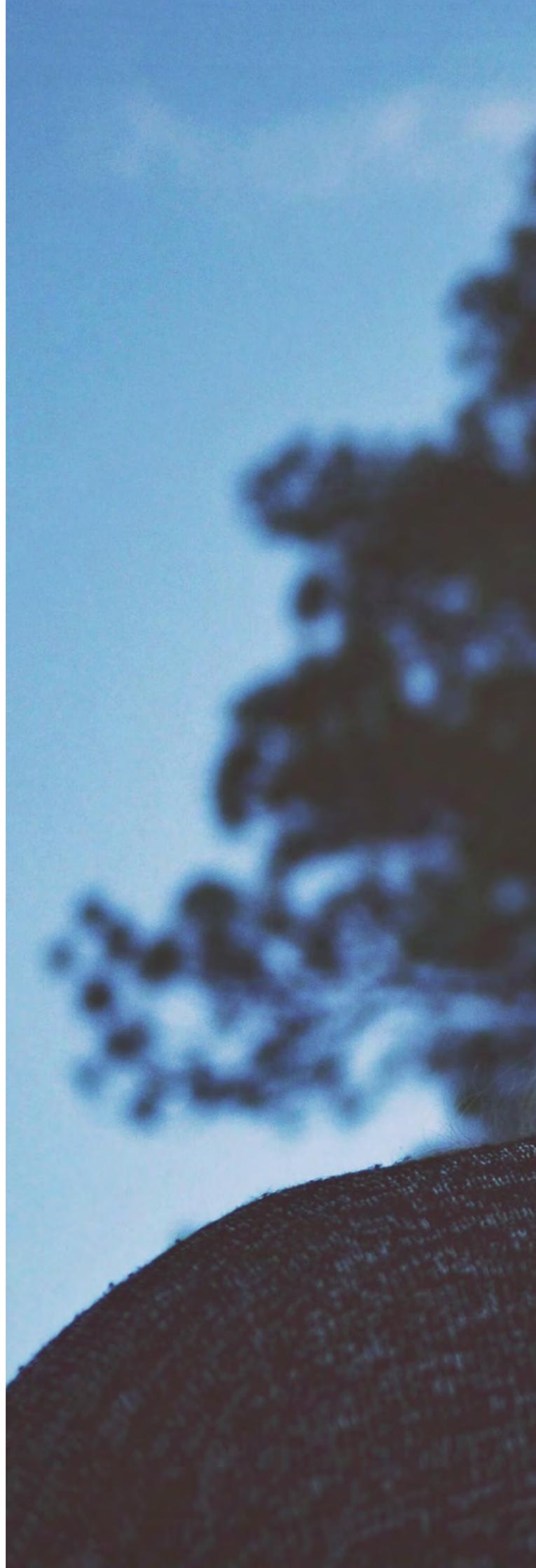
Design e paginação:

Letras Generosas, Lda (ETIC_Algarve)

Faro, Setembro 2015

Estudo Financiado pelo POAT no âmbito da candidatura nº ATFDR-01-0273-FEDER-000053

Reprodução autorizada, exceto para fins comerciais, com indicação da fonte.





Índice

Nota Introdutória

Apresentação	6
1. Inclusão Social e Emprego – Visão Compreensiva	8
1.1. Elementos de Diagnóstico socio-territorial	9
1.2. Balanço das estratégias e intervenções e dos resultados das políticas públicas	19
1.3. Matriz SWOT	33
2. Modelo Territorial de Intervenção	36
2.1. Abordagem prospetiva – Cenários contrastados	37
2.2. Enquadramento da Inclusão Social e Emprego nos referenciais estratégicos regionais	41
2.3. Desafios e Pressupostos de intervenção	52
3. Prioridades de Intervenção	54
3.1. Eixos Estruturantes	55
3.2. Programação estratégica e operacional das intervenções	57
3.3. Enquadramento de financiamento	72
4. Governação e Monitorização	76
4.1. Pressupostos de intervenção	77
4.2. Parcerias e lideranças	78
4.3. Monitorização e Avaliação	82

Índice Tabelas

Tabela 1 – Evolução das taxas de variação da população intra-censitárias,1950-2011 (%)	9
Tabela 2 – Indicadores Demográficos	10
Tabela 3 – Indicadores de Escolaridade	11
Tabela 4 – Lista de Escolas TEIP no LAgrave	11
Tabela 5 – Abrangidos em Programas e Medidas do IEPF (acumulado Dezembro de 2013)	12
Tabela 6 – Dados do desemprego, em Março de 2014	15
Tabela 7 – Elementos de caracterização dos Territórios de Baixa Densidade e nos Territórios Urbanos do Litoral	17
Tabela 8 – Tabela 8. Eixos de Intervenção da RREGA	19
Tabela 9 – Aspectos positivos da RRE-GA e fatores de risco no desenvolvimento das RRE	20
Tabela 10 – Aspectos positivos da atividade das Redes Sociais	22
Tabela 11 – Aspectos positivos da atividade das Redes Sociais	23
Tabela 12 – Ano de Adesão dos concelhos da Região do Algarve à Rede Social	24
Tabela 13 – Síntese dos CLDS existentes na Região Algarve	25
Tabela 14 – Síntese dos CLDS criados na Região Algarve pós incêndio de 2012	26
Tabela 15 – Síntese dos CLDS + existentes na Região Algarve	27
Tabela 16 – Rede PIEF na Região Algarve, 2013/2014	28
Tabela 17 – Projetos aprovados pelo PO Algarve 21 (28 de fevereiro de 2014)	31
Tabela 18 – Projetos aprovados pelo POPH por Tipologia de Intervenção (31 de dezembro de 2013)	32
Tabela 19 – Matriz SWOT – Pontos Fortes e Fracos	33
Tabela 20 – Matriz SWOT – Oportunidades e Ameaças	34
Tabela 21 – Cenários constatados de desenvolvimento no domínio da inclusão social e do emprego	38
Tabela 22 – Comparação Tipologias de Intervenção POPH vs CRESC Algarve 2020	43
Tabela 23 – Exemplos de intervenções contempladas no CRESC Algarve 2020, não abrangidas no POPH Eixo Algarve	44
Tabela 24 – Matriz de Coerência dos Projetos Estruturantes com os Eixos Prioritários e Prioridades de Investimento do CRESC Algarve 2020	47
Tabela 25 – Exemplos de ações a contemplar no Pacto Territorial para a Empregabilidade do Algarve, por Prioridade de Investimento	72
Tabela 26 – Exemplos de ações a contemplar no Pacto Territorial para a Inclusão Social do Algarve, por Prioridade de Investimento	74
Tabela 27 – Exemplos de ações a contemplar no Pacto Territorial para a Inclusão Social do Algarve, por Prioridade de Investimento	75
Tabela 28 – Estrutura de Governação da Estratégia	79



Nota Introdutória

O documento que agora se publica faz parte de um conjunto de estudos setoriais, cofinanciados pelo PO Assistência Técnica (FEDER), que a CCDR Algarve encomendou a especialistas externos.

Pretendeu-se, através dos diferentes estudos, melhorar o conhecimento e fazer o ponto de situação de algumas temáticas estruturantes: Inclusão e Emprego, Sustentabilidade Energética, Intervenção em Territórios de Baixa Densidade, Política de Cidades e Mobilidade e Acessibilidades. Nesse âmbito, tornou-se indispensável ouvir os atores regionais relevantes e assegurar propostas e caminhos de intervenção que suportassem a decisão, nomeadamente no quadro das intervenções a operacionalizar no contexto do novo período de programação de fundos comunitários para 2014-2020.

O vasto conjunto de informação recolhido e os caminhos propostos por cada equipa de trabalho não se esgotam no presente ciclo de programação e muitas vezes recomendam orientações que não visam o financiamento disponível, mas que abrangem outros âmbitos estratégicos e de planeamento operacional e territorial em que a CCDR Algarve tem competências enquanto agente coordenador do desenvolvimento na Região do Algarve.

Nesse sentido, entendeu-se que os estudos realizados mereciam uma ampla divulgação e que, a par das sessões públicas já organizadas, deve lançar-se o debate regional sobre os temas referidos, tendo como referencial a informação agora disponibilizada.



David Jorge Mascarenhas dos Santos

(Presidente da CCDR Algarve/ Gestor do CRESC ALGARVE 2020)

Apresentação

Os domínios estratégicos de trabalho técnico fixados nos Termos de Referência do **Estudo de Diagnóstico e Estratégia 2014-2020: Inclusão Social e Emprego** traduzem um equilíbrio exigente entre as seguintes vertentes:

- Diagnóstico suportado na análise e reconsideração crítica de estratégias e modelos de intervenção em gerações anteriores de programação dos Fundos Estruturais.
- Prioridades de Intervenção com aproximação às políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento regional integrado e para a coesão territorial.
- Modelo de governação e instrumentos de monitorização.

O Relatório Final do Estudo de Diagnóstico e Estratégia 2014-2020 referente à **Inclusão Social** e ao **Emprego** posiciona-se num patamar de construção de respostas a esses domínios estruturantes dos Termos de Referência, tendo o Documento sido elaborado na sequência do processamento de um vasto conjunto de informação empírica, com várias origens:

- Análise documental de documentos com relevância para:
 - o domínio da Inclusão Social e do Emprego (p.ex., Diagnósticos Sociais e Planos de Desenvolvimento Social elaborados no âmbito das Redes Sociais concelhias e Avaliação do Programa da Rede Social);

- a contextualização estratégica das intervenções à luz dos referenciais regionais no horizonte 2020 (*Plano de Ação Regional, Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2014-2020- Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, Estratégia de Especialização Inteligente Regional e Programa Operacional Regional CRESC Algarve 2020*);
- Tratamento de informação estatística convencional produzida pelo sistema estatístico nacional (p.ex., Censos, Quadros de Pessoal, Anuário Regional, Estatísticas do IEFP, da Segurança Social e do Ministério da Educação e Ciência);
- Análise de informação de execução de instrumentos de política com relevância para o domínio da Inclusão Social e do Emprego, obtida através dos sistemas de informação do Programa Operacional Algarve 21 e do Programa Operacional do Potencial Humano;
- Entrevistas a diversas entidades que desenvolvem trabalho técnico de regulação e intervenção de terreno no domínio da inclusão social e do emprego, nomeadamente: Direções Regionais, Organismos desconcentrados da Administração Central, Municípios, Associações de Desenvolvimento, entidades do terceiro setor com atuação em domínios diversificados. ¹

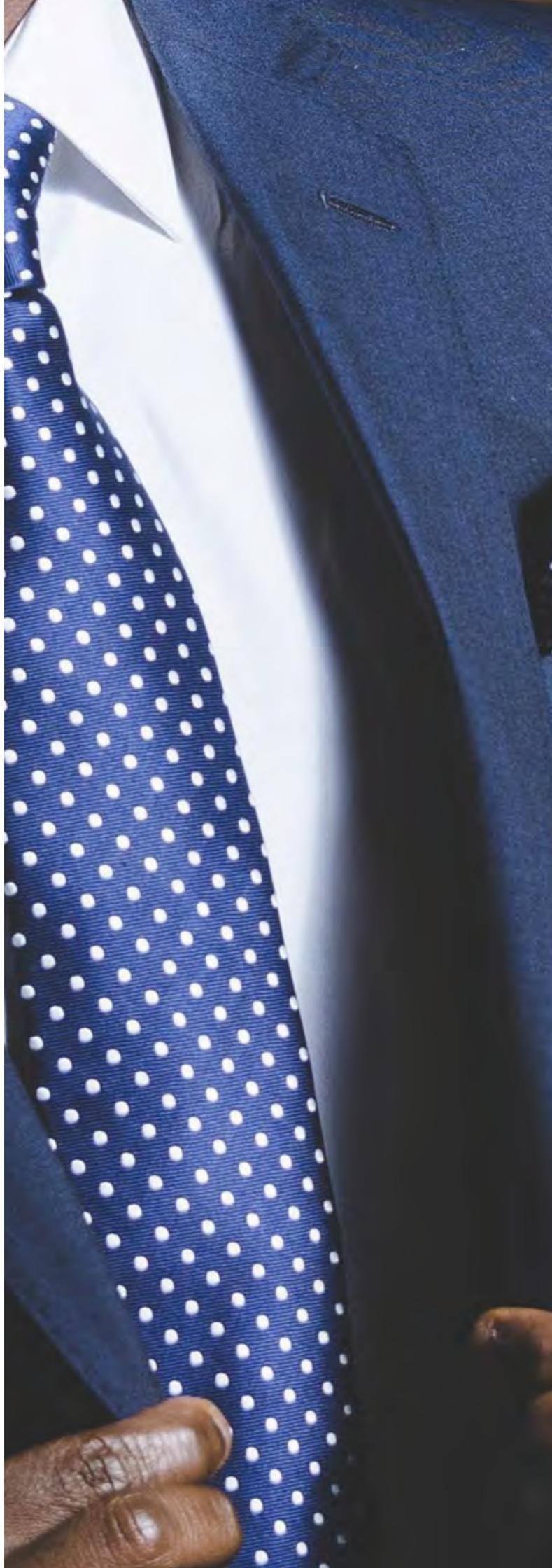
¹ Organismos desconcentrados da Administração Central [Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços da Região Algarve; Delegação Regional do IEFP; Centro Distrital de Faro da Segurança Social; Direção Regional de Economia do Algarve]; IPSS e entidades da economia social [Cáritas Algarve; Refúgio Aboim Ascensão; MAPS - Movimento de apoio à Problemática da Sida; Fundação Irene Rolo; Banco Alimentar - Algarve; CASA - Centro de Apoio aos Sem Abrigo]; Associações de Desenvolvimento Local e Outras: [Associação In Loco; Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste; ODIANA - Associação para o Desenvolvimento do Baixo Guadiana;

Alcance - Associação para o Desenvolvimento do Nordeste Algarvio; Agência de Desenvolvimento do Barlavento; Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico da C.M. Monchique]; Associações Empresariais [NERA - Núcleo Empresarial da Região do Algarve; ANJE Algarve; CEAL - Confederação dos Empresários do Algarve; AHISA - Associação dos Hotéis e Similares de Hotelaria do Algarve; AHETA - Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve; ACRAL - Associação de Comércio e Serviços da Região do Algarve]; Professor António Covas (Universidade do Algarve).

Acresce, ainda, a apreciação técnica por parte do Grupo de Acompanhamento do Estudo/CCDR Algarve a qual contribuiu para o enriquecimento e validação gradual dos Documentos intermédios.

O Relatório Final desenvolve-se em torno do conjunto de objetivos que estrutura o Estudo e que evolui do Diagnóstico e do balanço dos instrumentos de política usados, *lato sensu*, na última década, para um breve enunciado de cenários de evolução que suporta a identificação de desafios e de prioridades de intervenção, no horizonte de 2020.

- **Capítulo 1. Inclusão Social e Emprego – Visão compreensiva**, que compreende: (1) a sistematização dos principais elementos de diagnóstico socioeconómico e territorial; (2) o balanço das estratégias e intervenções e dos resultados dos instrumentos de políticas públicas; e (3) a construção de uma Matriz SWOT da Região no domínio da Inclusão Social e do Emprego.
- **Capítulo 2. Modelo Territorial de Intervenção**, que contempla: (1) um breve exercício de prospetiva organizado em torno de três cenários contrastados de desenvolvimento; (2) o enquadramento da Inclusão Social e Emprego nos referenciais estratégicos regionais; e (3) o enunciado de desafios e pressupostos de intervenção.
- **Capítulo 3. Prioridades de Intervenção**, que inclui: (1) os Eixos estruturantes de intervenção no domínio da Inclusão Social e do Emprego; (2) a apresentação dos Instrumentos de Programação Estratégica (Iniciativas Âncora); e (3) o enquadramento do Financiamento destes instrumentos.
- **Capítulo 4. Governação e Monitorização**, que compreende o enunciado: (1) das Parcerias e Lideranças a estabelecer; e (2) dos Instrumentos de Monitorização.



01

**Inclusão social e emprego
- visão compreensiva**



Este Ponto de Diagnóstico, mais do que uma descrição exaustiva e detalhada da Região do Algarve, pretende sistematizar um conjunto de informação de diagnóstico em domínios relevantes para compreender as dinâmicas socioeconómicas em presença, bem como a expressão territorial das dimensões da Inclusão Social e do Emprego.

• Dinâmica Demográfica

Ao longo das últimas décadas o Algarve tem evidenciado algum dinamismo demográfico, observando desde a década de 70 aumentos sucessivos na população residente, contabilizando, em 2011, cerca de 450 mil habitantes, o que representa um acréscimo de 14,1 % face a 2001. Este dinamismo resulta, sobretudo, de uma capacidade de atração de novos residentes, parte dos quais estrangeiros, assim como, de um saldo fisiológico positivo na maioria dos concelhos.

Esta realidade esconde, contudo, dinâmicas intrarregionais bastante diferenciadas destacando-se:

- **Concelhos com perdas persistentes de população** nas últimas décadas, caso de Alcoutim e Monchique, que são dos concelhos do País com maiores variações negativas da população residente no último período intra-censitário. Estes são, também, os concelhos da Região que têm menores densidades populacionais e valores mais negativos nos indicadores demográficos

(índice de envelhecimento, taxa de natalidade, saldo migratório,...). Trata-se de concelhos onde se verifica uma crescente desertificação humana fruto e incapacidade de regeneração da população.

- **Concelhos com reduzido dinamismo demográfico**, onde as perdas de população são pouco acentuadas ou que têm conseguido manter e até atrair alguma população, mas com baixas densidades demográficas, níveis acentuados de envelhecimento e baixas taxas de natalidade. Nesta situação, encontram-se Vila do Bispo, Aljezur, Castro Marim e São Brás de Alportel.
- **Concelhos que possuem frente litoral**, mas que se estendem consideravelmente para o Interior, como Tavira, Silves e Loulé, conjugando freguesias com dinâmicas demográficas positivas, com outras com características de baixa densidade, fortemente envelhecidas.
- **Concelhos do litoral**, com uma dinâmica demográfica bastante positiva (Albufeira, Faro, Lagoa, Lagos, Olhão, Portimão e Vila Real de Sto. António), que têm demonstrado capacidade de regenerar a sua população e também de atrair novos residentes. Estes Concelhos apresentam elevadas densidades populacionais, assim como maior índice de natalidade; inversamente, o índice de envelhecimento é mais reduzido.

	1950/60	1960/70	1970/81	1981/91	1991/01	2001/11
Albufeira	-6,9	-13,2	34,7	21,7	50,6	29,4
Alcoutim	-14,1	-25,5	-23,9	-13,1	-17,5	-22,6
Aljezur	0,6	-22,2	-20,1	-1,0	5,6	11,3
Castro Marim	1,9	-28,8	2,6	-6,8	-3,1	2,3
Faro	5,6	-14,4	47,7	12,5	14,4	11,2
Lagoa	1,2	-4,3	18,0	7,3	23,1	11,3
Lagos	3,5	-3,0	19,0	9,3	18,0	22,2
Loulé	-11,4	-20,1	22,1	5,8	27,0	19,4
Monchique	0,8	-18,8	-19,9	-23,9	-4,6	-13
Olhão	-3,2	-16,1	33,5	6,5	10,9	11,2
Portimão	1,9	6,0	34,7	12,7	15,4	24,1
São Brás de Alportel	-5,6	-18,1	1,2	0,3	33,3	6,3
Silves	-11,5	-22,8	21,9	4,9	2,8	9,7
Tavira	-9,3	-17,5	7,4	1,0	0,6	4,7
Vila do Bispo	-2,6	-9,4	5,1	1,1	-7,2	-1,7
Vila Real de Santo António	4,3	-10,0	21,1	-11,9	24,7	6,7
Algarve	-4,1	-14,9	20,7	5,5	15,8	14,1

Tabela 1. Evolução das taxas de variação da população intra-censitárias, 1950-2011 (%)

Fonte: Cálculos Próprios, com base em INE, Censos - séries históricas e Estimativas Anuais da População Residente.

	Var. 01-11 (%)	Dens. Pop. (Hab./km ²)	Taxa Cresc. Efetivo (%)	Taxa Cresc. Natural (%)	Taxa Cresc. Migratório (%)	Taxa Bruta Natalidade (%)	Taxa Bruta Mortalidade (%)	Taxa Fecundidade Geral (%)	Índice de Envelhecimento	Índice Dependência de idosos
Portugal	1,8	113,7	-0,52	-0,17	-0,36	8,5	10,2	36,3	131,1	29,4
Algarve	14,1	88,9	-0,39	-0,15	-0,24	9,3	10,9	40,3	127,8	30,7
Albufeira	29,4	285,7	-0,40	0,28	-0,68	10,6	7,8	41,2	85,7	21,1
Faro	11,2	308,6	-1,42	0,03	-1,45	10,0	9,7	41,7	123,0	28,4
Lagoa	11,3	258,2	-0,07	-0,17	0,10	8,6	10,3	36,5	116,2	28,3
Lagos	22,2	144,5	-0,09	-0,10	0,01	9,0	10,0	38,8	117,8	30,0
Olhão	11,2	345,5	0,13	-0,03	0,16	10,2	10,5	42,3	109,0	27,8
Portimão	24,1	303,2	-0,10	-0,07	-0,03	10,0	10,5	42,2	106,0	27,6
VRSA	6,7	311,3	0,12	-0,24	0,36	9,2	11,6	39,7	123,4	29,8
Loulé	19,4	91,3	-0,23	-0,13	-0,11	9,3	10,5	39,5	124,2	29,8
Silves	9,7	54,0	-0,15	-0,31	0,16	9,1	12,2	42,3	159,3	36,4
Tavira	4,7	42,4	-0,41	-0,49	0,08	8,3	13,2	38,8	183,9	40,7
S. Brás	6,3	68,8	-0,06	-0,43	0,37	8,0	12,2	35,2	147,6	34,1
Aljezur	11,3	17,7	-1,09	-0,85	-0,24	8,9	17,4	48,4	233,6	54,1
Castro Marim	2,3	21,9	-0,70	-0,54	-0,15	7,1	12,6	34,3	220,4	45,0
Vila do Bispo	-1,7	29,2	-0,29	-0,63	0,34	6,5	12,8	31,1	213,7	41,1
Alcoutim	-22,6	4,7	-3,28	-2,20	-1,08	5,1	27,1	40,2	581,6	91,6
Monchique	-13,3	14,6	-2,25	-1,43	-0,82	3,8	18,0	21,2	377,2	58,5

Tabela 2. Indicadores Demográficos

Fonte: INE, Indicadores Demográficos.

Não obstante a dinâmica demográfica global registada, observa-se um acentuar da concentração da população nos núcleos urbanos do Litoral e a persistência da regressão prolongada da demografia nos territórios rurais de muito baixa densidade, num contexto de aumento dos níveis de envelhecimento e de diminuição da taxa de natalidade, limitando as condições de regeneração da população.

- **Potencial Humano e Sistema de Educação e Formação**

No potencial humano da Região destacam-se as melhorias significativas nos níveis de habilitações, com o aumento da proporção da população com pelo menos o Ensino Secundário concluído, a par da diminuição do abandono escolar.

Ainda assim, o nível de habilitações da população continua a ser baixo, apresentando a Região valores inferiores à média nacional. As fragilidades dos níveis de habilitação e das competências da população refletem-se nas qualificações da população ativa e da população empregada: os ativos com níveis de habilitação secundária ou superior têm um peso relativamente reduzido, o qual é ainda mais expressivo nos territórios de baixa densidade.

Indicadores		Portugal	Algarve
População residente entre 6 e 15 anos que não frequenta o sistema de ensino		1,61	1,97
Taxa bruta de pré-escolarização		90,9	81,1
Taxa bruta de escolarização	Ensino Básico	117,9	119,1
	Ensino Secundário	124,9	124,3
Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico	Total	9,9	11,5
	1º Ciclo	4,8	6
	2º Ciclo	11,2	14,3
	3º Ciclo	15,6	17,3
Taxa de transição/conclusão no Ensino Secundário	Total	79,9	75,2
	Cursos Gerais/Científico-Humanísticos	77,8	73,8
	Cursos Vocacionais	83,1	77,2

Tabela 3. Indicadores de Escolaridade (%)

Fonte: INE, Anuário Estatístico 2012.

Ao nível das infraestruturas de ensino é de salientar o esforço efetuado de reestruturação e requalificação física e tecnológica da rede de equipamentos públicos, com o encerramento de escolas de 1º ciclo em zonas de baixa densidade e a concentração em centros escolares nos núcleos urbanos, existindo apenas necessidades pontuais de fechamento da rede ao nível do ensino pré-escolar. Face à necessidade de combater os níveis de abandono e insucesso escolar e à existência de escolas em territórios problemáticos, desde 2009, que existem escolas na Região abrangidas pelo Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), uma medida que visa reforçar a intervenção educativa em contextos sociais degradados ou marginalizados, e que tem os seguintes objetivos: (1) melhoria da qualidade das aprendizagens traduzida em sucesso educativo dos alunos; (2) combate ao abandono e insucesso escolar dos alunos; (3) orientação educativa e transição qualificada para a vida ativa;

e (4) papel da escola como elemento central da vida comunitária e, em particular, progressiva coordenação com a ação dos parceiros educativos. Ao longo dos anos, tem-se verificado o alargamento da rede de escolas TEIP e de turmas com Programas Integrados de Educação e Formação ou com percursos curriculares alternativos (p.ex, entre 2009/2010 e 2012/2013 o número de escolas TEIP mais que duplicou passando de 5 para 11; e as turmas PIEF passaram de 10 para 23). De acordo com a informação recolhida nas entrevistas e constante em alguns Diagnósticos e Planos de Desenvolvimento Social conceituados, elaborados no âmbito da Rede Social, existe uma desadequação do sistema de ensino para lidar com alunos com problemas comportamentais, disciplinares e emocionais, sobretudo, pela falta de recursos e quadros técnicos especializados e pelo insuficiente trabalho em rede das instituições de ensino com outro tipo de entidades.

Agrupamento	Concelho	Ano de Integração
Agrupamento de Escolas D. José I	VRSA	2012/2013
Agrupamento de Escolas de Almancil	Loulé	2009/2010
Agrupamento de Escolas de João da Rosa	Olhão	2009/2010
Agrupamento de Escolas de Padre João Cabanita	Loulé	2012/2013
Agrupamento de Escolas de Rio Arade	Lagoa	2009/2010
Agrupamento de Escolas Dr. Alberto Iria	Olhão	2009/2010
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Fernandes Lopes	Olhão	2012/2013
Agrupamento de Escolas Dr. ^a Laura Ayres	Loulé	2012/2013
Agrupamento de Escolas Eng. ^o Nuno Mergulhão	Portimão	2009/2010
Agrupamento de Escolas Júlio Dantas	Lagos	2012/2013
Agrupamento de Escolas Prof. Paula Nogueira	Olhão	2012/2013

Tabela 4. Lista de Escolas TEIP no Algarve

Fonte: Site da Direção Geral de Educação, <http://www.dgidec.min-edu.pt/teip/index.php>.

A formação técnica, profissional e tecnológica é assegurada por uma rede diversificada de entidades públicas e privadas que proporcionam alguma heterogeneidade de formações em diversas modalidades: Ensino Profissional, Cursos de Especialização Tecnológica, Sistema de Aprendizagem, Cursos de Educação Formação de Jovens, Cursos de Educação e Formação de Adultos e Cursos Vocacionais.

No Ensino Superior a Região tem a Universidade do Algarve (com um leque diversificados de licenciaturas, mestrados, doutoramentos, pós graduações e CET - Cursos de Especialização Tecnológica Nível V), o Instituto Superior D. Afonso III, em Loulé, o Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, em Portimão e a Escola Superior de Saúde Jean Piaget - Algarve.

Neste domínio do capital humano, o IEFP pelas suas competências e atribuições, assume um papel de extrema relevância, contando a Região do Algarve com três Centros de Emprego e Formação Profissional (Faro, Loulé e Barlavento²), os quais abrangeram, no ano de 2013, mais de 28 mil pessoas entre medidas de apoio ao emprego, formação e reabilitação profissional, destacando-se:

- Formação Modular - Vida Ativa, que abrangeu mais de 12.086 participantes;
- Contratos Emprego Inserção e Contratos Emprego Inserção +, com 3.291 abrangidos;
- Cursos de educação e formação de adultos, com 2.620 participantes;
- Estágios e apoios à contratação, com mais de 1.750 abrangidos.

Áreas de Intervenção	Abrangidos	Áreas de Intervenção	Abrangidos
EMPREGO	7.929	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	19.917
Inserção Profissional	2.179	Qualificação de Jovens	1.752
Estágios	1.776	Sistema de Aprendizagem	1.543
Impulso Jovem - Passaportes	403	Cursos de Educação e Form. Jovens	186
Apoios à Contratação (ajustamentos e Colocação)	1.787	Cursos de Especialização Tecnológica	23
Estímulo	1.416	Qualificação de Adultos	18.165
Apoios à Contratação via Reembolso da TSU	370	Cursos de Educação e Formação de Adultos	2.620
Passaporte Emprego - Prémio de Integração	1	Português para Todos	218
Apoio à criação de emprego e empresas	244	Formação Modular - Ativos empregados	1.967
ILE's - Criação de Postos de Trabalho	1	Formação Modular - Vida Ativa	12.086
Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE	161	Programa Formação Algarve	649
Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego	82	Formação para a Inclusão	625
Inserção Profissional - Trabalho Social Necessário	3.627	REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	885
CEI e CEI +	3.291	Diagnóstico, Orientação e Formação	585
CEI - Património	336	Aval. e Orientação Prof. Pessoas com Deficiência	67
Outros Apoios para a Promoção do Emprego - PROGRAMA VIDA - EMPREGO	92	Form. Pessoas com Deficiência - Ações em Cooperação	518
Outras Medidas (1)	-	Apoio à Inserção e Colocação	298
Programa de Estímulo à Oferta de Emprego - Investimento	1	Emprego Protegido - Contrato de Emprego Apoiado em Entidades Empregadoras - Enclaves	2
GIP - Gabinetes de Inserção Profissional	18	TOTAL ALGARVE	28.731

Tabela 5. Abrangidos em Programas e Medidas do IEFP (acumulado Dezembro de 2013)

Fonte: IEFP, Relatório Mensal de Execução Física e Financeira, Dezembro de 2013.

² Centro de Emprego e Formação Profissional de Faro: Alcoutim, Castro Marim, Faro, Olhão, São Brás de Alportel, Tavira, Vila Real de Santo António; Centro de Emprego e Formação Profissional do Barlavento: Aljezur,

Lagoa, Lagos, Monchique, Portimão, Silves, Vila do Bispo; Centro de Emprego de Loulé: Albufeira e Loulé

Apesar de uma rede relativamente densa de entidades e da diversidade de cursos de formação em modalidades várias a informação empírica recolhida indica que a oferta formativa existente é pouco focada na empregabilidade, em competências facilitadoras do empreendedorismo e desajustada face às necessidades das empresas, a que acresce a falta de articulação com os ciclos de emprego temporário.

Neste sentido, a promoção do capital humano e da melhoria das qualificações e das competências da população é uma área onde é necessário prolongar o investimento, sobretudo, numa lógica de promoção da empregabilidade, da inclusão social e da cidadania ativa, incidindo: por um lado, no aumento dos níveis de pré-escolarização, na redução do abandono e do combate ao insucesso escolar em todos os níveis de ensino; e, por outro lado, na promoção de uma oferta formativa mais focada e adaptada às necessidades do tecido empresarial.

• Mercado de Trabalho

Em termos setoriais, o modelo de desenvolvimento económico do Algarve, dos últimos anos, conduziu a que a estrutura empresarial, e conseqüentemente o mercado de emprego, se organizasse fortemente em torno do turismo de “sol e praia” e das atividades correlacionadas, como a indústria da construção e do imobiliário, a hotelaria e restauração, o comércio e serviços, setores tradicionalmente pouco intensivos e valorizadores de conhecimento. Paralelamente, ainda que de forma pouco articulada e estruturada, foram subsistindo algumas atividades do setor primário e agrotransformador, com particular relevância nos territórios de baixa densidade.

Este padrão de especialização fez com que a crise económico-financeira, de 2008, e o resgate financeiro da economia portuguesa fossem particularmente, sentidos na Região, nomeadamente, por via da diminuição das receitas turísticas, do declínio acentuado da dinâmica

imobiliária e da construção e da crescente dificuldade das empresas acederem a financiamento, a que acresceu uma forte contenção do consumo das famílias. Este fenómeno refletiu-se numa diminuição significativa da dinâmica empresarial, visível na diminuição do número de empresas existentes e do emprego, com reflexos também no acentuar da sazonalidade já existente no emprego, assim como dos níveis de precariedade, e na diminuição dos níveis médios de remuneração.

Na população em idade ativa observa-se uma ligeira diminuição na taxa de atividade, depois de um período de crescimento, sobretudo, fruto da entrada das mulheres no mercado de trabalho. A taxa de empregabilidade, por seu turno, tem vindo a diminuir significativamente, reflexo da crise que o País enfrenta e que tem afetado particularmente o Algarve, com o aumento acentuado dos níveis de desemprego. No final de Dezembro de 2013, estavam inscritas 32.443 pessoas nos Centros de Emprego da Região, sendo os concelhos do Litoral (sobretudo, Albufeira, Faro, Loulé e Portimão) os que registavam o maior número de desempregados. Em termos do perfil do desempregado inscrito, salientam-se as seguintes características:

- Cerca de 1/3 dos desempregados estão inscritos há menos de um ano; no entanto, aumentou a proporção de desempregados inscritos há mais de um ano.
- A esmagadora maioria dos desempregados procura novo emprego, ainda que num contexto em que o número de inscritos à procura de primeiro emprego tem vindo a aumentar.
- Cerca de metade dos desempregados tinha entre 35 aos 54 anos e o desemprego de pessoas com formação superior representava quase 10% do total.
- O desemprego feminino registado é ligeiramente inferior ao masculino.



	Género		Tempo inscrição		Situação face à procura de emprego		Grupo etário				Níveis de escolaridade					Total	Oferta de emprego	Colocações	
	H	M	<1	1 ano e +	1º empr.	Novo emprego	<25	25-34	35-54	55 e +	<1º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário				Superior
	Algarve	16180	15989	21283	10886	2150	30019	3695	7154	15445	5875	2312	6363	4810	7517	8116	3051	32169	1261
Albufeira	1849	2037	3181	705	120	3766	438	940	1922	586	362	749	585	806	1074	310	3886	229	149
Alcoutim	49	30	46	33	6	73	7	12	43	17	4	17	19	22	14	3	79	10	1
Aljezur	166	153	201	118	18	301	31	60	166	62	22	62	41	72	89	33	319	13	4
Castro Marim	232	182	255	159	41	373	56	84	182	92	35	81	78	125	72	23	414	16	24
Faro	2011	1764	2118	1657	372	3403	417	898	1683	777	285	779	490	732	837	652	3775	213	86
Lagoa	961	1004	1315	650	110	1855	224	376	984	381	92	448	344	505	443	133	1965	50	25
Lagos	1111	1078	1514	675	141	2048	262	466	1075	386	71	347	285	557	754	175	2189	141	58
Loulé	2402	2424	3253	1573	224	4602	568	1093	2321	844	471	978	655	1082	1175	465	4826	225	70
Monchique	206	185	207	184	35	356	41	75	176	99	24	105	50	95	97	20	391	0	3
Olhão	1482	1406	1647	1241	291	2597	331	663	1316	578	229	622	423	733	649	232	2888	36	34
Portimão	2749	2779	3645	1883	454	5074	628	1205	2791	904	346	1002	891	1303	1492	494	5528	215	79
S. Brás	268	230	292	206	60	438	64	103	241	90	46	79	72	105	128	68	498	1	11
Silves	1041	1056	1425	672	98	1999	207	454	1009	427	164	431	337	512	467	186	2097	15	25
Tavira	663	665	874	454	58	1270	147	279	627	275	54	273	191	352	313	145	1328	34	31
Vila do Bispo	141	157	241	57	10	288	53	47	134	64	7	60	43	60	102	26	298	3	4
VRSA	849	839	1069	619	112	1576	221	399	775	293	100	330	306	456	410	86	1688	60	54

Tabela 6. Dados do desemprego, em Março de 2014

Fonte: IEFP, Concelhos Estatísticas mensais, Delegação Regional do Algarve. Março de 2014.

- **Capital Social**

A situação social da Região do Algarve tem sido agravada pela crise socioeconómica e, sobretudo, pelo aumento dos níveis de desemprego e diminuição do rendimento disponível das famílias, existindo condições que propiciam o aumento dos fenómenos de pobreza e exclusão social. Conforme mencionado no CRESC Algarve “*Aos tradicionais desafios associados às assimetrias Litoral/Interior acrescem agora os que derivam da incapacidade do modelo económico em gerar emprego e do surgimento de novas classes de exclusão*” (cf. CRESC Algarve, pág. 14), impondo novas assimetrias entre municípios (mesmo que localizados no Litoral) e atingindo todas as gerações e níveis de qualificação.

Nos últimos anos, a Região tem observado uma evolução francamente positiva em termos de respostas sociais para a população idosa e infância, deficiência, grupos específicos e de apoio à comunidade, com densificação da rede de entidades e dos equipamentos sociais existentes um pouco por todo o território. Ainda assim, persistem importantes debilidades:

- ao nível da oferta existente para grupos específicos (p.ex., ao nível da deficiência, saúde mental, lar de idosos e apoio domiciliário, cuidados continuados e cuidados paliativos, sem abrigo, menores adolescentes em risco, mulheres vítimas de violência doméstica);
- ao nível da qualidade e adequação dos serviços prestados, com o envelhecimento, fraca manutenção e desadequação de alguns equipamentos sociais existentes e a reduzida flexibilidade e inadaptação do funcionamento/organização dos equipamentos/serviços e respostas sociais às necessidades da comunidade.



Ao nível da pobreza e exclusão social as principais dimensões-problema identificadas são as seguintes:

- aumento acentuado dos níveis de desemprego, transversal a todos os grupos etários; diminuição dos rendimentos da população, por via da diminuição do tempo de trabalho/aumento do período de desemprego sazonal, do nível de renumerações praticado, ou do aumento da carga fiscal, com consequências na situação económico-financeira das famílias; aumento dos níveis de sobre endividamento e de incapacidade de cumprimento de compromissos financeiros (p.ex., com encargos com a habitação e outras necessidades básicas), potenciando o surgimento de um novo tipo de pobreza de pessoas da classe média;
- reduzida participação comunitária e cívica e fraca estruturação de redes de apoio familiares ou de vizinhança, com consequências no aumento do isolamento dos idosos e da pobreza escondida;
- falta de habitação social e economicamente acessível e degradação das condições de habitabilidade de muitas habitações;

- existência de situações de maior risco nos territórios do Litoral e com maior incidência de comportamentos delinquentes/marginalidade associados em alguns casos ao tráfico e consumo de droga.

Ao nível da capacitação das instituições observa-se uma relativa insuficiência de recursos técnicos qualificados, que contribui para uma falta de visão empresarial, de planeamento estratégico e de avaliação das instituições e da intervenção na área social, com consequências na sustentabilidade de muitos projetos após o financiamento e, simultaneamente, uma falta de comunicação, articulação e trabalho em parceria entre as entidades, com insuficiente oferta de soluções multidimensionais integradas e sobreposição de competências/respostas.

• Elementos–síntese de Diagnóstico nos Territórios de Baixa Densidade e Urbanos do Litoral

Conforme mencionado, o Algarve apresenta uma grande disparidade entre os territórios mais urbanos do litoral e as zonas de baixa densidade. Na Tabela seguinte apresenta-se uma síntese da expressão territorial de elementos de caracterização relevantes na ótica da Inclusão Social e do Emprego.

	Territórios de Baixa Densidade	Territórios Urbanos do Litoral
Mercado de Emprego	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo nível de qualificação da população residente e do tecido empresarial. • Tecido produtivo pouco diferenciado, assente em atividades económicas de menor valor acrescentado (produção primária). • Dificuldade de atração de investimento privado para a criação de emprego e reduzido empreendedorismo. • Baixa oferta de emprego e concorrência da procura de mão-de-obra para os setores do alojamento e restauração e serviços ligados ao turismo do litoral. • Aumento da taxa e da duração do desemprego • Desadequação entre o perfil dos desempregados e a oferta de trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sazonalidade das principais atividades económicas e do emprego, assentes em torno do produto turístico “sol e mar”, associado a baixas qualificações e correspondentes baixos salários e precariedade. • Existência de economia informal e paralela. • Redução do período de trabalho sazonal (para menos de 6 meses) o que impede o acesso ao subsídio de desemprego. • Baixas qualificações/competências profissionais. • Elevada taxa de atividade entre a população juvenil. • Aumento da taxa e da duração do desemprego.
Educação e Formação	<ul style="list-style-type: none"> • Baixas qualificações/competências profissionais da população. • Reduzida formação para apoio à criação e desenvolvimento de empresas. • Oferta educativa e formativa insuficiente, pouco diversificada e pouco orientada para o mercado de emprego e para as necessidades do tecido empresarial. • Dificuldade de acesso à educação e formação profissional e de adultos (horários, transportes, etc.). • Níveis elevados de insucesso escolar e de analfabetismo e baixa qualificação da população. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada taxa de abandono e insucesso escolar, fruto da reduzida exigência no acesso ao mercado de trabalho. • Alheamento dos Encarregados de Educação com o percurso educativo. • Desadequação do Sistema Educativo para lidar com alunos com problemas comportamentais / disciplinares / emocionais e falta de quadros técnicos especializados (p.ex., psicólogos, professores do ensino especial, terapeutas). • Desajustamento/Desadequação entre a oferta de ensino/formação e as necessidades do mercado de trabalho e falta de articulação entre entidades formadoras e o tecido empresarial.

(continua)

Tabela 7. Elementos-chave de caracterização dos Territórios de Baixa Densidade e nos Territórios Urbanos do Litoral

	Territórios de Baixa Densidade	Territórios Urbanos do Litoral
Inclusão Social	<ul style="list-style-type: none"> • Declínio sociodemográfico e crescente desertificação humana, fruto da incapacidade de regeneração e atração de população. • Debilidades crescentes nas condições de mobilidade intrarregional, nos serviços de proximidade e nos sistemas de suporte social, de educação e saúde. • Escassez de condições de suporte para atrair novos habitantes (p.ex., para jovens casais – emprego, habitação e serviços de básicos – educação e saúde). • Falta de habitação social e economicamente acessível e degradação das condições de habitabilidade de muitas habitações. <p>Proteção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Existência de pobreza e exclusão estrutural. • Infoexclusão e desconhecimento sobre as respostas, apoios sociais existentes. • Falta de serviços de apoio à saúde mental, cuidados continuados, deficiência e serviços especializados. • Níveis elevados de consumo de álcool. • Inexistência de uma cultura de participação cívica. • Fracas respostas culturais, desportivas e recreativas. <p>Crianças e jovens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diminuição do número de crianças e jovens. • Níveis elevados de insucesso escolar, indisciplina e desinteresse pelas atividades escolares. • Falta de atividades de ocupação dos tempos livres das crianças e jovens. • Falta de formação social e desinteresse dos pais pelas atividades escolares. <p>Idosos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Baixos recursos económicos. • Insuficiência de resposta para idosos que necessitem de internamento em Lar, de centro de dia e apoio domiciliário. • Envelhecimento passivo e isolamento geográfico, familiar e social dos idosos. • Baixos níveis de rendimentos da população idosa. • Fraca capacitação das famílias para cuidar dos idosos e inexistência de apoios às famílias que se ocupam dos idosos em suas casas. • Desresponsabilização das famílias em relação aos idosos. <p>Capacitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ausência de cooperação entre associações, com duplicação de oferta e de funções em alguns domínios e carências noutros. • Fraco envolvimento/participação e parceria. • Excessiva dependência de subsídios públicos. • Fraca manutenção e inatividade de equipamentos e infraestruturas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Densificação urbana, fruto da forte atratividade populacional, com uma pirâmide etária jovem. • Sobrecarga populacional no Verão. <p>Proteção social:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pobreza escondida. • Existência de um grande número de famílias monoparentais e de famílias destruturadas, disfuncionais e em situação de grande vulnerabilidade social. • Situações de exclusão prolongada a ciclos geracionais de violência e de comportamentos desviantes. • Crescimento do número de indivíduos em situação de risco e de exclusão social, com aumento de requerentes de RSI e de sem abrigo. • Situações de violência doméstica (crianças, mulheres, idosos, família...). • Aumento da criminalidade. • Insuficiente capacidade das respostas sociais existentes para grupos específicos, p.ex., ao nível da deficiência, saúde mental, lar de idosos e apoio domiciliário, cuidados continuados e cuidados paliativos, sem abrigo, menores adolescentes em risco e mulheres vítimas de violência doméstica. <p>Crianças e jovens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Falta de adaptação dos horários das estruturas existentes aos horários de trabalho dos pais • Níveis elevados de insucesso, absentismo e abandono escolar. • Existência de situações de negligência familiar e de exposição a comportamentos desviantes. • Problemas comportamentais de crianças e jovens e situações de marginalidade/comportamentos delinquentes, associadas a consumos precoces e continuados de tabaco, álcool e drogas. <p>Idosos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de equipamentos para idosos com regime de internamento e pessoas em situação de dependência. • Serviço de apoio domiciliário insuficiente. • Isolamento dos idosos em situação de risco. • Envelhecimento passivo e isolamento social. • Negligência voluntária e/ou involuntária das família e ausência de redes de vizinhança. <p>Capacitação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Deficiente articulação e falta de parcerias efetivas com sobreposição das respostas existentes e à ausência de respostas integradas.

Tabela 7. Elementos-chave de caracterização dos Territórios de Baixa Densidade e nos Territórios Urbanos do Litoral

Neste Ponto pretende-se fazer um breve exercício de reflexão crítica sobre estratégias, intervenções, resultados e instrumentos definidos em períodos de programação anteriores, o qual deverá fornecer indicações estratégicas e operacionais para a definição de um quadro de referência para as políticas públicas orientadas para a promoção da Inclusão Social e do Emprego.

Face à diversidade de instrumentos de política existentes selecionou-se um conjunto de iniciativas e programas mais abrangentes, sendo o balanço apresentado suportado em estudos e avaliações, sempre que existam.

- **Rede Regional de Emprego do Guadiana Algarvio**

As Redes Regionais para o Emprego (RRE) nasceram, em 1997, para potenciar o desenvolvimento, a inovação e o emprego ao nível local, mediante o “reforço

da coordenação entre os diversos atores regionais para a identificação e a resolução dos problemas de qualificação dos recursos humanos e de promoção do emprego”.

No Algarve, o Guadiana Algarvio (concelhos da área de influência do Centro de Emprego de Vila Real de Sto. António: Alcoutim, Castro Marim, Vila Real de Santo António e Tavira), reunia a convergência de elementos favoráveis à dinâmica das RRE, nomeadamente, ao nível da concertação institucional, elemento-chave deste tipo de iniciativas.

As áreas de atuação definidas para a RRE do Guadiana Algarvio, traduziam um compromisso centrado no binómio “Qualificação dos recursos humanos” / “Criação de condições materiais para o desenvolvimento”, tendo a Rede assentado em cinco áreas de atuação, às quais estava associado um conjunto de objetivos operacionais.

Áreas de atuação	Objetivos a atingir
Recursos Humanos	Qualificar a população ativa contribuindo para a fixação da população
Economia Regional / Local	Animar e diversificar o tecido empresarial
Infraestruturas	Sensibilizar as entidades locais e centrais para a necessidades de desenvolvimento destas estruturas como forma de fixar as populações e dinamizar a economia local tornando-a mais atrativa
Equipamentos Coletivos	
Recursos Endógenos	Valorizar o património natural e cultural

Tabela 8. Eixos de Intervenção da RREGA

Fonte: IESE (2000), *Estudo de Avaliação da Rede Regional para o Emprego do Guadiana Algarvio*, DGEFP.

Conforme constatou o *Estudo de Avaliação da Rede Regional para o Emprego do Guadiana Algarvio* (RRE-GA), de uma forma global, os projetos desenvolvidos no seu seio atingiram os objetivos no que concerne o número de indivíduos abrangidos, com impacto positivo sobre

as performances locais das políticas ativas de emprego. No entanto, a RRE-GA consagrou um modelo de desenvolvimento de atividade centrado na vertente qualificação, orientado para a formação de jovens e de DLD, o que se revelou redutor das finalidades das RRE.

A adoção de uma atitude pró-ativa de articulação mais intensa entre projetos de desenvolvimento local/oferta de qualificações/promoção do emprego, teria sido desejável a par de uma orientação prioritária para Eixos de intervenção que potenciassem o surgimento de oportunidades económicas e as transformassem em oportunidades de iniciativa empresarial. Também as respostas aos públicos-alvo e às procuras das unidades empregadoras deviam ter assente numa visão de antecipação, promovendo uma dupla sensibilização que permitisse valorizar áreas formativas mais ligadas às funções produtivas e

contemplando componentes de reconversão profissional, em concelhos marcados por atividades económicas de especialização em declínio mas, eventualmente, dispondo de potenciais de transferibilidade de competências.

A Tabela seguinte sintetiza os aspetos mais positivos da atividade da RRE-GA, assim como fatores de risco que se colocam ao desenvolvimento das Redes.

Aspetos mais positivos da atividade da RREGA	Fatores de risco no desenvolvimento das RRE
<ul style="list-style-type: none"> • Territorialização das medidas de apoio ao emprego e à formação, num contexto de parceria e de articulação potencial com intervenções de promoção do desenvolvimento. • Flexibilização da formação contínua oferecida pelo Centro de Formação da Rede de Gestão Direta e respetivos polos, nomeadamente nos domínios da formação socioprofissional e da educação/formação. • Reforço das dinâmicas de atuação do serviço público de emprego, introduzindo uma componente com carácter mais sistemático de antecipação de necessidades (de mão-de-obra e de competências). • Reforço da atuação pró-ativa do Centro de Emprego com maior permanência no terreno, mantendo um contacto útil na perspetiva da concretização/consolidação de projetos e ampliando a liderança do Centro de Emprego nos contactos locais. • Maior visibilidade dos projetos dos parceiros, segundo as respetivas áreas de atividade, proporcionando maior protagonismo em resultado da partilha e do conhecimento de iniciativas enquadradas em lógicas de desenvolvimento local/regional. • Efeito multiplicador do trabalho em parceria, ocasionando oportunidades para novas parcerias em aprofundamento das anteriores ou alargando a outras áreas. • Envolvimento dos presidentes das Câmaras Municipais, proporcionando uma componente de mobilização efetiva ao trabalho da RREGA, com reflexos, p.ex., na competição pela cedência de instalações para atividades formativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiências na delimitação de atuação de cada um, com concentração de esforços e capacidades institucionais, no funcionamento das parcerias e na mobilização de recursos, com debilidades em encontrar soluções concertadas e articuladas. • Necessidade de elevado "diálogo" entre as entidades e a estrutura organizativa da Rede para uma significativa capacidade de construção de objetivos e estratégias adequados aos problemas. • Num contexto de mobilização de interesses e recursos de várias entidades tendo em vista a criação de emprego, as respostas das RREGA, não beneficiaram de incentivos para apoio à criação de empresas e o investimento; isto pressupunha um envolvimento, por parte das entidades que interferem no enquadramento/regulação do investimento (D.R. Economia, IAPMEI e CCR). • Forte participação de entidades da economia social, sem resultados em matéria de empregabilidade, sugerindo a necessidade de conceber e apoiar de modo voluntarista projetos favorecedores, em simultâneo, da integração social e económica de segmentos da população com especiais dificuldades de inserção, e da reanimação económica de contextos locais (urbanos e rurais) mais deprimido. • Territorialização crescente das políticas públicas e um défice assinalável das capacidades endógenas para protagonizar processos de promoção do emprego, da iniciativa económica, do desenvolvimento, da integração social, etc., que são exigentes nas solicitações que dirigem a um perfil de atores que tem insuficiências objetivas em matéria de capacidades técnicas, logísticas, humanas, de gestão de projetos.

Tabela 9. Aspetos positivos da RRE-GA e fatores de risco no desenvolvimento das RRE

Fonte: Adaptado de IESE (2000), *Estudo de Avaliação da Rede Regional para o Emprego do Guadiana Algarvio*, DGEFP.

Pelos seus princípios, finalidades e modelo organizativo, as Redes Regionais para o Emprego constituíram um modelo de intervenção inovador que procurou uma conjugação entre a capacitação para a ação coletiva de iniciativa local e uma maior eficiência e eficácia na intervenção pública, através da constituição de parcerias para a auto-sustentação da ação.

Em termos de Recomendações, a Avaliação salientou a necessidade de: (1) reforçar os interfaces qualificação/emprego/promoção do desenvolvimento socioeconómico do território da RRE-GA; (2) fortalecer os dispositivos de concertação estratégica para o emprego e de animação para o desenvolvimento; (3) melhorar a eficácia dos elementos orgânicos que dão suporte ao funcionamento da Rede e das parcerias; e (4) assegurar a existência de uma função acompanhamento dos projetos, que contribua para ampliar os resultados e os efeitos da existência da Rede.

- **Rede Social**

O Programa da Rede Social foi criado de forma experimental, com base na Resolução de Conselho de Ministros n.º 197/97 de 18 de Novembro, a qual preconizava o desenvolvimento de fórum de articulação e congregação de esforços, baseados na adesão livre por parte das autarquias e das entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que nela quisessem participar, com uma postura ativa de ir ao encontro das diferentes entidades que atuam no domínio social.

Em 2002, a metodologia participativa da Rede Social é institucionalizada e alargada a todo o território nacional, com o seu foco na “planificação estratégica da intervenção social local” e na “promoção do desenvolvimento social”, afirmando-se formalmente, como um Programa de apoio à implementação da Rede Social, contando com um modelo instituído de funcionamento ao qual são associados apoios à qualificação dos seus recursos, apoios financeiros à dotação de recursos humanos e ao funcionamento e, ainda, um conjunto de “outputs” a apresentar à gestão do programa de apoio (p.ex., Regulamento Interno; Diagnóstico Social; Plano de Desenvolvimento Social; Plano de Atividades; e Relatórios Intercalar e Final).



O Relatório Final de Avaliação do Projeto Rede em Prática (IESE, 2012) faz um balanço globalmente positivo do trabalho desenvolvido pelas Redes Sociais e respetivos Conselhos Locais de Ação Social, ainda que existam diferenças de “performance” de Rede para Rede.

Na Tabela seguinte apresentam-se alguns dos aspetos positivos destacados na referida Avaliação.

Aspetos mais positivos da atividade das Redes Sociais

- Incorporação de uma verdadeira cultura de funcionamento em rede por parte das instituições e dos agentes locais, sobretudo nos casos em que a Rede é mais bem sucedida, e relação forte construída entre a Rede e outras parcerias sociais locais que, em muitos casos, já faz dela a “Parceria das Parcerias Sociais”.
- Maior conhecimento sobre a realidade social local, sobre outras entidades e o trabalho que desenvolvem, potenciando a coordenação, o apoio mútuo, a sinalização e encaminhamento de casos e mais eficácia nos resultados, com ganhos nas respostas, diminuição de tempos de intervenção, etc..
- Alargamento dos recursos disponíveis para a execução de cada projeto/programa enquadrado na Rede Social ou mesmo alargam-se os parceiros afetos a cada projeto/programa. Melhor capacidade de gestão de recursos, pelo facto de existirem objetivos comuns a vários projetos, na lógica das economias de escala, ou até porque se definem estratégias mais robustas transversais aos projetos/programas incluídos na rede social e por fim, ao nível da execução de projetos que ganham maior amplitude com o cruzamento de parcerias.
- Integração na estrutura de parceiros da Rede Social local de entidades que, por sua vez, representam outras estruturas que funcionam em parceria (p.ex., Comissões de proteção de crianças e jovens, Contratos locais de desenvolvimento social, Núcleo Local de Inserção, Equipas Locais de Intervenção do Sistema Nacional de Intervenção Precoce), contribuindo para a minimização das sobreposições e duplicação de intervenções.
- Metodologia de trabalho conjunto, que combina instrumentos *top-down* e *bottom-up*, nomeadamente na relação ISS, I.P.-Autarquias-IPSS, afirmada no apoio ao funcionamento da Rede (*top-down*) e no reconhecimento da participação local como geradora de planeamento e produtora de iniciativas, conhecimento e decisões (*bottom-up*), com impactos positivos ao nível da capacidade de concertação entre diferentes entidades e nos processos de tomada de decisão.
- Alargamento dos domínios em que a Rede é chamada a dar parecer, nomeadamente no âmbito do planeamento de equipamentos sociais e de ação dos Fundos Estruturais.
- Melhoria da capacidade de concretizar processos de intervenção coordenados com a participação de diferentes entidades e evidências claras de melhorias na intervenção junto dos grupos e indivíduos em situação de pobreza e exclusão social, desde impactos no acesso a informação, aos próprios serviços e à capacidade das instituições de se articularem na produção de respostas. Estes impactos são mais visíveis no domínio da intervenção social do que, p.ex., nos domínios do emprego ou economia.
- Capacidade de transferibilidade de recursos e boas práticas entre os territórios que configuram o Programa Rede Social a nível local.

Tabela 10. Aspetos positivos da atividade das Redes Sociais

Fonte: Adaptado de IESE (2012), Relatório Final de Avaliação do Projeto “Rede em Prática”, ISS.

Em síntese, a Rede Social traduz, em si mesma, novas formas de conceber e implementar a política social, assente na facilitação da ‘governança colaborativa’ que lhe têm conferido um posicionamento privilegiado para enfrentar os desafios contemporâneos no caminho pela promoção da mudança e inovação social, sendo inegáveis os seus resultados positivos. Ainda, assim, e tendo em vista o enriquecimento e a melhoria do trabalho desenvolvido pelas Redes Sociais a referida Avaliação formulou um conjunto de Recomendações, sintetizadas na Tabela seguinte.

A referida Avaliação considera, no entanto, que a Rede Social enfrenta a ameaça do desinvestimento público que pode vir a fragilizar a sua sustentabilidade (pelo facto de a instância central de coordenação e promoção ser a Segurança Social) e fazer recuar o papel que a Rede tem desempenhado nos processos de desenvolvimento social.

Recomendações

- Desenvolver a visão da Rede assente no requisito mínimo que seja o instrumento local de planeamento de carácter social (“policy/social”) e que seja gerida por forma a incorporar funções mais amplas (em direção a “policy/chapéu”).
- Afirmar a marca “Rede Social”, aprofundando os níveis substantivos de articulação entre estruturas de parceria e a possibilidade de olhar esta estrutura local como sendo a plataforma de redes. Ou seja, que o Programa Rede possa ter também uma função adicional de gestão integrada das parcerias existentes nos territórios concelhios que não se esgota num plano funcional repercutido apenas ao nível dos instrumentos de planeamento pelo facto de as entidades introduzirem nos PA atividades que são da sua responsabilidade e que no seu conjunto perfazem os planos anuais da Rede Social. A esta função poderia acrescentar-se uma articulação mais substantiva que se materializasse, por exemplo, na constituição de reflexões alargadas, agendas/reuniões conjuntas entre as diferentes estruturas de parcerias que existem no âmbito da estrutura Rede Social Local, de modo a que os recursos humanos afetos ao conjunto das mesmas concentrassem os tempos de reunião e de acompanhamento dos casos, acabando por ultrapassar a lógica fragmentada que parece existir.
- Integrar na parceria outros parceiros e profissionais (p.ex., sindicatos, associações empresariais, ONG e outras associações temáticas, associações culturais) e envolver outras estruturas da Administração Pública (p.ex., as que detêm a tutela do emprego e da administração do território).
- Reforçar a incidência de atividades nos campos da cultura, emprego, trabalho e economia, com projetos partilhados com entidades destes setores com vista a fortalecer a sua relação com a Rede Social.
- Reforçar a articulação da Rede com outras instâncias de planeamento territorial, atenuando o relativo isolamento das redes sociais, nomeadamente através de: (i) Ao nível central, adoção de medidas institucionais para articular a Rede com instâncias de planeamento que atuam para além do social, o que pode ser feito através da criação de uma Comissão de Acompanhamento interdepartamental ou, numa versão mais forte, pela colocação do Programa sob uma tutela conjunta (social e da administração do território); (ii) Ao nível municipal, promovendo uma organização municipal que favoreça a interdepartamentalidade, o que traria vantagens para o funcionamento das redes; e (iii) Revisão da legislação enquadradora da Rede Social de forma a encorajar uma articulação consistente com as funções de administração do território e de planeamento.
- Assegurar recursos técnicos ajustados às necessidades da rede social, através do reforço das iniciativas de qualificação das equipas por via quer da continuidade das ações desenvolvidas pelo Instituto da Segurança Social, I.P., quer do estímulo a mecanismos mais ágeis de partilha de experiências inter-redes, quer via consultoria externa.
- Consolidação das capacidades técnicas de planeamento e de monitorização, para que se mantenha a capacidade de regeneração, a flexibilidade e a inovação necessárias à produção de respostas pertinentes e eficazes por parte da Rede.
- Envolvimento das populações através de métodos de participação pública que rompam com os métodos exclusivamente tecnocráticos de planeamento.

Tabela 11. Recomendações sobre as Redes Sociais

Fonte: Adaptado de IESE (2012), Relatório Final de Avaliação do Projeto “Rede em Prática”, ISS.

A Região do Algarve participou desde o início no Programa da Rede Social, com os concelhos de Faro, Portimão e Vila Real de Santo António a serem abrangidos pela experiência piloto; os restantes Municípios foram aderindo e formalizando as suas redes sociais, entre 2004 e 2005.

De uma forma global, os atores entrevistados avaliam de forma bastante positiva o trabalho desenvolvido pelas Redes Sociais, corroborando as conclusões da Avaliação ao Programa; no entanto, deve destacar-se que há redes e parceiros mais dinâmicos do que outros, ou seja, nem todas as redes concelhias se encontram no mesmo estado de maturação e diferentes atores são referenciados pelos seus pares como consistentemente mais ou menos envolvidos no trabalho desenvolvido em rede.

Concelho	Ano de Adesão	Concelho	Ano de Adesão
Albufeira	2004	Monchique	2001
Alcoutim	2004	Olhão	2005
Aljezur	2005	Portimão	2000
Castro Marim	2004	São Brás de Alportel	2004
Faro	2000	Silves	2002
Lagoa	2004	Tavira	2002
Lagos	2004	Vila do Bispo	2005
Loulé	2002	V. Real de Sto. António	2000

Tabela 12. Adesão dos concelhos da Região do Algarve à Rede Social
 Fonte: Segurança Social, Lista de Concelhos abrangidos pela Rede Social.

• Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS e CLDS +)

Os Contratos Locais de Desenvolvimento Social, foram criados, em 2007, como forma de introduzir inovação na estratégia de combate à pobreza e exclusão de âmbito territorial, assente num modelo de gestão que prevê o financiamento induzido de projetos selecionados centralmente, privilegiando territórios com públicos identificados como mais vulneráveis. O Programa CLDS tinha por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisetorial e integrada, através de ações a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos, confrontados com graves situações de pobreza e exclusão social e promover a melhoria da sua qualidade de vida e bem-estar, impulsionando uma maior coesão territorial, bem como uma mudança social efetiva.

O Programa definiu quatro Eixos de Intervenção (1. Emprego, formação e qualificação; 2. Intervenção familiar e parental; 3. Capacitação da comunidade e das instituições; e 4. Informação e acessibilidade), apostando na complementaridade entre ações obrigatórias e não obrigatórias, financiadas ou não pelo Programa. Cada projeto teve de elaborar um Plano de Ação, a 3 anos (2009-2012), contemplando um conjunto integrado e coerente de intervenções a incluir nos vários Eixos Prioritários.

Em 2013, os CLDS passaram a designar-se CLDS +, destacando-se entre as principais alterações introduzidas as seguintes:

- A especificação mais detalhada dos objetivos dos CLDS +, assim como do tipo de territórios a abranger, sendo definido como principal finalidade a promoção da inclusão social dos cidadãos através de ações, a executar em parceria, que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, o combate das situações críticas de pobreza e/ou a inclusão ativa das pessoas com deficiência e incapacidade, em territórios especialmente afetados por desemprego, com situações críticas de pobreza, particularmente a infantil, envelhecidos e/ou fortemente atingidos por calamidades.
- A reformulação dos Eixos de Intervenção, passando a existir apenas três eixos: 1 - Emprego, formação e qualificação; 2 - Intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; 3 - Capacitação da comunidade e das instituições.

Na Região do Algarve existiram 6 CLDS durante 1ª fase de vigência do Programa (2009-2012), em Alcoutim e Castro Marim, Faro, Loulé, Monchique, Portimão e Tavira. Trata-se de um conjunto heterogéneo de projetos com incidência quer em territórios mais urbanos do litoral, quer em zonas de baixa densidade, abrangendo públicos-alvo diferenciados, população idosa, população de bairros sociais, população de zonas com maior incidência de fenómenos de exclusão social.

Concelho	Entidade Coordenadora	Nome do Projeto	Principais objetivos
Alcoutim e Castro Marim	ODIANA	+ Inclusão	Combater o isolamento e promover uma maior inclusão social da população idosa.
Faro		+ Próximo	
Loulé - Quarteira	Fundação António Aleixo	Akreditar	Melhorar a qualidade de vida de 350 famílias da freguesia de Quarteira (concretização de ações de mobilização, interação e capacitação).
Monchique	Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste	3Is - Integrar, Incluir e Inovar	Dinamizar diversas atividades abertas à comunidade, com o objetivo de contribuir para a promoção da participação social de todos de melhorar as condições de vida e de facilitar o acesso aos recursos disponíveis no Concelho.
Portimão	GRATO - Grupo de Apoio aos Toxicodependentes de Portimão	Eu Conto	Promover a inclusão social dos cidadãos através do desenvolvimento de novas ações que permitam combater a exclusão social nos bairros sociais da Cruz da Parteira e de Miracabo (Cardosas), intervindo nas áreas do emprego, formação e qualificação, na área de intervenção parental e familiar e na capacitação das comunidades e instituições.
Tavira	Fundação Irene Rolo	Alcatruz	Dinamizar um gabinete para a integração socioprofissional de públicos desempregados e a sensibilização dos agentes empregadores. Dinamizar um centro de recursos com vista à qualificação e integração das famílias e promover o desenvolvimento de competências TIC. Capacitar associações locais e grupos informais de moradores para a sua mobilização coletiva e auto-organização na gestão dos prédios. Bairros alvo: Bairro Jara; Bairro da Horta do Carmo; e Bairro da Atalaia.

Tabela 13. Síntese dos CLDS existentes na Região Algarve

Fonte: Recolha do IESE na internet e nas entrevistas.

Na sequência do incêndio que afetou a zona de Tavira e S. Brás de Alportel, em 2012, foram criados dois novos CLDS, em zonas particularmente atingidas em cada um dos concelhos, os quais visavam contribuir para a minimização dos efeitos do incêndio, através da reconstrução de habitações danificadas e de um conjunto de ações complementares de dinamização destes territórios.

Mais recentemente, em 2013, ao abrigo da nova versão dos CLDS, foram criados cinco CLDS +, um em cada um dos territórios identificados como prioritários na Região: Albufeira, Faro, Lagoa, Loulé e Vila Real de Santo António.

Concelho	Entidade Coordenadora	Nome do Projeto	Principais objetivos
Tavira	Centro Social Nossa Senhora das Dores de Santa Catarina da Fonte do Bispo	Rosmaninho	Minimizar as consequências do incêndio ocorrido em 2012, promovendo a inclusão social nas freguesias mais afetadas de Santa Catarina da Fonte do Bispo (Carvalhoso, Porto Carvalhoso, Curral da Pedra, Águas das Tábuas e Casas Novas) e Santo Estêvão (Sítio da Corte), incluindo: <ul style="list-style-type: none"> - reconstrução e equipamento de alojamentos permanentes afetados pelo incêndio; - promoção do empreendedorismo; - apoio às famílias em situação de vulnerabilidade social; - capacitação da comunidade e das instituições; e - desenvolvimento de competências na área das TIC.
São Brás de Alportel	Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal e Junta de Freguesia de São Brás de Alportel	Plano LARA - Intervenção Social pós Incêndio de São Brás de Alportel	Minimizar as consequências do incêndio ocorrido em 2012, através de intervenções de: <ul style="list-style-type: none"> - reconstrução e equipamento de alojamentos permanentes afetados pelo incêndio; - dinamização comunitária, promovendo o bem-estar da população e a captação de novos públicos para o território; - apoio social e psicológico às famílias; - apoio às atividades económicas locais, através da criação de um Gabinete de Empregabilidade.

Tabela 14. Síntese dos CLDS criados na Região Algarve pós incêndio de 2012

Fonte: Recolha do IESE na internet e Entrevistas realizadas.

Em termos globais, os atores entrevistados consideram que os CLDS são bastante positivos no sentido de possibilitarem uma intervenção em parceria, integrada e multisetorial, tendo em vista a promoção da inclusão social e a dinamização de territórios vulneráveis.

No entanto, consideram que existe um conjunto de dimensões relacionadas com a forma como foi concebido as quais condicionam o seu potencial, nomeadamente, o facto de se tratar de um Programa definido centralmente, assente numa abordagem top down, existindo pouca margem para a sua adaptação às necessidades específicas dos territórios locais ou para a seleção a nível regional dos territórios prioritários de intervenção.

Adicionalmente, foi referido que a não continuidade ou interrupção das intervenções após o término do financiamento condiciona os efeitos alcançados uma vez que, na maioria dos casos, existe a necessidade de uma intervenção mais prologada no tempo de forma a contribuir efetivamente para a redução dos fenómenos de pobreza e exclusão social.

Consideram ainda que devia existir maior abrangência nos territórios de intervenção dos CLDS + na Região, uma vez que a generalidade dos concelhos tem problemas relacionados com fenómenos de desemprego, pobreza e/ou envelhecimento acentuado, fenómenos que este tipo de projetos ajuda a combater e a minimizar.

Concelho	Entidade Coordenadora	Nome do Projeto	Principais objetivos
Albufeira	Santa Casa da Misericórdia	Em Con_tato.	Promover a inclusão social dos cidadãos que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, para o combate de situações críticas de pobreza, especialmente a infantil e promoção da inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade, abrangendo um público diversificado, incluindo Pessoas com deficiência e incapacidade; Crianças e Jovens; Famílias; Desempregados; Beneficiários do Rendimento Social de Inserção; Instituições; Empresários; e Entidades empregadoras locais.
Faro	Associação In Loco	Faro Adentro	Promover o desenvolvimento social do concelho de Faro, através do apoio à inserção profissional de pessoas desempregadas, da qualificação das famílias e da capacitação de pessoas e comunidades vulneráveis, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a inserção/reinserção profissional de pessoas desempregadas; • Encaminhar e enquadrar a integração social e inserção promocional de jovens que abandonaram a escola ou prosseguiram estudos; • Promover o empreendedorismo dos/as estudantes do ensino secundário; • Apostar na qualificação parental e familiar; • Fomentar a auto-organização dos habitantes; • Sustentar a criação/revitalização de associações locais.
Lagoa	ADR CCS- Quinta de São Pedro	A FÁBRICA	Facilitar a inclusão social dos cidadãos agindo numa estreita relação de proximidade com a comunidade, através de ações focalizadas no aumento da empregabilidade, no combate de situações críticas de pobreza, especialmente a infantil e na promoção dos direitos de cidadania.
Loulé	Associação Poeta Aleixo	AKREDITAR +	Contribuir para a integração formativa e/ou profissional de 189 cidadãos do concelho, através de ações de apoio, informação, divulgação, sensibilização e encaminhamento para ofertas formativas e de emprego. Melhorar a situação sociofamiliar e económica de 250 famílias do concelho que se encontrem em situações de vulnerabilidade, através da concretização de ações de mobilização, interação e capacitação. Apoiar a intervenção de 3 associações temáticas do concelho de Loulé, através de ações de apoio técnico e de disponibilização de recursos. As localidades de intervenção prioritária são Almancil, Quarteira e Loulé.
VRSAntónio	Associação de Beneficência Mão Amiga	ARRANCA	Promover a inclusão social através de ações conjuntas com outras entidades que permitam o aumento da empregabilidade e o combate a situações críticas de pobreza. Dinamizar oportunidades no mercado de trabalho, nos espaços associativos e na coesão familiar, adotando para o efeito medidas de apoio técnico, informação e transmissão de conhecimentos para criação de valências junto dos cidadãos. Criar um espaço próprio para a prestação de atendimento e informações, bem como para a realização de ações de divulgação e formação.

Tabela 15. Síntese dos CLDS + existentes na Região Algarve

Fonte: Recolha do IESE na internet e Entrevistas realizadas.

- **Programa PIEF Programa Integrado de Educação e Formação**

O PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação, foi criado em 1999 como medida de combate à exploração do trabalho infantil, mas tem-se afirmado como uma resposta no combate ao abandono escolar precoce, tendo como objetivo encontrar soluções educativas para jovens em risco, promovendo a obtenção da escolaridade obrigatória associada a uma qualificação profissional. Os jovens encaminhados para o PIEF são, por norma, jovens com comportamentos desviantes; jovens com um passado de insucesso escolar; jovens com muitas retenções ao longo do percurso escolar; e jovens oriundos de famílias disfuncionais.

O Programa concretiza-se mediante planos de educação e formação individualizados que integram: uma componente escolar para obtenção da escolaridade obrigatória; uma componente de formação para a ocupação e orientação vocacional; uma componente de educação para a cidadania, com a finalidade de promover a integração social; e, para os jovens maiores de 16 anos, uma componente de formação em contexto de trabalho.

A análise documental efetuada permitiu constatar que este Programa tem sido um instrumento importante no combate ao abandono escolar precoce, numa lógica de promoção da inclusão e cidadania das crianças e jovens, conjugando uma componente educativa-formativa com a aquisição de competências para a cidadania e atividades de interesse social, comunitário e de solidariedade.

Na Região do Algarve, o PIEF começou a ser implementado em 2003, tendo existido ao longo dos anos um alargamento do número de escolas e de alunos abrangidos por este Programa: no ano letivo 2013/2014 existiam 13 escolas PIEF, com 23 turmas, com a criação de duas novas turmas, face ao ano letivo anterior, e de mais 10 turmas, face a 2009/2010.

Concelho	Escola	Turmas	Ciclo	Situação
Albufeira	AE Albufeira Poente	1	2º e 3º ciclos	Continuidade
Castro Marim	AE Castro Marim	1	1º, 2º e 3º ciclos	Continuidade
Faro	AE Pinheiro e Rosa	5	2º e 3º ciclos	Continuidade
Lagoa	AE Padre M.Oliveira	1	2º e 3º ciclos	Continuidade
Lagos	AE Júlio Dantas	2	2º e 3º ciclos	Continuidade
Loulé	AE Laura Ayres	1	2º e 3º ciclos	Continuidade
Loulé	AE Duarte Pacheco	2	1º, 2º e 3º ciclos	1 Cont / 1 Novo
Olhão	AE Francisco Fernandes Lopes	1	2º e 3º ciclos	Continuidade
Olhão	AE Paula Nogueira	1	2º e 3º ciclos	Continuidade
Portimão	AE Bemposta	2	2º e 3º ciclos	Continuidade
Silves	AE António da Costa Contreiras	1	2º e 3º ciclos	Continuidade
Tavira	AE Jorge Augusto Correia	2	2º e 3º ciclos	Continuidade
VRSAntónio	AE D. José I	3	1º, 2º e 3º ciclos	1 Cont / 1 Novo

Tabela 16. Rede PIEF na Região Algarve, 2013/2014

Fonte: Site da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE).

- **Instrumentos de financiamento de promoção da inclusão social e do emprego no período de Programação 2007-2013 (PO Algarve 21 e POPH)**

No âmbito do período de programação 2007-2013, o Quadro Estratégico de Referência Nacional assumiu como grande desígnio estratégico a qualificação dos portugueses e das portuguesas.

A prossecução deste grande desígnio estratégico foi no essencial, assegurada pela Agenda Operacional para o Potencial Humano, complementada com intervenções no Programa Operacional regional sobretudo no âmbito do Eixo Prioritário 3. Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano.



• PO ALGARVE 21

No de programação 2007-2013 a Região do Algarve foi enquadrada no regime transitório do Objetivo Convergência, designado *Phasing out* e estatístico, estando os apoios do FEDER concentrados no PO Regional (PO Algarve 21), os do FSE no Eixo 8 do POPH, e os do Fundo de Coesão no POVT.

Em termos regionais a Estratégia definida tinha como principal ambição “Afirmar o Algarve como região dinâmica, competitiva e solidária no contexto da sociedade do conhecimento”, assumindo como principais prioridades e objetivos para a Região: (1) qualificação, inovação e robustecimento da economia; (2) valorização dos recursos humanos e criação de mais competências; (3) promoção de um modelo territorial equilibrado e competitivo; e (4) consolidação de um sistema ambiental sustentável.

No final de abril de 2015, o PO Algarve 21, já tinha a totalidade da sua dotação financeira comprometida, em cerca de 630 projetos aprovados no âmbito dos vários Regulamentos abrangidos pelo Programa, com um volume de investimento elegível previsto de quase 400 milhões de euros e uma comparticipação FEDER total de 200 milhões de euros.

De acordo com a Avaliação Intercalar do Algarve 21, “o perfil de realização do PO revela o apoio a projetos que contribuem para a operacionalização das agendas temáticas associadas à internacionalização e valorização dos bens e serviços transacionáveis, à qualificação das empresas e renovação dos seus modelos de negócio, ao fomento do empreendedorismo e ao reforço da empregabilidade e da qualificação dos recursos humanos empregues”, destacando a evolução positiva entre os anos pré e pós projeto, do emprego e do emprego qualificado (crescimento, em termos acumulados, de 50% e 88%, respetivamente) e o contributo do Programa para o fomento do empreendedorismo, tendo apoiado, ao nível dos Sistemas de Incentivos de base empresarial, cerca de 50 projetos de novas empresas e empresas nascentes.

Ao nível da agenda temática Inclusão Social a referida Avaliação considera que existiu um “contributo residual, muito centrado na aposta na requalificação do parque escolar, o que se justifica, quer pela existência de outros Programas com maior vocação para intervir neste domínio, quer pela focalização que deve estar associada às intervenções apoiadas pelo FEDER em regiões em transição para o Objetivo Competitividade e Emprego da Política Regional Europeia”. A opção de concentração dos apoios nesta tipologia reflete um esforço, positivo, de focalização e seletividade do Programa face, por um lado, à sua reduzida dimensão financeira e articulação com outros Programas e, por outro lado, à maior aposta no domínio da competitividade e das ações de natureza imaterial que devem conduzir as prioridades das regiões em transição para o objetivo competitividade e emprego, onde as ações ao nível da conclusão de redes de equipamentos devem ser muito focalizadas.

Em síntese, na ótica da Inclusão Social e do Emprego, considera-se que o PO Algarve 21, nos seus vários Eixos Prioritários, teve um contributo positivo a diferentes níveis, designadamente:

- Qualificação e modernização do tecido empresarial, promoção do empreendedorismo qualificado e melhoria das condições da envolvente empresarial, aumentando as condições para a instalação de empresas e a atração de novos projetos de investimento e induzindo a manutenção e criação de emprego, por via dos apoios concedidos no EP1.
- Modernização e requalificação da rede de ensino pré-escolar e do 1º ciclo, tendo sido apoiadas intervenções em 17 instituições de ensino de 9 concelhos da Região, assim como, operações de apetrechamento tecnológico.
- Melhoria da eficiência energética das IPPS’s com o apoio a cerca de uma dezena de entidades da economia social.
- Reforço da rede de equipamentos de saúde através da conclusão do Centro de Saúde de Portimão, da instalação e/ou equipamento de novas unidades funcionais de saúde nos concelhos de Castro Marim, Lagos, Loulé, Olhão e Faro.
- Requalificação e dinamização das zonas urbanas, através do apoio à Rede Urbana para a Competitividade e Inovação do Algarve Central, das Parcerias para a Regeneração Urbana em Loulé, Tavira e Olhão, e de outras ações de requalificação urbana em Lagos, Faro, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António;
- Dinamização das zonas de baixa densidade, nomeadamente, através da valorização dos recursos do território e da promoção da capitação das instituições, por via das duas EEC PROVERE - Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos reconhecidas, a EEC - Algarve Sustentável – Desenvolvimento Sustentável das Áreas de Baixa Densidade do Algarve e a EEC – Âncoras do Guadiana.

	N.º Projetos	Investimento Elegível aprovado (€)	%
EP 1. Competitividade, Inovação e Conhecimento	419	239.221.175,50	61,2
EP 2. Proteção e Qualificação Ambiental	89	36.323.796,71	9,3
EP 3. Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano	115	106.543.022,22	27,3
Infraestruturas e Equipamentos de Saúde	3	4.065.998,41	1,0
Mobilidade Territorial	27	29.853.573,37	7,6
Política de Cidades - Parcerias para a Regeneração Urbana	28	7.554.500,88	1,9
Política de Cidades - Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação	8	3.977.174,62	1,0
Reabilitação Urbana e Rural	24	9.776.911,63	2,5
Rede de Equipamentos Culturais	5	1.370.259,74	0,4
Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	17	27.941.110,27	7,2
Valorização e Animação do Património Cultural	2	7.003.493,30	1,8
Iniciativa Jessica	1	15.000.000,00	3,8
Assistência Técnica	9	8.652.497,52	2,2
Total	632	390.740.491,95	100,0

Tabela 17. Projetos aprovados pelo PO Algarve 21 (30 de abril de 2015)

Fonte: Autoridade de Gestão do PO Algarve 21

• Programa Operacional do Potencial Humano

O Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), vocacionado para a melhoria das qualificações escolares e profissionais dos portugueses e a promoção do emprego e da inclusão social, apoiou até 31 de Dezembro de 2013, na Região do Algarve (Eixo 8) cerca de 1.200 Pedidos de Apoio, num total de 134 Milhões de euros de Despesa Pública aprovada.

No domínio da Inclusão Social e do Emprego os apoios concedidos centraram-se, sobretudo, no Eixo de Intervenção Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social, o qual concentra quase 30% dos montantes FSE aprovados. Este Eixo concentra um conjunto diversificado de apoios no domínio da inclusão social, sendo por esta via que foram financiados, p.ex.:

- Qualificação das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade;
- Contratos Locais de Desenvolvimento Social;
- Programa Escolhas, que se estrutura em cinco áreas estratégicas de intervenção, das quais quatro são apoiadas pelo POPH, nomeadamente, a inclusão escolar e educação não formal, a transição para a vida ativa e empregabilidade, a dinamização comunitária e cidadania, e o empreendedorismo e capacitação;
- Programa Português para Todos da ex-ACIDI (atual Alto Comissariado para as Migrações);
- Alargamento da rede de equipamentos sociais nas áreas da população idosa e pessoas com deficiência, tendo sido apoiados 9 respostas de apoio social;
- Ações de desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais junto de grupos excluídos ou socialmente desinseridos, tendo em vista a aquisição de capacidades que lhes permitam integrar ou concluir percursos educativos e/ou formativos que confirmem certificação e/ou a reintegração no mercado de trabalho, tendo participado neste tipo de formação 1.867 pessoas;
- Centro Nacional de Apoio ao Imigrante e os Gabinetes Locais de Apoio - ações de capacitação de associações de imigrantes e projetos piloto de mediadores municipais.

No POPH, destaca-se, ainda, o Eixo Igualdade de Género, que permitiu o apoio à elaboração de 6 Planos para a Igualdade, 21 projetos de promoção do empreendedorismo feminino, assim como, o apoio a organizações não governamentais e a formação de públicos estratégicos. O POPH contribuiu, igualmente, para melhorar as condições de empregabilidade da população, nomeadamente através do:

- Eixo Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida que absorve cerca de 1/3 do FSE aprovado, evidenciando a aposta na formação da população ativa, via p.ex., Cursos de Educação de Adultos, ou formações modulares certificadas, abrangendo mais de 71 mil participantes nos cerca de 350 projetos aprovados.

- Eixo Qualificação Inicial, com um montante aprovado de FSE que representa cerca de 1/5 do total, destacando-se os Cursos Profissionais e os Cursos de Educação e Formação de Jovens, abrangendo quase 15 mil participantes.
- Eixo Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, que absorve 11% dotação FSE aprovada pelo Programa no Algarve, onde se destaca a Formação-ação, evidenciando uma aposta na qualificação de ativos empregados através de programas de formação/*coaching*. Este tipo de formação, de acordo com os atores entrevistados é a que melhor permite responder às necessidades específicas de qualificação de reforço de competências do tecido empresarial, uma vez que se trata de uma modalidade mais maleável e com maior capacidade de adaptação.

	N.º Projetos aprovados e propostas aprovação	Montante aprovado FSE (€)	FSE (%)	N.º Participantes
Qualificação Inicial	208	20.887.220	21,4	16.064
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	386	33.938.120	34,8	71.555
Gestão e Aperfeiçoamento Profissional	365	11.150.288	11,4	33.959
Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social	184	27.843.366	28,5	9.931
Formação para a Inclusão	40	2.584.868	2,6	1.867
Qualificação das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade	52	10.804.387	11,1	1.665
Apoio Mediação e Integração das Pessoas c/Deficiências ou Incapacidade	4	221.135	0,2	
Qualidade dos Serviços e Organizações	22	410.567	0,4	723
Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas	8	779.004	0,8	
Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros	24	979.193	1,0	5.676
Apoio Consórcios Locais p/ Promoção Inclusão Social Crianças e Jovens	2	1.781.223	1,8	
Apoio ao Acolhimento e Integração dos Imigrantes	10	1.284.958	1,3	
Ações. Form/Sensib. Dirig. Públ. Estrat. Dom. Acolh. e Integração dos Imigrantes	5	79.223	0,1	
Apoio Investimento a Respostas Integradas Apoio Social	9	4.752.866	4,9	
Contratos Locais de Desenvolvimento Social	4	3.672.531	3,8	
Educação para a Cidadania - Projetos Inovadores	4	493.410	0,5	
Igualdade de Género	84	2.595.435	2,7	991
Planos para a Igualdade	6	231.378	0,2	
Apoio Técnico às Organizações Não Governamentais	16	971.981	1,0	
Apoio a Projetos de Formação para Públicos Estratégicos	36	391.644	0,4	868
Apoio ao Empreend, Assoc. Criaç. Redes Emp. Ativ. Econ. Mulheres	21	734.649	0,8	123
Projetos de Intervenção no combate à Violência de Género	5	265.783	0,3	
Assistência Técnica		1.151.255	1,2	
Total Eixo 8	1.227	97.565.684	100,0	132.500

Tabela 18. Projetos aprovados pelo POPH por Tipologia de Intervenção (31 de dezembro de 2013)

Fonte: AG POPH (fevereiro de 2014).

Com base nos elementos de diagnóstico e balanço analisados nos pontos anteriores, apresenta-se de seguida uma Matriz que sintetiza os principais pontos fortes, pontos

fracos e oportunidades e ameaças da Região no domínio da inclusão social e do emprego.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Mercado de Emprego	
<ul style="list-style-type: none"> Diversidade de recursos endógenos passíveis de valorização económica, com experiências de sucesso no seu aproveitamento. Existência de um conjunto de instituições / entidades com papel relevante na promoção do emprego. 	<ul style="list-style-type: none"> Concentração do emprego na faixa litoral e nas atividades relacionados com o turismo “sol e praia”, marcado por uma forte sazonalidade e precaridade pela redução do período de trabalho sazonal. Aumento dos níveis de desemprego, de forma transversal a todas as idades e níveis de habilitação. Fraco dinamismo económico e baixa capacidade de criação de emprego. Desajustamento entre oferta e procura de emprego.
Educação e Formação	
<ul style="list-style-type: none"> Recuo da taxa de abandono precoce do sistema de ensino/formação. Experiência de sucesso na implementação de PIEF. Aumento da proporção da população com pelo menos o Ensino Secundário concluído. Reestruturação das infraestruturas escolares: fecho da rede do 1º ciclo e requalificação (física e tecnológica) das estruturas de educação. 	<ul style="list-style-type: none"> Baixas qualificações/competências profissionais da população e dos empresários. Fracas competências para a empregabilidade e para o empreendedorismo. Reduzida diversificação da oferta formativa existente, pouco focada na empregabilidade e desajustada face às necessidades das empresas, não tendo em conta os ciclos de emprego temporário. Baixos níveis de pré-escolarização e níveis elevados de insucesso e abandono escolar e respostas insuficientes para alunos com dificuldades de aprendizagem. Desadequação do Sistema Educativo para lidar com alunos com problemas comportamentais / disciplinares / emocionais. Falta de quadros técnicos especializados (p.ex., psicólogos, professores do ensino especial e terapeutas).
Inclusão social	
<ul style="list-style-type: none"> Existência de equipamentos de proximidade, com respostas diversificadas e dirigidas para públicos heterógenos e com uma boa cobertura territorial. Existência de Programas de promoção do sucesso escolar e desenvolvimento de competências pessoais e sociais promotoras de inclusão social. Existência de Programas municipais de apoio às famílias mais carenciadas. Trabalho desenvolvido pelas entidades existentes no âmbito das Redes Sociais concelhias. Existência de alguns Projetos inovadores de âmbito social. 	<ul style="list-style-type: none"> Isolamento dos idosos e envelhecimento passivo, com fracas redes familiares ou de vizinhança de apoio e fraco envolvimento na comunidade. Insuficiente capacidade das respostas sociais existentes para grupos específicos (p.ex., ao nível da deficiência, saúde mental, lar de idosos e apoio domiciliário, cuidados continuados e cuidados paliativos, sem abrigo, menores adolescentes em risco, mulheres vítimas de violência doméstica). Fraco dinamismo associativo e participação comunitária e cívica. Existência de territórios de maior risco e com maior incidência de comportamentos delinquentes/marginalidade. Falta de comunicação, articulação e trabalho em parceria entre as entidades, com insuficiente oferta de soluções multidimensionais integradas e sobreposição de competências/respostas. Falta de visão empresarial, de planeamento estratégico e de avaliação das instituições e da intervenção na área social. Pouca flexibilidade e inadaptação do funcionamento/organização dos equipamentos / serviços e respostas sociais às necessidades da comunidade. Subaproveitamento, envelhecimento, fraca manutenção e desadequação de alguns equipamentos sociais existentes. Falta de recursos técnicos nas Instituições e sustentabilidade problemática dos projetos após o término do financiamento.

Tabela 19. Matriz SWOT – Pontos Fortes e Fracos

Fonte: AG POPH (fevereiro de 2014).

Oportunidades	Ameaças
Mercado de Emprego	
<ul style="list-style-type: none"> • Diversificação e qualificação da oferta turística. • Capacidade de desenvolvimento e atração de investimento de base empresarial para aproveitamento dos recursos endógenos. • Diversificação da economia regional, alavancando outras atividades económicas focadas em nichos de mercado de elevado valor/potencial, aproveitando a dinâmica do turismo, os recursos locais, o conhecimento e a capacidade instalada. • Reindustrialização associada aos setores tradicionais da economia regional, dinamização de emprego, acréscimo de valor e a dinamização de redes de cooperação / transferência de conhecimento entre a investigação e o meio empresarial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Incapacidade de substituição de geração - envelhecimento. • Migração dos jovens. • Tecido económico e social fragilizado pela redução da oferta de postos de trabalho. • Quebra da atividade turística e incapacidade de criação de emprego. • Aumento de desempregados com reduzida empregabilidade e em risco de exclusão definitiva do mercado de trabalho. • Rigidez do tecido económico, empresarial e do perfil de recursos humanos perante os fenómenos de mudança.
Edução e Formação	
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria dos níveis de habilitação e qualificação dos ativos. • Implementação e estratégias integradas de promoção do emprego e da inclusão social. • Alargamento das ofertas profissionalizantes e alternativas curriculares. • Política nacional de combate ao insucesso escolar. • Diversificação das ofertas formativas para responder às necessidades dos alunos e do tecido empresarial. 	<ul style="list-style-type: none"> • Desadequação da formação e insuficiente qualificação dos recursos humanos locais para as novas atividades, com maior conteúdo em inovação. • Limitação na capacidade da Região em ajustar a oferta formativa às necessidades da procura (p.ex: prioridades nacionais para o Catálogo de ofertas formativas).
Inclusão social	
<ul style="list-style-type: none"> • Enquadramento das políticas sociais e de emprego e instrumentos de financiamento disponíveis. • Desenvolvimento de projetos inovadores. • Reforço do capital social através da melhoria da qualidade das redes e parcerias. • Refuncionalização de infraestruturas e equipamentos. • Maior protagonismo e envolvimento dos municípios, de entidades da economia social e do tecido empresarial. • Empreendedorismo social como resposta à crise, com a criação de emprego em mercados atípicos. • Crescente exigência dos utentes, dos financiadores e das instituições para qualificar e certificar os serviços prestados aos cidadãos em todas as áreas sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Declínio demográfico, aceleração do despovoamento e do isolamento. • Degradação da situação económica da população e agravamento dos níveis de pobreza e dos fenómenos de exclusão social. • Incapacidade de resposta das estruturas regionais face ao crescimento das situações de desemprego, pobreza e emergência social. • Insustentabilidades dos equipamentos e respostas sociais. • Concentração dos equipamentos nas áreas do litoral (saúde, ensino,...). • Contração do investimento público e recuo das funções do Estado nas intervenções de âmbito social.

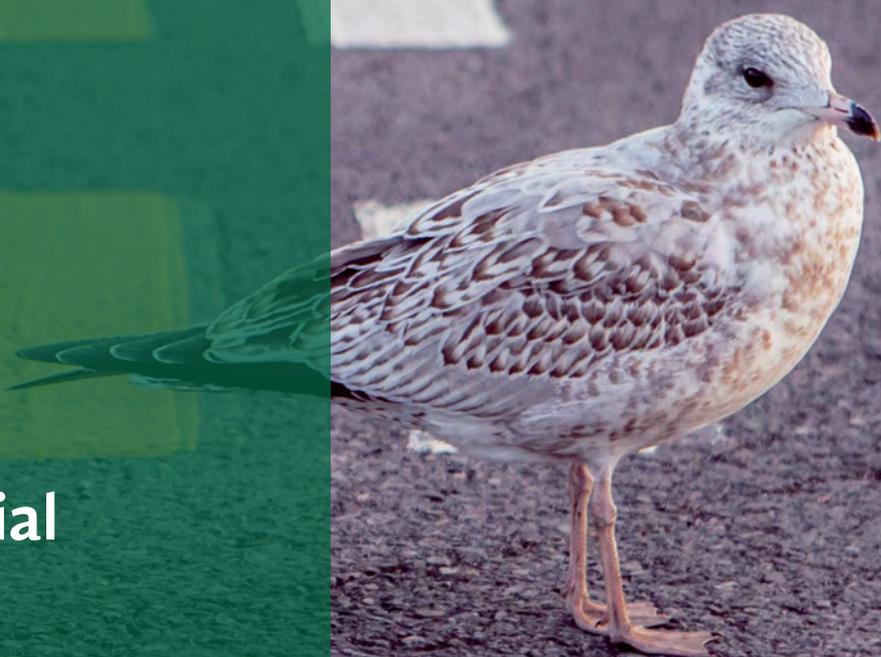
Tabela 20. Matriz SWOT – Oportunidades e Ameaças

Fonte: AG POPH (fevereiro de 2014).



02

**Modelo territorial
de intervenção**



2.1 *Abordagem prospetiva - Cenários contrastados*

Este Ponto pretende apresentar futuros possíveis no domínio da Inclusão Social e do Emprego, a partir de um conjunto de elementos com influência e estruturantes da trajetória de evolução, potencialmente indutores de mudança nos próximos anos.

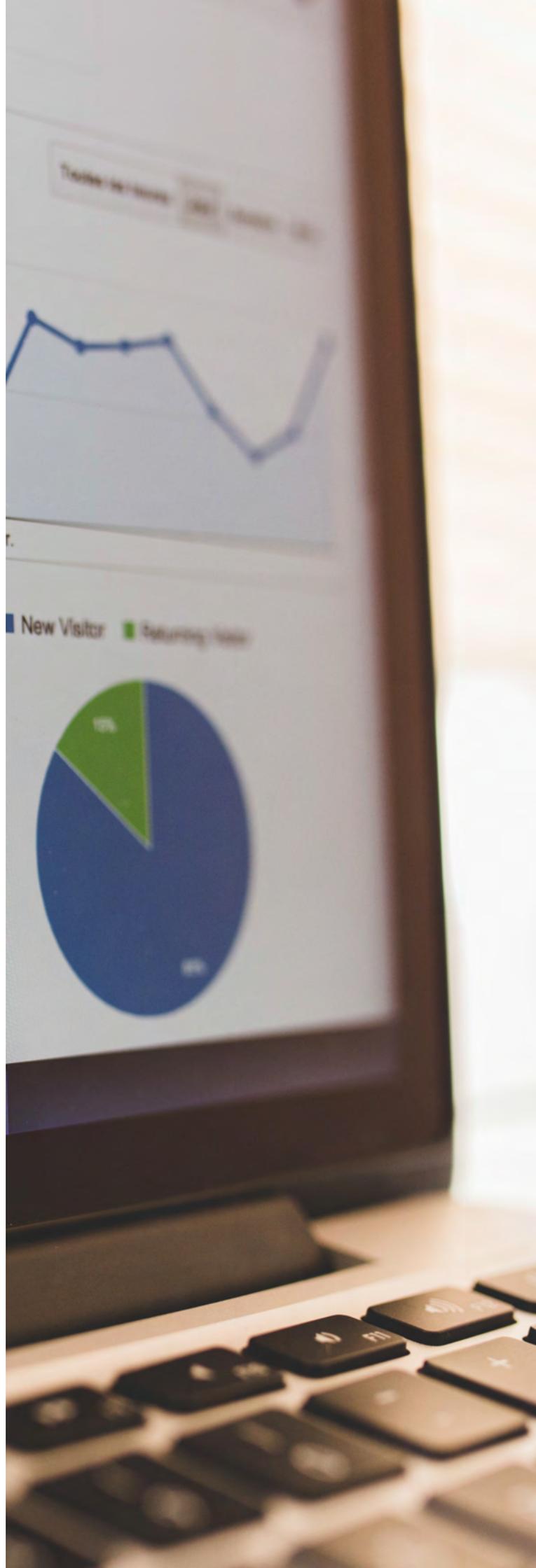
Através de um exercício simples de prospetiva, pretende-se, desta forma, fazer a representação de vários futuros possíveis, enriquecendo as condições de análise e reflexão em torno da identificação fundamentada de opções estruturantes orientadas para inspirar a definição de um quadro de referência estratégico no domínio da Inclusão Social e do Emprego, através da opção por um cenário desejável, simultaneamente ambicioso e exequível, realista e mobilizador.

A elaboração dos cenários assenta na definição de hipóteses de evolução diferenciada para um conjunto de fatores críticos/dimensões de incerteza, apresentando diferentes futuros possíveis que modelam diferentes perspetivas de desenvolvimento.

O exercício de Cenarização simples do domínio da Inclusão Social e do Emprego no horizonte 2030 é organizado em torno de variáveis sociais (sobretudo, dinâmica demográfica, potencial humano e sistema de educação e formação), económicas (dinâmica de desenvolvimento económico), territoriais (património) e institucionais (políticas ativas de emprego, de inserção e integração social, trabalho em parceria,...).

O contraste na construção dos Cenários é organizada em torno de:

- uma perspetiva indesejável, que aprofunda o agravamento do desemprego estrutural, o aumento da pobreza e a degradação da coesão social e territorial;
- uma perspetiva de evolução que vai no sentido de estancar o aumento do desemprego e com controlo das situações de pobreza e integração relativa de grupos problemáticos.
- uma perspetiva de coesão social com aumento dos níveis de emprego e atenuação das desigualdades e assimetrias sociais e territoriais.



INCERTEZAS (Componentes)	HIPÓTESES		
	A (Negativa)	B (Intermédia)	C (Otimista)
Dinâmica demográfica e povoamento	Diminuição dos ritmos de crescimento da população e dificuldades de fixação de população jovem, com reflexos no acentuado envelhecimento e isolamento da população. Povoamento disperso e desordenado, com desertificação dos espaços rurais.	Manutenção dos ritmos de crescimento da população. Concentração da população nos polos urbanos do litoral com fraca articulação com os espaços do Barrocal e da Serra.	Aumento da população, com capacidade de atração de novos habitantes, nomeadamente, população jovem qualificada e revitalização das zonas rurais. Criação de um modelo policêntrico dos territórios, com reforço da coesão socio-territorial.
Dinâmica de desenvolvimento económico	Fraco aproveitamento e valorização económica dos recursos endógenos. Estagnação do setor do turismo. Fraca capacidade de promover novas iniciativas empresariais. Ligação ténue entre as entidades do SCTR e o tecido empresarial.	Aproveitamento dos recursos exógenos de forma pontual e assente nas oportunidades abertas pelo mercado turístico de proximidade, com fraca capacidade de inovação e de criação de valor acrescentado. Crescimento ligeiro do turismo. Capacidade de iniciativa empresarial moderada, pouco intensiva em conhecimento e reativa face à procura sazonal do mercado turístico. Ligação das entidades do SCTR ao tecido empresarial pautada pela prestação de alguns serviços de assessoria técnica.	Valorização económica dos recursos endógenos, nomeadamente, através da incorporação de inovação. Diversificação e qualificação da iniciativa empresarial, nomeadamente, através do reforço da incorporação tecnológica. Aumento do empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo social. Crescimento e aposta em fatores de diferenciação no setor do turismo, com maior valorização do património natural, cultural e histórico e ligação entre o litoral e as zonas de baixa densidade. Cooperação institucional entre as entidades do SCTR e as empresas, consubstanciado o desenvolvimento crescente de projetos de I&D conjuntos e uma maior incorporação de inovação por parte do tecido empresarial.
Potencial humano e sistema de educação e formação	Desajustamento entre a oferta educativa e formativa e as necessidades das empresas e de desenvolvimento da Região. Prolongamento da escassa diversificação da oferta educativa e formativa existente e pouco focada nos resultados ao nível da empregabilidade.	Diversificação moderada das ofertas educativas e formativas, mas de forma reativa face às necessidades de qualificação do mercado de trabalho.	Sistema de educação e formação pró-ativo no sentido da antecipação de novas qualificações, da formação ao longo da vida e da promoção de uma cultura de empreendedorismo. Crescente qualificação da população e desenvolvimento de competências em domínios-chave para o desenvolvimento regional.

Tabela 21. Cenários constatados de desenvolvimento no domínio da Inclusão Social e do Emprego

INCERTEZAS (Componentes)	HIPÓTESES		
	A (Negativa)	B (Intermédia)	C (Otimista)
Políticas de inserção e integração social	Degradação da situação económica da população e agravamento dos níveis de pobreza. Aumento dos fenómenos de exclusão social. Incapacidade, inflexibilidade, inadaptação do funcionamento e organização dos equipamentos, serviços e respostas sociais face às necessidades da população e ao crescimento das situações de pobreza e emergência social. Insustentabilidades dos equipamentos e das respostas sociais. Concentração do funcionamento dos equipamentos nas áreas do litoral (saúde, ensino,...).	Ligeira redução dos fenómenos de pobreza e exclusão social. Aplicação de medidas passivas de combate aos fenómenos de exclusão social e de promoção da integração social. Existência de pobreza estrutural e de bolsas de exclusão social. Razoável capacidade de resposta dos equipamentos e serviços existentes; abordagem muito centrada no assistencialismo, com ausência de resposta integradas e multi-dimensionais.	Redução dos fenómenos e das bolsas de exclusão social. Promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão e integração social, através de um abordagem integrada e multi-dimensional. Melhoria da acessibilidade de proximidade a equipamentos e serviços de apoio social e pessoal e da qualidade no desempenho desses serviços.
Envolvimento e trabalho em parceria dos atores locais	Falta de comunicação, articulação e trabalho em parceria entre as entidades, com ausência de respostas integradas. Desajustamento das competências dos atores locais para responder aos desafios de desenvolvimento regional.	Falta de articulação e elevado número de entidades com competências de decisão/parecer ou sobreposição de competências. Utilização dos instrumentos de intervenção na área social (p.ex., Rede Social, CLAS e CDLS) de forma pouco estruturada.	Mobilização dos atores locais, trabalho em rede e concertação de estratégias e programas com o desenvolvimento de programas de base territorial, carácter multidimensional. Mobilização articulada de vários instrumentos de apoio à intervenção na área social e de promoção do emprego e de novas formas de <i>networking</i> . Capacitação (técnica e de gestão) dos atores locais. Promoção de uma cultura de inovação social.
Visão de Síntese	Agravamento do desemprego estrutural e aumento da pobreza e degradação da coesão social e territorial.	Manutenção dos níveis de desemprego e controlo das situações de pobreza e integração relativa de grupos problemáticos.	Redução do desemprego e atenuação das desigualdades e assimetrias sociais e territoriais.

Tabela 21. Cenários constatados de desenvolvimento no domínio da Inclusão Social e do Emprego

Os Cenários traçados apresentam, no essencial, as seguintes características:

- **O Cenário A** corresponde a um cenário fortemente condicionado pelas limitações financeiras das entidades públicas e pela falta de iniciativa das entidades privadas, assistindo-se ao predomínio da gestão conjuntural e à fraca capacidade de mobilização dos atores regionais (públicos, associativos e empresarial). Trata-se de um Cenário que traduz uma evolução condicionada pelos recursos existentes, com capacidade autónoma limitada, acentuando os constrangimentos que afetam a Região, nomeadamente, em termos de qualificação do setor do turismo, diversificação económica e criação de valor acrescentado na Região, com reflexo nos níveis de desemprego e consequente degradação da situação económica da população. Este Cenário compreende, assim, restrições importantes em matéria de atenuação das disparidades entre o Litoral e o Interior, e de promoção da inclusão social. Como resultado, neste Cenário assiste-se a um agravamento do desemprego estrutural, ao aumento da pobreza e à degradação da coesão social e territorial.
- **O Cenário B** corresponde a um consolidação do modelo social e económico tradicional com a ausência de estratégias claras, a incapacidade de concertação entre atores não permitindo encontrar sinergias coletivas para a inversão das tendências registadas nos últimos anos. Trata-se de um Cenário onde alguns dos constrangimentos estruturais da Região são atenuados, mas os esforços não são eficazes na inversão das tendências, existindo uma estagnação com manutenção dos níveis de desemprego ainda que com controlo das situações de pobreza e integração relativa de grupos problemáticos, sobretudo, através de uma abordagem assistencialista.
- **O Cenário C** corresponde a um território que conseguiu definir uma nova trajetória de desenvolvimento assente na valorização e aproveitamento integrado dos seus recursos e potencialidades, tendo capacidade para renovar e diversificar o seu tecido produtivo, promover a qualificação dos seus recursos humanos e diminuir os fenómenos de exclusão social. Trata-se de um Cenário dependente da capacidade de trabalho em rede e de concertação de estratégias, onde dimensões como Dinâmica Empresarial e Empreendedorismo, Potencial humano, Capital social e Cooperação territorial se assumem como fatores críticos para a mudança. Neste Cenário, a Região consegue encontrar um renovado rumo para o seu desenvolvimento promovendo uma atenuação das desigualdades e assimetrias sociais e territoriais.

Face aos desafios com que a Região se defronta, ao reconhecimento da necessidade de uma nova filosofia e abordagem integrada de olhar, pensar e intervir na Região e às possibilidades abertas pelo novo Programa Operacional considera-se que o Cenário C é aquele que melhor representa o futuro desejado para o Algarve, devendo orientar e organizar as ações a materializar tem em vista a sua concretização.

A problemática da Inclusão Social e do Emprego no Algarve e a Estratégia definida neste domínio no horizonte 2014-2020 deve ser enquadrada nos principais instrumentos de política regional, os quais integram um conjunto de orientações e princípios e constituem uma importante fonte de financiamento para alavancar investimento essencial para a promoção da empregabilidade e da inclusão ativa.

No âmbito da preparação do período de programação 2014-2020, o Algarve elaborou o seu Plano de Ação Regional (PAR), que constitui o Documento de Orientação Estratégica para o desenvolvimento da Região no horizonte 2020, servindo como quadro de referência para a identificação de prioridades estratégicas por parte dos atores regionais (públicos, associativos e privados) e para a integração regionalmente estruturada de opções estratégicas de intervenção, a desenvolver no âmbito dos respetivos instrumentos estratégicos de programação, nomeadamente, o Programa Operacional para a Região, denominado CRESC Algarve 2020. Complementarmente, e em articulação embora de forma autónoma, foi elaborada a Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (EEI) do Algarve, assim como, o Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2020- Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, da AMAL.

• Plano de Ação Regional

O PAR estabelece como visão partilhada para a Região: *“Transformar o Algarve em 2020, numa região dinâmica, inclusiva e sustentável, capaz de gerar mais e melhores empregos, produzir bens e serviços com alto valor acrescentado, através da inovação e do conhecimento científico, do potencial socioeconómico regional, assegurando com base numa governança partilhada o reforço da competitividade regional, e a coesão económica, social e territorial.”*

O PAR identifica os Constrangimentos Chave e Desafios da Região, os quais serviram de base para a estruturação da intervenção para os próximos anos em torno de cinco Pilares e de um conjunto de Linhas de Estratégias de Intervenção, numa lógica de articulação dos domínios chave de Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo.

No quadro de referência definido para a Região, o domínio da Inclusão Social e do Emprego assume um papel central, com o PAR a contemplar dimensões relevantes para a abordagem desta problemática, incluídas em vários Pilares Estratégicos de Intervenção, nomeadamente:

- **Capacitação para a Empregabilidade:** Ajustar e reorientar as competências regionais para a empregabilidade e criar condições para a emergência de respostas criativas e inovadoras quer no âmbito social e de proximidade, quer nas ofertas especializadas ou avançadas; Reforçar as ofertas qualificantes e melhorar o desempenho das organizações e da prestação de serviços às empresas (numa lógica de redução dos custos de contexto), e aos cidadãos. Reforçar as lideranças regionais e capacitar parcerias e lógicas de envolvimento empenhado.
- **Coesão e Inclusão:** Reduzir as disparidades e assimetrias territoriais existentes, intervindo conjuntamente nas dimensões económica, social e ambiental, procurando garantir um território menos fragmentado e uma rede urbana coerente e competitiva, capaz de dinamizar o robustecimento da economia.
- **Inovação e Diversificação:** Alargar a base económica empresarial, reforçando o emprego e a valorização dos recursos endógenos (nomeadamente, através do incentivo à articulação entre os setores chave da Região no âmbito da RIS3); Fomentar a inovação tendo em vista a melhoria da produtividade, reforçando a sustentabilidade da economia e do emprego, reduzindo o impacto sazonal e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e das famílias.
- **Programa Operacional Regional - CRESC Algarve 2020**

O CRESC Algarve 2020, enquadra as opções e as prioridades de investimento para Região no horizonte 2020 tendo em consideração os Regulamentos e as orientações comunitários e o definido a nível nacional, nomeadamente no Acordo de Parceria. O CRESC define como principal desígnio, no horizonte 2020, transformar o Algarve numa “Região Competitiva, Resiliente, Empreendedora e Sustentável com base na valorização do Conhecimento”.

No enquadramento do financiamento comunitário para a Região no horizonte 2014-2020 destaca-se a conjugação de Fundos FEDER e FSE, sendo que todas as intervenções financiadas por estes dois Fundos a nível regional estarão abrangidas pelo CRESC Algarve 2020, com exceção das intervenções no âmbito da Iniciativa Emprego Jovem, que será contemplada no PO Temático Inclusão Social e Emprego.

A abordagem dos domínios da Inclusão Social e do Emprego, ainda que possa beneficiar dos apoios concedidos em outros Eixos Prioritários, terá como principal Eixos de enquadramento os seguintes:

- **EP 5. Investir no emprego**, o qual inclui apoios para: a integração no mercado de trabalho de desempregados, candidatos a emprego e inativos; melhoria das condições de empregabilidade e de adaptação à mudança; e a promoção do empreendedorismo e estímulo à criação de atividade por conta própria e apoio às microempresas.
- **EP 6. Afirmar a coesão social e territorial**, abrangendo o apoio a: inclusão ativa, com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade; luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades; investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais e a melhoria do acesso a serviços sustentáveis; e o DLBC.
- **EP 7. Reforçar as competências**, intervindo em domínios como: redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade; Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida; Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho; e a melhoria de rede de equipamentos de ensino e formação.

As abordagens integradas de desenvolvimento, preconizadas pelos documentos comunitários para este período de programação, e que se considera ter elevado potencial para a promoção da inclusão social e do emprego, assumem uma elevada importância no CRESC Algarve 2020. Este instrumento da Estratégia Regional propõe uma abordagem global para a operacionalização da estratégia de desenvolvimento regional e utilização integrada dos instrumentos que a Região pode mobilizar. Neste contexto, o Programa propõe a constituição de uma Plataforma para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Algarve, assente num modelo de articulação, concertação e responsabilização mútua entre agentes de desenvolvimento regionais orientado para implementar a Estratégia Regional e com incidência na absorção dinâmica dos instrumentos operacionais disponibilizados pelo Programa Operacional [p.ex., DLBC, estratégias urbanas de desenvolvimento sustentável e de regeneração física, económica e social das comunidades em territórios desfavorecidos (urbanas e rurais)].

Adicionalmente, o Programa define um conjunto de intervenções integradas a implementar no território mais abrangente do que o definido no Acordo de Parceria, considerando-se que, de forma articulada, estes instrumentos podem veicular uma nova filosofia de promoção da inclusão social e do emprego. As intervenções integradas previstas no CRESC Algarve incluem:

- **Pacto Territorial para a Empregabilidade (PTE)**, instrumento que enquadra abordagens territorializadas e integradas de combate ao desemprego e promoção da empregabilidade, tendo em vista uma melhor adequação das respostas abrangidas pelas medidas ativas de emprego e formação profissional.
- **Pacto Territorial para a Inclusão Social**, instrumento que pretende criar respostas integradas e completas para as diferentes necessidades dos beneficiários, apoiando de forma articulada os processos de atendimento, encaminhamento e acompanhamento de pessoas e das famílias em situação de risco e vulnerabilidade, passando de uma abordagem assistencialista para um modelo de intervenção social mais flexível, assente numa lógica de prevenção e de promoção da cidadania ativa.
- **Desenvolvimento Local de Base Comunitária**, visando promover, em territórios específicos, a concertação estratégica e operacional entre parceiros, focalizada na dinamização e diversificação das economias de base rural e das zonas piscatórias e costeiras.
- **Redes para a competitividade e inovação**, de carácter supra municipal, através de soluções inovadoras de gestão que promovam a sustentabilidade das redes de equipamentos públicos e os serviços urbanos com recurso às novas tecnologias, bem como ações de valorização, promoção e animação económica e cultural dos territórios.
- **Intervenção integrada para a revitalização das comunidades rurais, nomeadamente na área de valorização do património natural e cultural, bem como do potencial endógeno**, prevendo a laboração de Planos de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos
- **Ações de reabilitação urbana e inclusão social** no âmbito das quais serão privilegiadas as operações integradas de reabilitação e revitalização de áreas urbanas conjugando intervenções em espaço público e de reabilitação de edificado privado (intervenções tipo Jessica), em espaços desfavorecidos consolidados ou periféricos com características de degradação e abandono e com prioridade ao combate dos fatores de exclusão, à sua integração territorial e à sua revitalização social, económica e urbanística.

Relativamente ao FSE, a Tabela seguinte apresenta uma Comparação das Tipologias de Intervenção contempladas no Eixo 8 do POPH com as intervenções previstas no CRESC Algarve 2020, sendo de destacar que, de uma forma global, as intervenções financiadas pelo POPH

encontram enquadramento nos instrumentos de financiamento definidos para o período de programação 2014-2020, exceção para algumas Tipologias de Intervenção muito específicas, como a formação de profissionais do setor da saúde, o apoio técnico às organizações não go-

vernamentais ou o empreendedorismo feminino que não estão detalhadas na versão disponibilizada no Programa, o que não significa que não possam ter enquadramento nas Prioridade de investimento previstas.

Tipologia de intervenção POPH	Prioridades de Investimento no CRESC 2020
Qualificação Inicial	
Sistema de Aprendizagem	10.iii.
Cursos Profissionais	10.iv.
Cursos de Educação Formação de Jovens	10.i. (Ensino vocacional básico)
Cursos de Especialização Tecnológica	10.iv.
Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida	
RVCC	10.iii.
Cursos de Educação Formação de Adultos	10.iii.
Formações Modulares	8.v.
Gestão e Aperfeiçoamento Profissional	
Programa de Formação - Ação - OI	8.v.
Formação para a Inovação e Gestão	8.v.
Qualificação dos Profissionais da Administração Pública Central	8.i. e 11.i.
Formação dos Profissionais. Administração Pública Local	8.i. e 11.i.
Formação Profissionais do Sector da Educação	10.iv.
Formação de Profissionais da Saúde	Não há medida específica, (eventualmente na PI 9.iv.)
Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social	
Formação para a Inclusão	9.i.
Qualificação das Pessoas com Deficiência ou Incapacidade	9.i.
Apoio Mediação e Integração das Pessoas c/Deficiências ou Incapacidade	9.i./9.iv.
Qualidade dos Serviços e Organizações	9.iv.
Ações de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas	9.i.
Formação em Língua Portuguesa para Estrangeiros	9.i.
Apoio Consórcios Locais p/ Prom. Inclusão Social Crianças e Jovens	9.i.
Apoio ao Acolhimento e Integração dos Imigrantes	9.i.
Ações Formação/Sensibilização Dirigidas a Públicos Estratégicos no Domínio do Acolhimento e Integração dos Imigrantes	9.iv.
Apoio Investimento a Respostas Integradas Apoio Social	9.a. (Infraestruturas)
Contratos Locais de Desenvolvimento Social	9.i.
Educação para a Cidadania - Projetos Inovadores	9.i.
Programas Integrados de Promoção do Sucesso Educativo*	10.1.
Igualdade de Género	
Planos para a Igualdade	8.iv.
Apoio Técnico às Organizações Não Governamentais	Não existe apoio específico
Apoio a Projetos de Formação para Públicos Estratégicos	9.iii.
Apoio ao Empreendedorismo, Associativismo e Criação de Redes Empresariais de Atividades Económicas Geridas por Mulheres	8.iv. e 8.iii.
Projetos de Intervenção no combate à Violência de Género	9.iii.

Tabela 22. Comparação Tipologias de Intervenção POPH vs CRESC Algarve 2020

Adicionalmente, o CRESC Algarve 2020 contempla um conjunto de ações que não estavam abrangidas no Eixo 8.

Algarve, do POPH, conforme se exemplifica na Tabela seguinte.

PI	Exemplos de ações a apoiar
8.i	<ul style="list-style-type: none"> • Apoios à contratação; • Apoios à transição para a vida ativa e à reconversão profissional.
8.iii	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio ao Empreendedorismo e à criação do Próprio Emprego para desempregados e dos jovens à procura do primeiro emprego; • Apoio à criação do próprio emprego por parte dos desempregados, incluindo pagamento, total ou parcial das prestações de desemprego; • Apoios integrados à capacitação, formação, desenvolvimento de plano de negócios, lançamento da iniciativa e acompanhamento de empreendedores; • Apoio à Promoção do Artesanato e dos Ofícios Tradicionais (ACPE); • Ensaio de soluções de inovação social e novas respostas sociais, reforçando a lógica inclusiva e solidária dos territórios apoiados; • Apoio ao empreendedorismo cooperativo; • Desenvolvimento de redes de serviços de proximidade junto das comunidades locais; • Animação de estruturas de suporte (viveiros de empresas) facilitadoras do empreendedorismo; • Implementação de planos de formação adaptados às necessidades locais; • Apoio à qualificação, em especial de jovens para a implementação de projetos de inovação social; • Apoio a iniciativas no domínio do combate às alterações climáticas (emprego verde).
8.a	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos ao investimento em infraestruturas e equipamentos de pequena dimensão associado à criação de microempresas e de empresas sociais; • Infraestruturas para apoio à incubação de iniciativas empresariais de pequena escala de natureza inovadora, incluindo as startup de base social e o Centro de Apoio à Criação de Empresas (CACE) para incubação de ideias de negócio, em linha com a RIS 3 Regional; • Microcrédito.
8.iv	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da empregabilidade parcial;
8.v	<ul style="list-style-type: none"> • Participação de trabalhadores de empresas em ações de formação que permitam uma melhor eficácia dos processos de inovação das empresas, associada a projetos de investimento financiados; • Desenvolvimento de capacidade de previsão, prospetiva, antecipação e identificação de tendências de evolução e de necessidades de competências.
9.i	<ul style="list-style-type: none"> • Consórcios Locais para intervenção social junto de crianças e jovens em territórios vulneráveis; • Projetos para a sustentabilidade, inovação e experimentação social; • Animação territorial e Inovação Social; • Desenvolvimento de projetos de inovação social e experiências-piloto com públicos vulneráveis e/ou contextos territoriais deprimidos; • Conceção e desenvolvimento de intervenções em territórios específicos, envolvendo comunidade desfavorecidas, integrando a valorização reconhecendo práticas e combatendo a exclusão e o abandono escolar, nomeadamente nas áreas costeiras da Ria Formosa ou nas áreas de baixa densidade.
9.iv	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de uma rede de cuidados especializados e de cuidadores de proximidade; • Modelos de apoio à vida independente para pessoas com deficiência (intervenção específica, que possibilite a transição de apoios prestados com base em modelos institucionalizados para a prestação de serviços na comunidade adequados às necessidades das pessoas com deficiências e incapacidade e suas famílias); • Apoio ao envelhecimento saudável; • Suporte ao doente em casa / na comunidade através do uso de tecnologias (Desenvolvimento de serviços hospitalares à distância - telemonitorização e acompanhamento do doente); • Criação de uma Rede Local de Intervenção Social – RLIS/ Respostas Integradas de Apoio Social; • Dinamização, com carácter regular, da oferta de atividades sociais, culturais, educacionais e de convívio dirigida à população idosa; • Sensibilizar crianças e jovens para a lógica preventiva da prática de estilos de vida saudável.
9.b	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria do espaço público (ajardinamento, equipamento de exterior, desde que integrado num Plano de ação de melhoria do edificado); • Equipamentos públicos de apoio e promoção do desenvolvimento económico (comércio, alojamento de empresas); • Construção de equipamentos públicos específicos vocacionados para a promoção de serviços e recursos, nomeadamente de apoio ao desenvolvimento social e de promoção da inclusão social (Centros de atividades para apoio escolar, apoio social, ações de combate ao abandono escolar, ações que promovam a ocupação dos tempos livres dos jovens).

(continua)

Tabela 23. Exemplos de intervenções contempladas no CRESC Algarve 2020, não abrangidas no POPH Eixo Algarve

Fonte: CRESC ALGARVE 2020.

PI	Exemplos de ações a apoiar
10.i	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de apoio às necessidades educativas especiais; • Ação social escolar (incluindo bolsas); • Qualificação da intervenção precoce na infância e educação especial. • Intervenções específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade e eficiência do sistema de educação/formação de jovens e adultos • Processos de informação, monitorização e avaliação do sistema de educação/formação; • Sistemas de regulação e estruturação da oferta formativa; • Modelos e práticas pedagógicas; • Desenvolvimento de sistemas de monitorização da eficácia da utilização de recursos e da produção de resultados no sistema de educação e de formação; • Desenvolvimento de dispositivos de ajustamento das ofertas e da reorganização da rede de entidades do sistema de educação e de formação.
10.iii	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de cursos para o ensino recorrente; • Matching de competências com ajustamento ao mercado em linha com a RIS3 Regional.
10.iv	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço dos mecanismos de articulação institucional que proporcione uma oferta formativa mais coerente e racional, que suporte o apoio a instrumentos com os Pactos Territoriais para a Empregabilidade ou Pactos Territoriais para a Formação e o Emprego.

Tabela 23. Exemplos de intervenções contempladas no CRESC Algarve 2020, não abrangidas no POPH Eixo Algarve

Fonte: CRESC ALGARVE 2020.

• Estratégia Regional de Especialização Inteligente

No âmbito da Estratégia Europa 2020 e da preparação do quadro estratégico para o período de programação 2014-2020 as regiões delinearão as respetivas Estratégias de Especialização Inteligente, baseadas nas mais-valias, nas vantagens competitivas e no potencial de excelência de cada região, identificando os setores de afirmação regionais, no cruzamento entre o conhecimento e o mercado.

O Algarve elaborou a sua Estratégia de Especialização Inteligente com base na criação de uma visão partilhada que consiste em: *“Transformar o Algarve em 2020, numa região dinâmica, inclusiva, sustentável e atrativa para pessoas, talentos e atividades, capaz de gerar mais e melhores empregos e competitiva em bens e serviços com alto valor acrescentado, através da inovação e do conhecimento científico, da excelência do quadro de vida e de instrumentos de governança partilhada, com uma economia qualificada centrada nos domínios do turismo e do mar, apostando ainda em segmentos emergentes no agroalimentar, nas TIC, nas indústrias culturais e criativas, nas energias renováveis e na saúde”*.

A definição dos setores de especialização para o Algarve procurou reforçar, por um lado, a captura de valor centrada nos recursos endógenos e, por outro lado, a dimensão internacional das produções regionais. Esta definição considera: a existência de ativos-chave, as capacidades de cada área e respetivo potencial para a “variedade relacionada” dentro dos cruzamentos dos diferentes setores, o potencial para a diversificação regional, a massa crítica existente ou mobilizável e a posição relativa do Algarve

como um nó em redes globais. Neste enquadramento compósito enriquecido, foram identificados os seguintes setores de especialização inteligente da Região:

- **Setores consolidados: Turismo e o Mar.** Estes são setores reconhecidos pela sua importância económica, pela capacidade de criar e manter postos de trabalho e por serem setores em que a região possui uma base sólida de I&D e outros recursos importantes p.ex., de recursos naturais).
- **Setores emergentes: Agroalimentar / Agroindustrial, TIC e Atividades Criativas, Energias Renováveis e Atividades de Saúde e Ciências da Vida.** Estes são os setores com potencial a nível regional, exibindo, no entanto, falhas sistémicas que não permitem a prestação de uma forte base económica para o desenvolvimento, e que ainda não têm, por si próprios, capacidade para conduzir uma estratégia de especialização inteligente. Esses setores são também os fornecedores de tecnologias de base (p.ex., para a “Blue Biotech” ou para apoio ao Turismo), e outros recursos para os setores consolidados devendo ligar-se e apoiar-se, uma vez que eles têm também uma natureza transversal, com potencial transformador dos setores consolidados da economia regional.

Os apoios a conceder no âmbito do CRESC 2020, nomeadamente em termos de competitividade empresarial, inovação, I&D e emprego deverão orientar-se prioritariamente para estes setores, contribuindo para a efetiva especialização da Região em áreas-chave.



- **Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2020 - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (AMAL)**

A elaboração do Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2014-2020 inseriu-se no âmbito da conceção e preparação do período de programação 2014-2020 para a Região, constituindo um contributo dos Municípios da Região para a preparação do CRES Algarve 2020. Na sequência do Convite para a submissão do reconhecimento de uma Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) existiu uma adaptação do Plano, constitui-se a EIDT como um instrumento complementar da Estratégia Regional.

O Plano está organizado em torno de seis Prioridades Estratégicas, as quais procuram estabelecer eixos de conexão com os Objetivos Temáticos e Áreas de Intervenção do CRES Algarve 2020. Para cada uma destas Prioridades Estratégicas o Plano identifica, Objetivos de desenvolvimento específicos, áreas de intervenção relevantes, prioridades de investimento a mobilizar, assim como algumas intenções de investimento e de projetos.

A Tabela seguinte apresenta uma síntese das Prioridades de investimento mais relevantes na ótica da promoção da Inclusão Social e do Emprego.

Prioridade Estratégica	Objetivos específicos mais relevantes	PI	Áreas de intervenção
A. Diversificação da base económica da Região	A1. Promover a disseminação de conhecimento científico e tecnológico e a inovação empresarial em territórios demograficamente mais rarefeitos	1.a 1.b	Protocolo entre a AMAL não e as infraestruturas e instituições de I&D para a conceção de projetos para a disseminação de conhecimento.
	A2. Criar condições infraestruturais e logísticas locais favoráveis à emergência e acolhimento de novas atividades de valorização económica de recursos marinhos e da economia do mar em geral	1.b 8.a	Promoção da articulação e interação entre as infraestruturas de I&D com as áreas de localização empresarial; Unidades de apoio à incubação de iniciativas empresariais de pequena escala de natureza inovadora.
	A3. Concentrar e organizar recursos infraestruturais e de empreendedorismo de suporte à valorização económica do mundo rural	8.a 8.b 9.vi 9.d	Unidades de apoio à incubação de iniciativas empresariais de pequena escala de natureza inovadora, incluindo as start up's de base social; Reabilitação da figura dos Centros de Apoio à Criação de Empresas (CACE) para incubação de ideias de negócio; Empreendedorismo local inovador associado a atividades tradicionais, artesanato e outros recursos endógenos; Criação de redes locais de promoção do conhecimento e inovação, assente numa lógica de "recriação" de produtos endógenos, conceção de novos produtos, design e marketing inovador para produtos locais; Qualificação e modernização da oferta de produtos endógenos, incluindo a certificação e denominação de origem e a aposta em novos canais de distribuição; Requalificação de espaços comunitários com o objetivo de ancorar o desenvolvimento da economia dos recursos endógenos; Estratégias de turismo rural; Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego para desempregados e jovens à procura do primeiro emprego; Apoios integrados à capacitação, formação desenvolvimento de planos de negócios; Promoção do artesanato e ofícios tradicionais e apoio ao empreendedorismo cooperativo; Desenvolvimento de novos produtos no âmbito das EDL que potenciem um maior conhecimento e valorização económica dos recursos endógenos do território; consolidação e revitalização do tecido económico local através do apoio ao empreendedorismo.
	A4. Dotar os municípios e os territórios de mais baixa densidade de recursos técnicos e humanos apetrechados para a intermediação e fomento de valorização e transformação económica de recursos endógenos	8.i 8.v	Apoios à transição para a vida ativa de jovens, por via de estágios neste tipo de territórios; Ações de formação abrangentes; Inserção de mão de obra altamente qualificada nestes projetos; Ações de formação.

Tabela 24. Síntese do Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve

Fonte: AMAL, Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2020 - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, abril de 2015.

Prioridade Estratégica	Objetivos específicos mais relevantes	PI	Áreas de intervenção
B. Alargamentoda base territorial e de ativos (recursos) para a competitividade	B1. Qualificar os centros urbanos, com foco nas estruturas físicas e das redes de equipamentos, nos espaços públicos e serviço urbanos, incluindo setores relacionadas com a oferta turística – comercial, cultural, recreativo e lúdico, ambiental, de saúde, da mobilidade, das TIC e ao nível da “governance” urbana, exigindo esforços sustentados de capacitação institucional e de melhoria de competências técnicas e organizacionais	6.e 4.c 9.b	<p>Operações integradas de regeneração de áreas urbanas (núcleos históricos, zonas ribeirinhas e periferias degradadas);</p> <p>Operações integradas em áreas urbano-portuárias degradadas na ótica da melhoria do ambiente urbano, com criação de áreas de recreio, cultura e lazer, e na ótica da valorização económica das áreas intervencionadas, com articulação/ apoio do FEAMP Recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ambientais urbanas;</p> <p>Qualificação do espaço público através da criação de zonas verdes, ciclovias, vias pedonais, equipamentos ligeiros para a prática de exercício físico e de lazer, entre outros;</p> <p>Regeneração das zonas urbanas ribeirinhas através da integração destes espaços na vivência da cidade como áreas de lazer e fruição do espaço natural;</p> <p>Ações de reaproveitamento de espaços urbanos degradados de preferência para utilização de atividades económicas geradoras de emprego;</p> <p>Criação de programas de apoio à reabilitação urbana com vista à melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios e equipamentos públicos;</p> <p>Ações de reabilitação urbana na habitação social ou áreas de intervenção prioritária;</p> <p>Construção de equipamentos públicos destinados ao desenvolvimento social das comunidades.</p>
	B4. Valorizar os recursos naturais, bem como, outros recursos específicos ligados, designadamente, à agricultura, à floresta, às pescas e outras atividades tradicionais (artes e ofícios tradicionais), contribuindo para uma oferta integrada de serviços.	8.b 9.b 9.d	<p>Estratégias de marketing territorial;</p> <p>Revitalização de equipamentos de valorização dos recursos naturais;</p> <p>Valorização dos espaços de distribuição;</p> <p>Desenvolvimento de novos produtos;</p> <p>Campanhas de promoção de produtos locais e recursos endógenos.</p>

Tabela 24. Síntese do Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve

Fonte: AMAL, Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2020 - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, abril de 2015.

Prioridade Estratégica	Objetivos específicos mais relevantes	PI	Áreas de intervenção
C. Promoção do desenvolvimento socio económico de base local como instrumento- chave da coesão social e territorial	C1. Criar condições de sustentabilidade e de ocupação do território rural através da promoção de estratégias participativas de desenvolvimento local baseado nos recursos endógenos locais, ...	8.v 9.b 9.d	Qualificação de trabalhadores de setores afetados por sazonalidade e alterações conjunturais; Formações Modulares Certificadas; Cheque Formação; Medidas de combate à Desertificação; Construção de equipamentos coletivos; Campanhas de promoção de produtos locais e recursos endógenos.
	C2. Promover social e territorialmente a progressiva qualificação da população e o desenvolvimento de competências nos diversos segmentos etários da população residente ativa, com ênfase nos grupos mais vulneráveis	8.iii 8.v 9.i 10.i 10.iii 10.iv	Apoios integrados à capacitação, formação, desenvolvimento de plano de negócios, lançamento da iniciativa e acompanhamento de empreendedores; Qualificação de trabalhadores de setores afetados por sazonalidade e alterações conjunturais: Formação em Competências Básicas e outras Formações Modulares certificadas e apoios específicos ao emprego para grupos vulneráveis; Apoio à qualificação e emprego de pessoas com deficiências ou incapacidade; Programas de aprendizagem da língua portuguesa; Apoio ao acolhimento e integração de imigrantes (Mediação); Apoios específicos ao emprego para pessoas vulneráveis (pessoas com deficiências ou incapacidades); Ações de aumento da empregabilidade de grupos especialmente vulneráveis (ex-toxicodependentes, exreclusos, pessoas com deficiências ou incapacidades, pessoas em situação de pobreza severa); Cursos Básicos de Ensino Vocacional; Formação para Adultos, ensino recorrente e ações nos CQEPs; Cursos Profissionais e CETs de acordo com a RIS 3; Medidas de combate ao abandono escolar e ao insucesso.
	C3. Combater fenómenos e bolsas de exclusão social, através da promoção de modelos de inovação social, ao nível das políticas, das estruturas e atividades e dos modos de participação dos agentes nos processos de inclusão e integração social	9.i 9.vi 9.d	Intervenção social junto de menores em territórios vulneráveis – Programa Escolhas; Bolsa Especializada de Voluntariado; formação e sensibilização para um voluntariado de continuidade; Projetos para a sustentabilidade, inovação e experimentação social; Apoio a serviços básicos e respostas sociais de proximidade, incluindo a qualificação de infraestruturas e equipamentos da rede institucional da economia social com valências/respostas sociais reconhecidas; Apoio ao empreendedorismo cooperativo, formação-ação aos serviços básicos e respostas sociais de proximidade; Promoção de projetos de inovação social.
	C4. Racionalizar a oferta e melhorar a acessibilidade de proximidade a equipamentos e serviços de apoio social e pessoal e a qualidade no desempenho desses serviços, nas diversas áreas sociais e destinados aos diversos segmentos de população, ...	9.iv	Reorganização dos Cuidados Continuados e de Proximidade e criação de uma rede de cuidados especializados e de cuidadores de proximidade; Criação de uma Rede Local de Intervenção Social RLIS/ Respostas Integradas de Apoio Social; Oferta de serviços dirigidos à comunidade sénior e população com saúde débil.

Tabela 24. Síntese do Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve

Fonte: AMAL, Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2020 - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, abril de 2015.

Prioridade Estratégica	Objetivos específicos mais relevantes	PI	Áreas de intervenção
F. Capacitação do tecido institucional e reforço dos modelos de “governance”	F1. Reforçar a capacidade técnica e administrativa da AMAL para coordenação de projetos intermunicipais a submeter ao PO Algarve 2014-2020, envolvendo funções de acompanhamento e animação técnica desses projetos	11.i	Plano de capacitação da própria AMAL, essencialmente materializado num plano de formação-ação dirigido a quadros da AMAL e de municípios que venham a assumir a coordenação de projetos intermunicipais; Formação dos trabalhadores em funções públicas associada a projetos de modernização administrativa.
	F2. Promover soluções intermunicipais de novos serviços em linha, na geometria variável mais pertinente às necessidades das populações	2.c	Apoio à promoção de uma administração e serviços públicos em rede (digitalização e disponibilização de serviços online, desmaterialização e reengenharia de processos de front-office e backoffice, interoperabilidade de plataformas de suporte) com intervenção nos processos de interação entre a Administração e os cidadãos e empresas, criando as condições de acesso através da identificação eletrónica; ações de fomento do uso de novos modelos descentralizados de prestação de serviços públicos em rede de atendimento para disponibilização dos serviços digitalizados aos cidadãos e agentes económicos.
	F3. Promover processos de reciclagem e de desenvolvimento de novas competências para recursos humanos dos municípios, para resposta a novas necessidades de populações e ajustamento às novas tipologias de projetos a promover pelos municípios	11.i	Formação dos trabalhadores em funções públicas associada a projetos de modernização administrativa; Apoio a ações de diagnóstico e planos de ação para efeitos de simplificação legislativa e racionalidade processual.
	F4. Fomentar condições de desenvolvimento de novas competências no tecido institucional de base local, designadamente no quadro da valorização das parcerias protagonizadas pelas DLBC	11.ii	Projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais.
	F5. Promover processos de capacitação de redes de parceria regional e local em domínios que proporcionem condições aprofundadas de participação de comunidades e populações locais	11.ii	Apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento de planos de ação territoriais e setoriais; Projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores institucionais; ações de capacitação ao nível da monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de políticas.

Tabela 24. Síntese do Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve

Fonte: AMAL, Plano Intermunicipal de Alinhamento com a Estratégia Regional do Algarve 2020 - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, abril de 2015.

- **Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve**

O domínio da Inclusão Social e do Emprego é valorizado pelo PROT Algarve (elaborado em 2007), o qual reveste, na visão definida, a importância de afirmar uma Região solidária: *“Algarve, uma Região dinâmica, competitiva e solidária, no contexto da sociedade do conhecimento.”*

Nos Objetivos Estratégicos que estruturam o Plano existem dois diretamente relacionados com a Inclusão social e o Emprego, nomeadamente:

- **OE - Reequilíbrio Territorial**, cujas orientações estratégicas incluem o combate à desertificação e ao abandono das áreas rurais, promovendo a fixação da população ativa através do aumento das oportunidades de emprego locais e a promoção de melhorias significativas na qualidade de vida da população residente nos territórios do interior da Região, nomeadamente, no que respeita às condições de habitação, à cobertura das infraestruturas e equipamentos coletivos e ao desenvolvimento das atividades comerciais e culturais.
- **OE - Estruturação das Redes de Equipamentos Coletivos**, abrangendo: a consolidação da hierarquia e especialização dos centros urbanos através da sua articulação com as redes dos diferentes tipos de equipamentos coletivos; a articulação das políticas de localização e dotação dos diferentes tipos de equipamentos estruturantes regionais e o modelo de áreas urbanas polinucleadas e policêntricas, com vista à estabilização de áreas funcionais e à promoção da competitividade da Região; e a consolidação da rede regional de equipamentos coletivos municipais para supressão das carências existentes com vista à promoção da coesão sócio territorial da Região.



A situação económica atual é marcada pela quebra da atividade económica e do investimento privado, pelo aumento dos níveis de desemprego e maiores riscos de exclusão social, a qual tem sido acompanhada de fortes constrangimentos orçamentais das entidades públicas com uma contração do seu investimento e pelo recuo das funções do Estado. Este panorama socioeconómico e institucional representa um enorme desafio na definição de um quadro de referência para a implementação das políticas públicas, exigindo focalização e concentração dos recursos disponíveis e orientação para os resultados.

Neste contexto, o Algarve depara-se com a necessidade de encontrar um modelo integrado de intervenção no domínio da Inclusão Social e do Emprego, no horizonte 2020, inovador e capaz de dar resposta aos ambiciosos desafios que a Região enfrenta, nomeadamente, face aos Objetivos Mobilizadores definidos no CRESC Algarve 2014-2020 de:

- Aumentar em 18% o contributo do PIB Regional para o PIB do País (com crescimento das exportações e da internacionalização da economia e captura do valor dos seus recursos endógenos), o que significa alcançar a representatividade de 5% do PIB nacional. Para alcançar este objetivo é fundamental incrementar a competitividade do setor turístico e do setor produtivo e dinamizar a procura, com suporte na integração inovadora de serviços, produtos e recursos;
- Diminuir a taxa de desemprego para valor inferior a 85% da média nacional (promovendo a empregabilidade nos diversos setores da economia regional e recuperando em particular a empregabilidade perdida do setor do turismo). Este esforço no reforço do emprego, implica a indução (com emprego direto e indireto) de cerca de 10.500 empregos, no horizonte 2020;
- Aumentar em 10% a população abrangida por formação qualificante, particularmente em contexto de trabalho, proporcionando o ajustamento entre competências e o mercado. Este objetivo ambicioso representa, de acordo com os valores de referência, a participação de mais de 70.000 indivíduos em ações de formação; os volumes de financiamento disponíveis terão que ser reforçados com verbas do Orçamento de Estado, tal como ocorreu no período 2007-2013.

- Reduzir em 5 pontos percentuais a taxa de abandono precoce de formação e educação, valorizando ofertas formativas com elevada empregabilidade e;
- Reduzir as assimetrias entre litoral e interior, aumentando em 5% o número de postos de trabalho nos territórios mais desfavorecidos/de baixa densidade. Esta aposta implica um esforço centrado sobretudo na criação de autoemprego e de iniciativas de empreendedorismo social, contribuindo para a criação de cerca de 2.700 novos empregos.

Conforme mencionado do texto do Programa, *“O desafio da Inclusão colocado pela Estratégia 2020 encontra a Região num momento crítico, de acordo com os indicadores sociais mais recentes. As questões da pobreza e inclusão, o ajustamento das capacitações para os novos desafios do desenvolvimento inteligente (novas competências para novos empregos) e os níveis preocupantes de desemprego, obrigam a encarar esta intervenção transversal com uma nova abordagem multifundo e multinível, implicando necessidades reforçadas de capacitação dos atores e o envolvimento dos diferentes setores económicos neste desafio.”*

Neste contexto, na medida em que a Inclusão Social é um domínio complexo e multidimensional e fortemente relacionado com a política económica, de emprego e de educação/formação, onde o crescimento económico e a criação de políticas de emprego e educação bem sucedidas desempenham um papel fundamental na luta contra a pobreza e a exclusão social - a matriz de resposta aos desafios existentes exige uma abordagem holística e sistémica. Ou seja, é necessário a construção de uma matriz de intervenção integrada e concertada, aliada do território, que promova as competências necessárias à mudança, mobilize recursos e incentivos e coordene e oriente os atores.

Com efeito, importa refletir e consolidar um quadro de referência assente num conjunto de pressupostos de intervenção, que constituem os elementos que se consideram indispensáveis para a promoção da Inclusão Social e do Emprego, nomeadamente:

- Existência de uma visão para o futuro da Região, assumida e partilhada pelos principais atores, permitindo que alinhem as suas estratégias e atuações em função de objetivos comuns.

A forma como a Região conduziu e incorporou as abordagens integradas de desenvolvimento na programação e a criação de uma Plataforma de Concertação Regional dos Fundos Comunitários no Algarve, deverão potenciar a interiorização e a atuação concertada dos atores regionais tendo em vista os objetivos definidos, imprimindo maior eficácia e impacto das políticas públicas, bem como a ultrapassagem de problemas e obstáculos que ao longo dos anos têm adiado algumas atuações fundamentais ou limitado o alcance de outras.

- Atuação em rede e parceria estratégico através da criação de parcerias de recursos e de projetos valorizadoras de dinâmicas instaladas, fomentado a articulação e atuação interinstitucional de forma a potenciar os efeitos multiplicadores gerados pelas intervenções.

Face à natureza multidimensional da problemática da inclusão social e do emprego e num contexto marcado por fortes restrições orçamentais quer das entidades públicas, quer privadas, importa otimizar as resposta, através da consolidação do trabalho em parceria, o que não só permite maximizar e rentabili-

zar os recursos existentes, como também, possibilita ter uma visão e intervenção multidisciplinar e intersectorial. A promoção da articulação de entidades públicas e privadas de vários domínios, nomeadamente da esfera económica, educativa/formativa e social, na criação de respostas integradas assentes numa nova abordagem à questão da inclusão social e do emprego, menos centrada no assistencialismo e mais orientada para a aproximação das intervenções às necessidades específicas, por um lado, de cada cidadão, e por outro, do tecido empresarial regional, é desta forma um imperativo que deve nortear o modelo de intervenção proposto para a promoção da inclusão social e do emprego.

- Capacitação das entidades regionais de forma a que detenham as competências necessárias para encetarem uma nova filosofia de organização e trabalho. No caso das transformações sociais esta disponibilidade de competências é especialmente relevante nas instituições liderantes quer no setor público, quer no setor privado, sendo indispensável a criação de condições que permitam a capacitação das organizações e dos seus técnicos.
- Estruturação de um dispositivo de governação e monitorização estratégica, que assegure níveis de eficácia e eficiência na concretização da estratégia definida para a inclusão social e o emprego. A constituição de uma estrutura participada pelos principais atores regionais é essencial não só para promover a atuação concertada entre todos, como também para monitorizar e avaliar a implementação os vários projetos estruturantes definidos de modo a ser possível introduzir, com oportunidade, as alterações que se considerarem necessárias.

03

Prioridades
de intervenção



A definição do referencial estratégico no domínio da Inclusão Social e do Emprego para a Região do Algarve no horizonte 2020 resulta do trabalho de diagnóstico e identificação de necessidades de intervenção efetuado, conjugado com a análise do contexto/enquadramento das políticas públicas e dos instrumentos de financiamento no período de programação 2014-2020.

Dada a natureza deste trabalho e o seu carácter mais global, a proposta apresentada de modelo de intervenção não chega ao detalhe operacional, antes pretende constituir-se como um quadro de referência que estabelece diretrizes estruturantes de forma a articular, balizar e orientar a intervenção dos atores na implementação de programas e projetos de intervenção.

Tendo em consideração os desafios ambiciosos que se colocam para a Região, e que estão espelhados quer no PAR, quer no Programa Operacional, definiu-se um conjunto de Objetivos Estratégicos, os quais procuram refletir a natureza multidimensional e sistémica da Inclusão Social e da Empregabilidade e estruturam o quadro de referência estratégico proposto. Estes Objetivos Estratégicos consubstanciam-se em três Eixos Estruturantes de Intervenção, os quais contemplam Projetos Estruturantes e Complementares tendo em vista a promoção da Inclusão Social e do Emprego.

Os Objetivos Estratégicos definidos tendo em vista consolidar um modelo de desenvolvimento social coeso e competitivo são os seguintes:

- Criação de condições propiciadoras do alargamento do mercado de trabalho, nomeadamente, através do estímulo à criação de emprego, ao empreendedorismo qualificado, tecnológico e de aproveitamento dos recursos locais;
- Promoção da empregabilidade, através da melhoria dos níveis de educação e formação da população, incorporando novas competências ajustadas às necessidades do tecido empresarial regional (existente e emergente);

- Capacitação integrada para a inclusão social e a cidadania ativa e participativa de todos os cidadãos, em particular os pertencentes a grupos mais vulneráveis;
- Reforço das condições de suporte à promoção da empregabilidade e da inclusão ativa (rede de equipamentos, infraestruturas sociais e económicas existentes,...), aumentando a capacidade e a qualidade de resposta das estruturas regionais;
- Estreitamento das relações entre as organizações da esfera económica, educativa/formativa e social, de modo a promover uma visão integrada e articulada;
- Implementação de um modelo de governação assente no trabalho em rede e na colaboração e articulação ativa de todos os atores.

Estes Objetivos Estratégicos consubstanciam-se em três Eixos Estruturantes de Intervenção, os quais contemplam um conjunto de Projetos Estruturantes e Operacionais tendo em vista a promoção da inclusão social e do emprego.



Arquitetura da Estratégia para a Inclusão Social e Emprego no Algarve, 2014-2020

As Fichas seguintes sistematizam de forma detalhada cada um dos Projetos Estruturantes definidos para a Estratégia

para a Inclusão Social e Emprego no Algarve, 2014-2020.

Pacto Territorial para a Empregabilidade do Algarve (PTEA)

Objetivos e resultados esperados

A elaboração e implementação de um **Pacto Territorial para a Empregabilidade do Algarve**, pretende dotar a Região de um instrumento territorializado e integrado de combate ao desemprego e promoção da empregabilidade. Este instrumento deve começar por dar resposta às necessidades de qualificação do potencial humano sentidas pelo mercado de emprego regional através da mobilização, vinculação e atuação concertada de todos os atores com responsabilidades e influência na promoção do emprego e da empregabilidade. Esta abordagem permite, por um lado, a criação de um espaço de informação, concertação, negociação e envolvimento com a possibilidade de os diferentes atores e interessados partilharem informação e concertarem as diferentes abordagens e, por outro, uma intervenção centrada na multiplicidade de fatores que interagem, condicionam ou potenciam a empregabilidade.

Os principais objetivos do PTEA são os seguintes:

- Promover uma maior eficácia e eficiência na implementação dos instrumentos das políticas públicas de promoção do emprego e da empregabilidade.
- Desenvolver processos de concertação à escala supra-municipal, reforçando os mecanismos de articulação, cooperação, concertação e comunicação entre as diferentes entidades e atores dos sistemas de educação e formação e das organizações empregadoras.
- Assegurar intervenções transversais coordenadas, nomeadamente, nos domínios do combate ao insucesso e abandono escolar, da orientação vocacional, da promoção da formação ao longo da vida, do fomento à colaboração Escola/entidade formadora-Empresa, da promoção de uma cultura de empreendedorismo, da ligação entre a formação, as empresas e as entidades de I&D.

Esta atuação concertada dos vários intervenientes na implementação dos instrumentos das políticas de educação, emprego e formação deverá ter como principais resultados a promoção de uma maior e melhor adequação do sistema de ensino e das respostas ao nível das medidas ativas de emprego e formação profissional face às necessidades do mercado de emprego, de rentabilização das infraestruturas, equipamentos e recursos existentes e de minimização de lacunas e de sobreposições entre as ofertas existentes.

Adicionalmente, o relançamento económico e do emprego regionais pressupõe um investimento em projetos inovadores que mobilizem competências existentes de formação intermédia e superior (fruto de um forte investimento das políticas públicas regionais da última década), orientando-as para a dinamização empreendedora de ideias de negócio, nomeadamente, associadas ao aproveitamento de oportunidades económicas e de emprego.

A conceção e implementação experimental de **redes de empresas e de emprego apoiado de base territorial**, conforme consta da Abordagem da Inovação Social no âmbito do Eixo 5. Investir no Emprego do CRESC Algarve 2020 afigura-se com elevado potencial para a criação de emprego sustentável, para a renovação do tecido empresarial e para o reforço da capacidade de adaptação a processos de mudança. De forma a potenciar os resultados do Pacto Territorial para a Empregabilidade do Algarve (PTEA) este deverá ser articulado com o Pacto Territorial para a Inclusão Social, nomeadamente no que se refere à promoção da empregabilidade de grupos mais vulneráveis. Adicionalmente, este Pacto deverá ser articulado com intervenções no âmbito do DLBC através de Planos de Ação de Desenvolvimento dos Recursos Endógenos e outras intervenções integradas previstas no CRESC 2020.

Pacto Territorial para a Empregabilidade do Algarve (PTEA)

Racional de intervenção

O modelo de Pacto Territorial para a Empregabilidade proposto remete para uma combinação integrada de vertentes e articulada a vários níveis, nomeadamente:

- **Planeamento das ofertas educativas e formativas no território/Carta Educativa e Formativa Regional**

Este nível assenta na criação de uma função regional de planeamento orientada para promover a eficiência do sistema garantindo, em simultâneo, a necessária eficácia e a equidade intrarregional em matéria de ofertas e da sua qualidade. Neste sentido, pretende-se criar um mecanismo regional de planeamento e coordenação da oferta e dos recursos existentes no sistema que parta do compromisso de aproximação das “performances” regionais dos níveis nacionais e das metas da EE 2020. Em face destes objetivos, o output desejável do trabalho de planeamento e coordenação regional deverá ser o da promoção de uma **Carta Educativa e Formativa Regional** que pondere objetivos municipais diferenciados e reorganize:

- os recursos existentes de modo a garantir a sua prossecução, nomeadamente, em termos de ofertas de dupla certificação;
- os recursos humanos não docentes (pessoal não docente, psicólogos, mediadores educativos, entre outros);
- os recursos materiais e logísticos (transporte escolar, apoios sociais, manuais escolares, recursos TIC e outros equipamentos educativos);
- as intervenções promotoras da qualidade (formação contínua de docentes nas áreas que se vierem a identificar como as mais críticas);
- os recursos exógenos ao sistema de educação e formação de ensino básico e secundário que possam ser mobilizados para o apoio e concretização das intervenções que permitam a consecução das metas traçadas.

Em paralelo, deverão ser criadas **redes setoriais de concertação**, as quais deverão elaborar Planos setoriais de Ação para o Emprego e a Empregabilidade que especifiquem e concretizem as ações específicas a implementar, abrangendo, entre outras: iniciativas destinadas à informação e orientação vocacional, à promoção da formação ao longo da vida, à reconversão profissional e à dignificação do ensino de natureza técnica e profissionalizante; apoios ao empreendedorismo qualificado, criativo, social e cooperativo; e ligação entre potenciais empreendedores e empresas já existentes e com o SCT regional. As redes “prioritárias” são as diretamente relacionadas com as áreas de Especialização Inteligente do Algarve: Turismo Mar; Agroalimentar; Energias Renováveis; Saúde; TIC e Indústrias Culturais e Criativas; e Economia Social. Face à importância que detém e aos seus condicionantes estruturais na Região, o setor do Turismo deverá beneficiar de particular atenção. Assim, o seu Plano Setorial

de Ação deverá enquadrar/abranger um Programa Integrado de Apoio às Empresas do Setor do Turismo da Região, que tenha na base o desenvolvimento de processos de formação e apoio de consultoria adequados às empresas da Região.

A este nível é de referir a necessidade de acautelar a articulação entre as funções a ser desenvolvidas pelos CQEP – Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional, os SPO – Serviços de Psicologia e Orientação e os Serviços de Informação e Orientação Profissional, em matéria de orientação e encaminhamento de jovens e adultos para ofertas formativas, de forma a assegurar que este encaminhamento é efetuado de acordo com critérios relacionados com os perfis e vocações dos alunos/formandos e com as necessidades do mercado de trabalho.

- **Qualidade e eficácia do sistema**

Neste nível pretende-se assegurar uma melhoria na qualidade e na eficácia do sistema educativo e formativo regional incluindo intervenções de: (1) natureza mais material (p.ex., a implementação de um programa de apetrechamento e modernização das instituições de educação e formação e a melhoria geral da qualidade dos recursos educativos das instituições, nomeadamente em termos de centros de recursos, recursos pedagógicos TIC e acesso preferencialmente gratuito a manuais escolares e outros recursos didáticos); (2) natureza imaterial (implementação de um plano regional de formação contínua de professores, educadores e outros profissionais do sistema de educação e formação, ou a conceção e experimentação de um projeto-piloto regional no domínio das intervenções prioritárias orientadas para a promoção do sucesso educativo e o combate ao abandono escolar precoce, adaptando ao Algarve experiências de Promoção do Sucesso Educativo e dos TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária).

- **Monitorização da performance do sistema de ensino e formação**

A implementação de uma atuação integrada e concertada implica a consolidação de uma estratégia e de dispositivos de monitorização e acompanhamento. O objetivo é a construção de um sistema de informação regional que sirva não apenas o nível regional, mas também o nível municipal e o nível micro das instituições do sistema de educação e formação. Este sistema deverá assentar na construção de um conjunto de indicadores de “performance” ao nível da eficiência, eficácia e qualidade que permitam monitorizar o estado de implementação da Carta Educativa e Formativa Regional e dos respetivos instrumentos, mas também dotem cada município de informação essencial à prossecução do seu papel de coordenação e as próprias instituições de indicadores necessários à gestão e acompanhamento da sua atividade.

Pacto Territorial para a Empregabilidade do Algarve (PTEA)

Racional de intervenção (cont.)

O sistema deverá ser construído a partir da informação residente nas instituições de educação e formação, mas deverá, igualmente, contemplar mecanismos de observação de percursos escolares e de integração profissional após a conclusão da escolaridade obrigatória.

Também deverá constituir-se como fonte de informação para os indicadores regionais que servirão atividade de acompanhamento da CCDR, tendo em conta o seu papel no domínio do financiamento de projetos FSE orientados para a educação e a formação.

Exemplos de Ações a desenvolver

As ações a desenvolver no âmbito do PTEA, a enquadrar nos Planos de Ação para o Emprego e a Empregabilidade elaborados no âmbito das redes setoriais de concertação, deverão incluir entre outras, as seguintes operações:

- Elaboração da Carta Educativa Regional.
- Diagnósticos prospetivos sobre necessidades de ensino e formação destinados a apoiar a definição de ofertas de formação inicial de natureza técnica e profissionalizante ou de formação contínua para ativos.
- Debate sobre as estratégias de desenvolvimento local e regional e de valorização dos recursos endógenos, as tendências de evolução dos setores económicos dominantes, e as estratégias de intervenção do sistema de ensino e formação e ciência e tecnologia e o seu ajustamento às necessidades do tecido económico.
- Conceção de planos de formação em articulação com o acesso a apoios a conceder pelos sistemas de incentivos às empresas.
- Conceção e desenvolvimento de um Dispositivo de deteção de necessidades de formação, através de mecanismos de antecipação de competências com ajustamentos dinâmicos dos referenciais de formação, implicando no desenvolvimento do Dispositivo os operadores de formação escolar e profissional que dinamizam a oferta de cursos vocacionais, formação dual e ações de formação para ativos adultos (aperfeiçoamento, reciclagem e reconversão).
- Desenvolvimento de projetos e de ações orientadas para a dinamização do emprego e para o desenvolvimento dos sistemas de ensino e de formação, de acordo com as necessidades do tecido empresarial e social da Região, p.ex., Programa Integrado de Apoio às Empresas do Setor do Turismo.
- Desenvolvimento de projetos e de ações orientadas para a reconversão de profissionais, p.ex, do setor da Construção civil;
- Criação de um Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo e da Criação do Próprio Emprego (cf. Ficha própria).
- Dinamização de ações de fomento à colaboração Escola-Empresa.
- Identificação de espaços edificados degradados reutilizáveis para a instalação de novas atividades económicas ou sociais.
- Ações de divulgação dos apoios existentes, p.ex., ao nível dos incentivos para a criação de emprego, criação de empresas, formação profissional,...
- Desenvolvimento de instrumentos e ferramentas de trabalho comuns para as várias entidades, incluindo Percursos Integrados de Formação-inserção.
- Sensibilização para articular as várias tipologias de apoio disponíveis, p.ex., nos apoios à contratação dar prioridade às empresas apoiadas pelo Programa Regional CRESC Algarve 2014-2020. estimular as empresas apoiadas a receberem estagiários; promover a articulação entre empreendedores e as entidades do SCTN; e incentivar a inserção de mestres e doutores em empresas.
- Implementação de medidas de conciliação das responsabilidades familiares e laborais.
- Identificação de necessidades de reforço e/ou adaptação da rede de equipamentos educativos, formativos e de apoio à instalação de empresas existentes.
- Criação de um sistema de indicadores sobre o ensino /formação, o emprego e a empregabilidade.
- Implementação de um sistema de monitorização do PTEA.

Pacto Territorial para a Empregabilidade do Algarve (PTEA)

Exemplos de Ações a desenvolver (cont.)

No domínio da **Inovação Social** associado à empregabilidade, deverá ser estimulada a criação de redes de empresas e de emprego apoiado de base territorial. A título de exemplo, apresenta-se o racional de intervenção de projetos de carácter experimental: Rede de empresas de trabalho de inserção para a reciclagem de eletrodomésticos; Rede de produtores locais – Criação de estruturas colaborativas. Fomento do Empreendedorismo Inclusivo.

- **Rede de empresas de trabalho de inserção de reciclagem de eletrodomésticos:** Criar uma rede de Empresas Sociais na Região composta por uma empresa em cada município do Algarve com trabalho de inserção onde se reciclam aparelhos domésticos (micro-ondas, fogões, frigoríficos, televisores, entre outros) e se revendem em lojas ou pontos de venda. Esta Rede visa promover o acesso a um local de trabalho e a formação de pessoas com dificuldades de emprego (quer pelas menores qualificações, quer por estarem em situações de desemprego de longa duração ou quer estejam com rendimentos de inserção). Estas empresas podem também beneficiar dos apoios que são dados aos municípios para reduzir as taxas de Co2 e a reciclagem de resíduos sólidos, em geral. As empresas deverão estruturar, entre outros recursos: pontos de venda dos eletrodomésticos (lojas); oficinas de transformação; e locais de recolha, tratamento e reciclagem dos equipamentos elétricos e eletrónicos reutilizados. Um exemplo de uma rede de empresas - Empresa ENVIE - <http://www.envie.org/>.
- **Rede de produtores locais – Criação de estruturas colaborativas:** Organizar uma rede de produtores locais (em articulação com o conceito associado à Valorização da Dieta Mediterrânica), agregados em empresas sociais/ de inserção de trabalho com o objetivo de criar uma estrutura sólida para empregar pessoas que enfrentam dificuldades de encontrar trabalho e desempregados de longa duração. A rede poderá integrar também voluntários que ajudam a promover vários eventos, em particular **o mercado de produtores locais**. A principal atividade desta estrutura em rede será a produção de vegetais orgânicos/ primores, p.ex., vendidos através de um sistema de assinatura da “Cesta”/“Cabaz”/“Caixa”. Como na maioria das empresas de inserção, as pessoas são apoiadas por assistentes sociais que podem aqui ajudá-los a recuperar a autoconfiança e a construir os seus próprios projetos profissionais. Existem casos nacionais e europeus, onde se destaca, p.ex.: o projeto Taipa - Organização Cooperativa para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Odemira que desenvolve conjuntamente com os produtores locais o Cabaz da Horta - www.taipa-desenvolvimento.pt; e o projeto PROVE, desenvolvido no âmbito do PCT EQUAL na região de Setúbal/Palmela e que, entretanto, ampliou a sua área de intervenção (PROVE - <http://www.prove.com.pt/www/projecto.T8.php>). Tem-se em vista criar modelos para os produtores locais colaborarem entre si, para melhorarem os seus negócios valorizando a sua produção. O exemplo da Casa do Sal mostra como um produtor pode integrar nos seus produtos materiais de outros produtores da sua região: produtor(a) de mel pode colaborar com produtor(a) de aguardente e criarem um licor ou aguardente de mel; produtor(a) de fruta pode colaborar com um produtor de compotas; produtor(a) de compotas, aguardentes, mel, etc. pode colaborar com um artesão de cestaria, olaria, madeira, tecidos, etc. e fazerem nova embalagens; artesão(a) (cestaria, olaria, madeira, tecidos, etc.), podem colaborar com outros (as) artesãos na criação e confeção de embalagens e recordações da sua região, de casas de turismo, quintas, etc.; produtores(as) podem criar cabazes da sua região com produtos de cada um(a); produtor(a) de serviços como por exemplo técnicos(as) informática, marketing, vendas, contabilidade, design, etc., podem colaborar com estas Redes criando mais valor para bens e serviços.
- **Fomento do Empreendedorismo inclusivo - Contribuir para o desenvolvimento sustentável:** Desenvolver projetos na área da promoção do empreendedorismo inclusivo, tendo por princípio que o processo da globalização é uma oportunidade para o “empowerment” local, em especial dos territórios mais deprimidos. A Iniciativa GLOCAL descobriu/definiu a sua missão “contribuir para o Desenvolvimento Sustentável do seu território através do fomento do empreendedorismo inovador e socialmente responsável”, reforçando a aplicação do conceito de “glocalidade” ao território como forma de promoção da inovação e competitividade local. O Projeto iniciou-se na Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, mas acabou por ser disseminado para outros contextos territoriais, nomeadamente para os concelhos de Moita e Barreiro.
- **Cooperativa de Emprego Apoiado na Região do Algarve:** Criação de uma rede em formato de Cooperativa de Solidariedade Social que procura promover a inclusão educativa, profissional e comunitária de pessoas em situação de desvantagem, na perspetiva do Movimento de Emprego Apoiado. Decorrente das mais valias que existem na intervenção integrada de projetos e serviços, de base territorial, que potencie o trabalho em rede. (Exemplo deste tipo de rede de emprego foi criada no Seixal - RUMOS - <http://rumo.org.pt/wp/quem-somos/>).

Pacto Territorial para a Empregabilidade do Algarve (PTEA)

Entidades a envolver nas Parcerias

Parceiros - Chave: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; Delegação Regional do Instituto de Emprego e Formação Profissional; Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços do Algarve; Instituto da Segurança Social- Centro Distrital de Faro; AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve; Entidade Regional de Turismo do Algarve e NERA - Associação Empresarial da Região do Algarve.

Parceiros a envolver em função de projetos/ações concretas:

- Direções Regionais ou equiparados e Outras entidades da Administração Central: Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Direção Regional de Economia Algarve; Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação; Instituto Português do Desporto e Juventude Algarve; Instituto de Reinserção Social Algarve; Autoridade para as Condições do Trabalho; Gabinetes de Inserção Profissional.
- Autarquias locais: Câmaras Municipais.
- Associações empresariais: Associação de Turismo do Algarve; Associação de Comerciantes da Região do Algarve; Associação Interprofissional Desenvolvimento da Produção e Valorização da Alfarroba; Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve; Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve; Associação Nacional de Jovens Empresários; Confederação dos Empresários do Algarve; Associação para a Dinamização do Conhecimento e da Economia do Mar no Algarve; Associação Casas Brancas; Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão; Associação de Empresas de Construção, Obras Públicas e Serviços.
- Associações de Desenvolvimento Local: Agência de Desenvolvimento do Barlavento; Associação do Sotavento Algarvio; Associação Alcance; Associação Almargem; Associação In Loco; Associação Odiana; Associação Terras do Baixo Guadiana; e Associação Vicentina.
- Entidades de Investigação e/ou Transferência de Tecnologia: Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia (CRIA); BIC – Business - Innovation Centre Algarve-Huelva; Euro Info Centre Algarve; Unidades de Investigação da Universidade do Algarve.
- Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras: CACE do Algarve (Loulé); Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia (CRIA).
- Instituições de ensino e formação profissional: Agrupamentos de escolas; Centro de Formação Profissional de Faro; Centro de Formação Profissional do Barlavento; Centro de Formação Profissional de Loulé; Centro de Formação Profissional do Setor Alimentar de Albufeira; CQEP – Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional; Escola de Hotelaria e Turismo de Faro; Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar - Unidade Operacional de Olhão; e outras entidades de ensino e formação.
- Instituições de Ensino Superior: Universidade do Algarve, Instituto Superior Dom Afonso III, Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes; e Escola Superior de Saúde Jean Piaget – Algarve.
- Sindicatos: CGTP-IN Algarve; e UGT - Algarve.
- Organizações da Economia Social.
- Entidades empregadoras (privadas e do terceiro setor).

Perfil de Beneficiários

Desempregados, Empregados, Empresários, Crianças, Jovens, Pessoas inativas que pretendam voltar ao mercado de trabalho, professores, formadores e outros profissio-

nais; Pessoas portadoras de deficiências e/ou incapacidades e com capacidade de trabalho reduzida, Imigrantes, Públicos desfavorecidos.

Meios a mobilizar

- CRESC Algarve 2020 [EP1. - PI i.b; EP 2. - PI 3.a., 3.b e 3.c; EP4. - PI 6.e.; EP5.- PI 8.i., 8.iii./8.a, 8.v. e 8.b.; EP6. - PI 9.i., 9.b. e 9.vi/9. d; EP 7. - PI 10.i, 10.iii., 10.iv e 10.v.; EP.8 – PI 11.i. e 11.ii]
- Programas nacionais geridos pelo IEFP e pela Segurança Social.
- Programa Europeu para o Emprego e a Inovação Social.
- Programa Cidadania Ativa - EEA Grants.

Pacto Territorial para a Inclusão Social do Algarve (PTISA)

Objetivos e resultados esperados

A pobreza e a exclusão social assumem formas multidimensionais, sendo necessário uma atuação integrada, que conjugue objetivos como a melhoria de rendimentos, a aquisição de competências e qualificações, a integração socioprofissional e o acesso a serviços. A otimização das respostas ao nível da ação social, nomeadamente, através da consolidação do trabalho em parceria, é prioritária na intervenção social, maximizando recursos escassos existentes e potenciando os resultados das intervenções.

A criação de um Pacto Territorial para a Inclusão Social pretende, deste modo, aprofundar o trabalho desenvolvido pelas diversas Redes Sociais dos Municípios da Região e pela Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do Algarve, assentando numa renovada filosofia de intervenção social em que se pretende criar respostas integradas e completas para as diferentes necessidades dos beneficiários, apoiando de forma articulada os processos de atendimento, encaminhamento e acompanhamento de pessoas e das famílias em situação de risco e vulnerabilidade, passando de uma abordagem assistencialista para um modelo de intervenção social mais flexível, assente numa lógica de prevenção e de promoção da cidadania ativa.

O modelo deverá congrega as diferentes entidades públicas e privadas relevantes na criação de uma rede multidis-

ciplinar e interinstitucional que assegure a construção de percursos integrados com base nas necessidades específicas de cada cidadão, oferecendo-lhe um conjunto articulado e integrado de respostas e fazendo, igualmente, o acompanhamento ao longo do processo de capacitação, desenhando percursos individuais de inserção de acordo com uma perspetiva holística das pessoas e dos seus problemas.

A criação desta Rede visa, também, potenciar o surgimento de Estratégias inseridas em DLBC urbanos, ações integradas de reabilitação urbana e inclusão social, e outras parcerias, assim como de projetos de inovação social tendo em vista desenvolver novas formas de combate à pobreza e de promoção da inclusão social. Na operacionalização do PTISA poderão ser criadas redes de concertação temáticas, as quais deverão elaborar os respetivos Planos de Ação para a Inclusão Social, especificando e concretizando as ações a implementar. A título exemplificativo sugere-se a criação de redes de concertação nas seguintes áreas: Idosos; Infância e Juventude; Saúde mental e Deficiência; e Grupos Vulneráveis.

O PTISA deverá trabalhar em articulação com o Pacto Territorial para a Empregabilidade do Algarve (PTEA), com o DLBC e outras intervenções integradas previstas no CRESC 2020.

Ações a desenvolver

As ações a desenvolver no âmbito do PTISA podem contemplar, entre outras, as seguintes:

- Articulação dos Planos de Desenvolvimento Social e dos respetivos Planos de Ação.
- Implementação de projetos no âmbito do DLBC (intervenções urbanas), Programa Escolhas, Contratos Locais de Desenvolvimento Social /CLDS e CLDS+) e de outros programas nacionais e europeus, nomeadamente, de continuidade ou em complemento de projetos já desenvolvidos ou em curso.
- Desenvolvimento de projetos de inovação social e experiências-piloto com públicos vulneráveis e/ou contextos territoriais deprimidos.
- Conceção e experimentação de um projeto piloto regional no domínio das intervenções prioritárias orientadas para a promoção do sucesso educativo e o combate ao abandono escolar precoce, adaptando ao Algarve experiências de Promoção do Sucesso Educativo e dos TEIP - Territórios Educativos de Intervenção Prioritária.
- Conceção e desenvolvimento de intervenções em territórios específicos, envolvendo comunidades desfavorecidas, integrando a valorização e reconhecendo práticas e combatendo a exclusão e o abandono escolar, nomeadamente, nas áreas costeiras da Ria Formosa ou nas áreas da Baixa Densidade.
- Projetos de promoção da igualdade de género, de combate às discriminações em função do sexo e da orientação sexual e aos estereótipos de género, à violência de género e doméstica.
- Modelos de apoio à vida independente (intervenção específica, que possibilite a transição de apoios prestados com base em modelos institucionalizados para a prestação de serviços na comunidade, adequados às necessidades das pessoas com deficiências e incapacidade e suas famílias.
- Apoio à Parentalidade Positiva, através de ações que visem capacitar as famílias para o exercício de uma parentalidade responsável e do reforço e aquisição de competências parentais.
- Ações de intervenção psicossocial com crianças e jovens em acolhimento institucional; ações de supervisão das equipas das instituições de acolhimento de crianças e jovens; ações de supervisão, qualificação e reforço da capacitação dos interventores.

Pacto Territorial para a Inclusão Social do Algarve (PTISA)

Ações a desenvolver (cont.)

- Sensibilização/(in)formação e ações de suporte às reformas nos serviços sociais e de saúde e na perspetiva da prevenção de comportamentos de risco (junto de utentes de serviços sociais e de saúde para os habilitar à mobilização de respostas inovadoras com recurso às TIC, designadamente, no domínio da teleassistência e telemedicina e da prevenção de comportamentos de risco em ambiente escolar - higiene oral, nutrição, Plano Nacional de Ética no Desporto,...)
- Dinamização, com carácter regular, da oferta de atividades sociais, culturais, educacionais e de convívio dirigidas à população.
- Sensibilizar crianças e jovens para a lógica preventiva da prática de estilos de vida saudável.
- Recolha e difusão integrada de informação sobre ação social e emprego.
- Criação de um sistema de indicadores sobre a inclusão social e implementação de um dispositivo de monitorização da Rede.

Entidades a envolver nas Parcerias

Parceiros – Chave: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; Delegação Regional do Instituto de Emprego e Formação Profissional; Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços do Algarve; Instituto da Segurança Social- Centro Distrital de Faro; e AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Parceiros a envolver em função de projetos/ações concretas:

- Direções Regionais ou equiparados e Outras entidades da Administração Central: Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve; Instituto Português do Desporto e Juventude Algarve; Instituto de Reinserção Social Algarve; Administração Regional de Saúde do Algarve; Gabinetes de Inserção Profissional; e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Autarquias locais: Câmaras Municipais; responsáveis pela Rede Social – CLAS; e Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do Algarve.
- Associações empresariais: Associação de Turismo do Algarve; Associação de Comerciantes da Região do Algarve; Associação Interprofissional Desenvolvimento da Produção e Valorização da Alfarroba; Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve; Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve; Associação Nacional de Jovens Empresários; Confederação dos Empresários do Algarve; Associação para a Dinamização do Conhecimento e da Economia do Mar no Algarve; Associação Casas Brancas; Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão; Associação de Empresas de Construção, Obras Públicas e Serviços.
- Associações de Desenvolvimento Local: Agência de Desenvolvimento do Barlavento; Associação do Sotavento Algarvio; Associação Alcance; Associação Almargem; Associação In Loco; Associação Odiana; Associação Terras do Baixo Guadiana; e Associação Vicentina.
- Instituições de ensino e formação profissional: Agrupamentos de escolas; Centro de Formação Profissional de Faro; Centro de Formação Profissional do Barlavento; Centro de Formação Profissional de Loulé; Centro de Formação Profissional do Setor Alimentar de Albufeira; CQEP – Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional; Escola de Hotelaria e Turismo de Faro; Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar - Unidade Operacional de Olhão; e outras entidades.
- Instituições de Ensino Superior: Universidade do Algarve, Instituto Superior Dom Afonso III, Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes; e Escola Superior de Saúde Jean Piaget – Algarve.
- Sindicatos: CGTP-IN Algarve; e UGT - Algarve.
- Organizações da Economia Social (p.ex., Cáritas Algarve; União das Misericórdias - Algarve, núcleo Algarve da REAP - Rede Anti-Pobreza; Banco Alimentar – Algarve).
- Entidades empregadoras (privadas e do terceiro setor).

Pacto Territorial para a Inclusão Social do Algarve (PTISA)

Perfil de Beneficiários

Públicos desfavorecidos, Pessoas portadoras de deficiências e/ou incapacidades e com capacidade de trabalho reduzida e Desempregados, crianças e jovens em risco,

idosos, cidadãos estrangeiros residentes/ imigrantes), profissionais da área social.

Meios a mobilizar

- CRESA Algarve 2020 [EP4. – PI 6.e; EP5.- PI 8.i, 8.iii/8.a, 8.iv, 8.v e 8.b.; EP6. - PI 9.i, 9.iii, 9.iv, 9.b. e 9.vi/9.d; EP 7. - PI 10.i, 10.iii. e 10.iv; EP.8 - PI 11.i.e 11.ii]
- Programas nacionais geridos pelo IEFP e pela Segurança Social.

- Programa Europeu para o Emprego e a Inovação Social.
- Programa “Agora Nós” (voluntariado jovem) do IPJD.
- Fundo Europeu de Apoio a Carenciados.
- Programa Cidadania Ativa - EEA Grants.

Percursos Integrados de Formação-Inserção

Objetivos e resultados esperados

A criação de Percursos integrados de formação-inserção (PIF-I) na Região do Algarve, pretende contribuir para facilitar e promover a inserção social e profissional dos desempregados e públicos desfavorecidos, como forma de diminuir o tradicional insucesso nas medidas convencionais de promoção do acesso ao emprego.

Os percursos integrados de formação-inserção assentam numa abordagem holística de facilitação do acesso ao emprego e à inclusão ativa, através da valorização das pessoas e dos seus contextos locais, disponibilizando uma resposta integrada e multi-dimensional para a resolução dos problemas dos destinatários e das suas dificuldades específicas de acesso ao emprego.

Com a criação de PIF-I pretende-se que as entidades com responsabilidades no domínio da educação e formação e da inserção social e profissional estabeleçam uma nova

filosofia de trabalho em parceria, conjugando e complementando competências e domínios de intervenção, de forma a desenhar respostas individualizadas e integradas para cada beneficiário, assumindo, igualmente, um papel de mediação e animação dos beneficiários. Os principais resultados a atingir com este projeto são:

- Aperfeiçoamento do trabalho em parceria (relação entre serviços) e do conhecimento das competências e domínios de intervenção de cada entidade;
- Aumento da proximidade na relação dos beneficiários com as entidades;
- Aumento do sucesso das iniciativas de promoção de emprego e da empregabilidade;
- Diminuição dos tempos de desemprego;
- Capacitação dos públicos-alvo.

Ações a desenvolver

- Criação de equipas interdisciplinares e interinstitucionais de apoio individualizado aos desempregados e públicos desfavorecidos, facilitadoras do atendimento integrado.
- Formação e capacitação dos técnicos dos setores da educação, da formação e da inserção socio profissional.
- Criação de respostas integradas e individualizadas para os desempregados e públicos desfavorecidos, conjugando, p.ex.;
- Animação/coaching para a mudança de atitudes e comportamentos (aspetos afetivos e emocionais da motivação);
- Facilitação do acesso a informação relevante e mediação para a apropriação da informação como conhecimento útil;
- Orientação vocacional e profissional;
- Aquisição de competências básicas de leitura, escrita, cálculo, uso de TIC e domínio da língua portuguesa;
- Capacitação e promoção de competências pessoais e sociais;
- Qualificação escolar e profissional;
- Aquisição de competências não formais e funcionais, nomeadamente, por via de estágios;
- Acompanhamento dos trabalhadores e dos empregadores no local de trabalho.

Entidades a envolver nas Parcerias

Parceiros - Chave: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; Delegação Regional do Instituto de Emprego e Formação Profissional; Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços do Algarve; Instituto da Segurança Social-Centro Distrital de Faro; AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve; Entidade Regional de Turismo do Algarve e NERA - Associação Empresarial da Região do Algarve.

Parceiros a envolver em função de projetos/ações concretas:

- Direções Regionais ou equiparados e Outras entidades da Administração Central: Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Direção Regional de Economia Algarve; Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação; Instituto Português do Desporto e Juventude Algarve; Instituto de Reinserção Social Algarve; Autoridade para as Condições do Trabalho; Gabinetes de Inserção Profissional.
- Autarquias locais: Câmaras Municipais.
- Associações Empresariais: Associação de Turismo do Algarve; Associação de Comerciantes da Região do Algarve; Associação Interprofissional Desenvolvimento da Produção e Valorização da Alfarroba; Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve; Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve; Associação Nacional de Jovens Empresários; Confederação dos Empresários do Algarve; Associação para a Dinamização do Conhecimento e da Economia do Mar no Algarve; Associação Casas Brancas; Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão; Associação de Empresas de Construção, Obras Públicas e Serviços.
- Associações de Desenvolvimento Local: Agência de Desenvolvimento do Barlavento; Associação do Sotavento Algarvio; Associação Alcance; Associação Almargem; Associação In Loco; Associação Odiana; Associação Terras do Baixo Guadiana; e Associação Vicentina.

Percursos Integrados de Formação-Inserção

Entidades a envolver nas Parcerias (cont.)

- Instituições de ensino e formação profissional: Agrupamentos de escolas; Centro de Formação Profissional de Faro; Centro de Formação Profissional do Barlavento; Centro de Formação Profissional de Loulé; Centro de Formação Profissional do Setor Alimentar de Albufeira; Escola de Hotelaria e Turismo de Faro; Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar - Unidade Operacional de Olhão; e outras entidades de ensino e formação.
- Instituições de Ensino Superior: Universidade do Algarve, Instituto Superior Dom Afonso III, Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes; e Escola Superior de Saúde Jean Piaget – Algarve.
- Sindicatos: CGTP-IN Algarve e UGT - Algarve.
- Organizações da Economia Social.
- Entidades empregadoras (privadas e do terceiro setor).

Perfil de Beneficiários

Desempregados, Jovens, Pessoas com deficiências e/ou incapacidades e com capacidade de trabalho reduzida, Imigrantes, Públicos desfavorecidos.

Meios a mobilizar

- CRESCE Algarve 2020 [EP5.- PI 8.i., 8.iii/8.a e 8.v.; EP6.- PI 9.i e 9.iii; EP 7. – PI 10.i, 10.iii e 10.iv]
- Programas nacionais geridos pelo IEFP e pela Segurança Social.
- Programa Europeu para o Emprego e a Inovação Social.

Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo e da Criação do Próprio Emprego

Objetivos e resultados esperados

A criação de um Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo e da Criação do Próprio Emprego visa criar condições mais favoráveis que estimulem o empreendedorismo e a empregabilidade, através da implementação integrada e articulado de um conjunto de ações que estimulem e suportem o aparecimento e crescimento de novas iniciativas empresariais sustentáveis, incluindo as inseridas no domínio da economia social.

Este Programa tem como principais objetivos:

- Estimular o dinamismo e criatividade das pessoas e das empresas, nomeadamente, através da valorização do potencial económico dos recursos endógenos da Região;
- Criar uma rede regional de equipamentos e serviços de apoio às empresas e aos empreendedores.

Com este Programa, pretende-se colocar as diversas instituições regionais a trabalhar em conjunto de forma a que exista quer uma resposta articulada às necessidades específicas de cada potencial empreendedor, quer um apoio na fase inicial de arranque das iniciativas empresariais, a qual é crucial para o seu sucesso.

Simultaneamente, pretende-se criar uma rede de espaços infraestruturados, com as condições necessárias para a instalação de novas iniciativas empresariais. Desta forma este Programa deverá ser estruturado em torno de três vertentes:

- Estímulo ao surgimento de novas ideias e iniciativas;
- Apoio integrado ao longo das várias etapas do ciclo empreendedor (desde a ideia de negócio até à existência de uma empresa consolidada no mercado);
- Rede de espaços de acolhimento de iniciativas empreendedoras.

Ações a desenvolver

O Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo e da Criação do Próprio Emprego contempla um conjunto articulado de ações que incluem:

- Ações de estímulo ao surgimento de novas ideias e iniciativas:
 - Bancos de ideias;
 - Concursos de Ideias sobre empreendedorismo;
 - Organização de seminários, conferências, visitas de estudo e outras atividades similares, a nível nacional e internacional;
 - Intercâmbio internacional de informação sobre empreendedorismo;
 - Promoção e ações de informação e de formação sobre empreendedorismo;
 - Ações de informação e promoção do empreendedorismo nas escolas e centros de formação;
 - Conceção e implementação experimental de redes de empresas e de emprego apoiado de base territorial;
 - Apoio à Promoção do Artesanato e dos Ofícios Tradicionais;
 - Empreendedorismo social com vista à criação de emprego em start-ups sociais e ao empreendedorismo cooperativo.
- Ações de apoio integrado ao longo das várias etapas do ciclo empreendedor:
 - Análise da viabilidade e de oportunidades e riscos de ideias de negócio;
 - Elaboração de Plano de Negócios;
 - Facilitação do acesso ao financiamento, incluindo instrumentos de engenharia financeira (microcrédito; Business Angels Club; sociedades ou fundos de capital de risco vocacionados para o empreendedorismo; ...);
 - Apoio na formalização empresarial - logística e burocrática;
 - Promoção da criação de parcerias entre empreendedores e com empresas já existentes;
 - Apoio à certificação, entrada em novos mercados inovação e diversificação e produtos;
 - Criação de clínicas de gestão e banco de tempo voluntário para apoio ao empreendedorismo;
 - Realização de estágios no meio profissional, em Portugal e no estrangeiro;
 - Promoção e ações de informação e de formação específicas para empreendedores, p.ex., sobre elaboração de Plano de Negócios, gestão, marketing e acesso a financiamento.
- Rede de espaços de acolhimento de iniciativas empreendedoras:
 - Criação de um conjunto de serviços comuns e partilhados;
 - Projetos piloto de unidades de apoio à incubação de iniciativas empresariais de pequena escala de natureza inovadora e reabilitação da figura dos Centros de Apoio à Criação de Empresas (CACE) para incubação de ideias de negócio.

Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo e da Criação do Próprio Emprego

Entidades a envolver nas Parcerias

Parceiros - Chave: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; Delegação Regional do Instituto de Emprego e Formação Profissional; Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direção de Serviços do Algarve; Instituto da Segurança Social- Centro Distrital de Faro; AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve; Entidade Regional de Turismo do Algarve; e NERA - Associação Empresarial da Região do Algarve.

Parceiros a envolver em função de projetos/ações concretas:

- Direções Regionais ou equiparados e Outras entidades da Administração Central: Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Direção Regional de Economia Algarve; Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação; Instituto Português do Desporto e Juventude Algarve; Instituto de Reinserção Social Algarve; Autoridade para as Condições do Trabalho; Gabinetes de Inserção Profissional.
- Autarquias locais: Câmaras Municipais.
- Associações empresariais: Associação de Turismo do Algarve; Associação de Comerciantes da Região do Algarve; Associação Interprofissional Desenvolvimento da Produção e Valorização da Alfarroba; Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve; Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve; Associação Nacional de Jovens Empresários; Confederação dos Empresários do Algarve; Associação para a Dinamização do Conhecimento e da Economia do Mar no Algarve; Associação Casas Brancas; Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão; Associação de Empresas de Construção, Obras Públicas e Serviços.
- Associações de Desenvolvimento Local: Agência de Desenvolvimento do Barlavento; Associação do Sotavento Algarvio; Associação Alcance; Associação Almargem; Associação In Loco; Associação Odiana; Associação Terras do Baixo Guadiana; e Associação Vicentina.
- Entidades de Investigação e/ou Transferência de Tecnologia: Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia (CRIA); BIC – Business - Innovation Centre Algarve-Huelva; Euro Info Centre Algarve; Unidades de Investigação da Universidade do Algarve.
- Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras: CACE do Algarve (Loulé); Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia (CRIA).
- Instituições de ensino e formação profissional: Agrupamentos de escolas; Centro de Formação Profissional de Faro; Centro de Formação Profissional do Barlavento; Centro de Formação Profissional de Loulé; Centro de Formação Profissional do Setor Alimentar de Albufeira; Escola de Hotelaria e Turismo de Faro; Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar - Unidade Operacional de Olhão; e outras entidades de ensino e formação.
- Instituições de Ensino Superior: Universidade do Algarve, Instituto Superior Dom Afonso III, Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes; e Escola Superior de Saúde Jean Piaget – Algarve.
- Sindicatos: CGTP-IN Algarve; e UGT - Algarve.
- Organizações da Economia Social.
- Entidades empregadoras (privadas e do terceiro setor).

Perfil de Beneficiários

Potenciais empreendedores, em particular desempregados e jovens.

Meios a mobilizar

- CRESC Algarve 2020 [EP1. - PI 1.b.; EP 2. - PI 3.a. e 3.c.; EP5.- PI 8.i., 8.iii./8.a, 8.v.e 8b.; EP6. - PI 9.i., 9.b. e 9.vi/9.d; EP.8 - PI 11.ii
- Programa de Desenvolvimento Rural do Continente [Ação 3.1. Jovens agricultores; Medida LEADER- Pequenos investimentos agrícolas e na transformação e comercialização; e Diversificação de atividades Agrícolas].
- Instrumentos de engenharia financeira (microcrédito, *crowdfunding*,...).

Programa Integrado de Capacitação das Organizações da Economia Social e de Qualificação das Respostas Sociais

Objetivos e resultados esperados

A criação de Programa Integrado de Capacitação das entidades da economia social e de Qualificação das respostas sociais visa contribuir para a consolidação e qualificação da rede institucional de respostas sociais, numa lógica de criação de serviços de proximidade orientados para o beneficiário/utente, enquanto cliente, potenciando a passagem de uma abordagem assistencialista da intervenção social para um lógica de capacitação dos beneficiários.

Com este Programa pretende-se disponibilizar um conjunto de apoios que contribuam para “upgrade” das entidades da economia social, conjugando intervenções de capacitação, com ações de qualificação das infra-estruturas e equipamentos existentes, melhorando os níveis de cobertura das respostas sociais e promovendo a inclusão das crianças e jovens, das pessoas com deficiência, dos idosos e das famílias e dos grupos mais vulneráveis.

Ações a desenvolver

Ações a apoiar de capacitação das Organizações da Economia Social:

- Formação - Ação para Organizações da Economia Social.
 - Capacitação técnica e profissional de dirigentes, quadros, de recursos humanos e voluntários (Formação/Qualificação) em domínios específicos (p.ex., gestão de pessoal, certificação, gestão financeira, comunicação e marketing)
 - Ações de cooperação com os agentes e redes.
 - Workshops, seminários, ... de empreendedorismo social.
 - Promoção do voluntariado.
 - Ações de promoção da inovação social.
 - Implementação de Parcerias Académico-Institucionais para Estudo/Investigação da Economia Social.
 - Promoção de Novas Redes de Economia Social Geração Qualificação e dinamização da economia social.
 - Linha de crédito para Organizações da Economia Social.
 - Apoio à inserção de desempregados em Organizações da Economia Social.
 - Qualificação das respostas de apoio aos imigrantes através da contratação de mediadores socioculturais.
 - Qualificação de respostas sociais e capacitação de atores institucionais nos domínios da saúde e dos serviços sociais.
 - Formação e capacitação de técnicos e cuidadores para as problemáticas dos prematuros, da deficiência, das demências e do envelhecimento.
- Formação de técnicos das comissões de proteção de crianças e jovens; de técnicos de reabilitação (das pessoas com deficiência e incapacidade) e de outros profissionais dos serviços sociais e de saúde.
 - Formação dirigida a públicos considerados estratégicos: magistrados, forças de segurança, inspetores de trabalho, profissionais de saúde e professores, com o objetivo de qualificar estes profissionais que atuam nos domínios da igualdade de género e da violência doméstica, domínios muito específicos para os quais a formação em geral daqueles profissionais não se revela suficiente.
 - Cuidados Especializados (de prematuros; crianças e jovens; de adultos, deficiência e diagnóstico duplo).
 - Reorganização dos Cuidados Continuados e de Proximidade e criação de uma rede de cuidados especializados e de cuidadores de proximidade.
 - Ações de requalificação e criação de bancos de ajudas técnicas, integrantes de serviços de manutenção e transporte das mesmas.
 - Suporte ao doente em casa / na comunidade através do uso de tecnologias (Desenvolvimento de serviços hospitalares à distância - telemonitorização e acompanhamento do doente).
 - Qualificação do Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI) - As ações concretas visam a qualificação de técnicos e o reforço da rede de equipas locais de intervenção.

Programa Integrado de Capacitação das Organizações da Economia Social e de Qualificação das Respostas Sociais

Ações a desenvolver (cont.)

Ações de qualificação das infraestruturas e equipamentos existentes:

- Refuncionalização de Equipamentos Sociais, inativos ou com capacidade excedentária, para outras valências; p.ex., reconversão de escolas fechadas para centros de dia e de convívio.
- Modernização das Organizações da Economia Social, incidindo em dimensões como a adaptação de edifícios a requisitos legais, renovação de equipamentos, introdução de TIC, adoção de modelos de planeamento e gestão, ações de marketing institucional.
- Alargamento da rede de equipamentos e da capacidade das respostas sociais existentes para grupos específicos (p.ex., ao nível da deficiência, saúde mental, lar de idosos e apoio domiciliário, cuidados continuados e cuidados paliativos, sem abrigo, menores adolescentes em risco, mulheres vítimas de violência doméstica).
- Apoio a projetos de melhoramento e qualificação da rede de equipamentos e serviços de promoção do desenvolvimento social de modo a melhorar as respostas/serviços existentes adaptando-os às necessidades atuais ou criando respostas inovadoras.
- Apoio a sistemas de informação que promovam o funcionamento das instituições em rede e mais próximo dos cidadãos.

Entidades a envolver nas Parcerias

Parceiros – Chave: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; Delegação Regional do Instituto de Emprego e Formação Profissional; Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - Direção de Serviços do Algarve; Instituto da Segurança Social - Centro Distrital de Faro; e AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve.

Parceiros a envolver em função de projetos/ações concretas:

- Direções Regionais ou equiparados e Outras entidades da Administração Central: Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve; Instituto Português do Desporto e Juventude Algarve; Instituto de Reinserção Social Algarve; Administração Regional de Saúde do Algarve; Gabinetes de Inserção Profissional; e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Autarquias locais: Câmaras Municipais; responsáveis pela Rede Social – CLAS; e Plataforma Supraconcelhia da Rede Social do Algarve.
- Associações de Desenvolvimento Local: Agência de Desenvolvimento do Barlavento; Associação do Sotavento Algarvio; Associação Alcance; Associação Almargem; Associação In Loco; Associação Odiana; Associação Terras do Baixo Guadiana; e Associação Vicentina.
- Instituições de ensino e formação profissional: Agrupamentos de escolas; Centro de Formação Profissional de Faro; Centro de Formação Profissional do Barlavento; Centro de Formação Profissional de Loulé; Centro de Formação Profissional do Setor Alimentar de Albufeira; Escola de Hotelaria e Turismo de Faro; Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar - Unidade Operacional de Olhão; e outras entidades de ensino e formação.
- Instituições de Ensino Superior: Universidade do Algarve, Instituto Superior Dom Afonso III, Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes; e Escola Superior de Saúde Jean Piaget – Algarve.
- Organizações da Economia Social (p.ex., Cáritas Algarve; União das Misericórdias - Algarve, núcleo Algarve da REAP - Rede Anti-Pobreza; Banco Alimentar – Algarve).
- Entidades empregadoras (privadas e do terceiro setor).

Programa Integrado de Capacitação das Organizações da Economia Social e de Qualificação das Respostas Sociais

Perfil de Beneficiários

Organizações da Economia Social

Meios a mobilizar

- CRESC Algarve 2020 [EP5.- PI 8.i., 8.v., 8.b.; EP6. - PI 9.i., 9.iii., 9.iv., 9.a., 9.b. e 9.vi/9.d; EP7.- PI 10.a.; EP.8 – PI 11.ii.].
- Programas nacionais geridos pela Segurança Social.
- Programa Europeu para o Emprego e a Inovação Social.

A análise dos elementos-chave da relação com os instrumentos de financiamento é conduzida através dos projetos Estruturantes e Complementares, tendo por base a informação disponível referente ao Programa Operacional CRESC Algarve 2020, o qual se afigura como o principal instrumento de financiamento dos projetos definidos.

A Tabela seguinte sinaliza de forma matricial as relações estabelecidas entre os Projetos identificados e os Eixos Prioritários e respetivas Prioridades de Investimento contemplados no Programa Operacional Regional que se considera relevantes para a problemática da Inclusão Social e do Emprego.

Prioridades de Investimento	Pacto Territorial para a Empregabilidade	Pacto Territorial para a Inclusão Social	Percursos Integrados de Formação-Inserção	Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo e da Criação do Próprio Emprego	Programa Integrado de Capacitação Organizações da Economia Social
EP1. Promover a Investigação e Inovação regional					
1.b	XX			XX	
EP2. Apoiar a Internacionalização, a Competitividade empresarial e o Empreendedorismo qualificado					
3.a	XXX			XXX	
3.b	X				
3.c	X				
EP4. Reforçar a Competitividade do Território					
6.e	XX	X			
EP5. Investir no Emprego					
8.i	XXX	XXX	XX	XX	XXX
8.iii/8.a	XXX	XX	XX	XXX	
8.iv	X	XX			
8.v	XXX	XXX	XXX	XXX	XXX
8.b	XXX	XXX		XX	XX
EP. 6. Afirmar a Coesão social e territorial					
9.i	XX	XXX	XX	XX	XXX
9.iii		XXX	XX		XXX
9.iv		XXX			XXX
9.a					XXX
9.b	XXX	XXX		XX	XX
9.vi/9.d	XX	XX		XX	XX
EP.7. Reforçar as Competências					
10.i	XX	XXX	XXX		
10.iii	XXX	XXX	XXX		
10.iv	XXX	XXXX	XXX		
10.v	XX				XXX
EP8. Modernizar e Capacitar a Administração					
11.i	XXX	XXX			
11.ii	XXX	XXX			XXX

Tabela 25. Matriz de Coerência dos Projetos Estruturantes e Complementares com os Eixos Prioritários e Prioridades de Investimento do CRESC Algarve 2020

No que se refere ao domínio do Emprego existe um conjunto forte de Prioridades de Investimento com potencial para ser mobilizado, de certa forma transversal a todo o Programa, as quais atuam em vertentes complementares para a abordagem desta problemática, sendo disso exemplo:

- Inserção profissional de desempregados e inativos (PI 8.i.);
- Melhoria das qualificações da população (PI 8.v., 10.i, 10.iii e 10.iv);
- Modernização do tecido empresarial e atração de novos investimentos induzindo a manutenção e criação de emprego (EP2 e PI 1.b);
- Promoção do empreendedorismo e da criação de novas empresas (PI 1.b; 8.iii. e 8.a);
- Requalificação e dinamização das zonas urbanas (núcleos históricos, zonas ribeirinhas e periferias degradadas) potenciando a atração de novos investimentos económicos geradores de emprego (PI. 6.e);
- Dinamização das zonas de baixa densidade, nomeadamente através da valorização dos recursos do território e do seu aproveitamento económico, promovendo a criação de oportunidades de emprego (PI 8b, 9.vi/9.d);
- Capacitação dos atores locais para o trabalho em rede (PI 10.iv, 10.a, 11.i e 11.ii).

No domínio da Inclusão Social as várias Prioridades de Investimento previstas nos EP.5., 6., 7. e 8 concorrem de forma articulada para uma abordagem integrada desta problemática.

Não obstante a forma de apoio tradicional para este tipo de projetos ser o subsídio não reembolsável, considera-se que deverão ser mobilizados instrumentos de engenharia financeira, para apoio aos projetos de empreendedorismo e inovação social, p.ex., incluindo empréstimos mutualistas, microcrédito, “*business angels*”, “*crowdfunding*”. A utilização destes mecanismos de financiamento assume funções diversificadas:

- **Facilitação:** apoio a ideias inovadoras por parte de indivíduos ou mesmo trabalhadores de organizações sociais, através de microcrédito e/ou um sistema de bolsas/incentivos.
- **Apoio à experimentação:** Para aqueles projetos com avaliação positiva na fase anterior. Os apoios podem ser bolsas/créditos para apoio à implementação do modelo preconizado o que inclui estudo de viabilidade, desenho do modelo de negócio, experimentação durante um período de tempo e sua avaliação. Os projetos seriam avaliados no final do período de experimentação e aqueles que produzissem modelos de intervenção com melhores resultados que os existentes passariam a uma terceira fase. Os apoios seriam geridos por uma entidade regional responsável pela gestão de fundos para o empreendedorismo e constituiriam empréstimos a fundo perdido.
- **Apoio à implementação:** Para os projetos com avaliação positiva na fase de experimentação. Estes provaram ser inovadores e ter melhores resultados na resolução dos problemas do que as respostas existentes e merecem apoio que viabilize a sua sustentabilidade e a aquisição de escala. O financiamento deveria ser suscitado por mecanismos do tipo “*business angels*” e pela banca mutualista.

Nas Tabelas seguintes apresenta-se, de forma exemplificativa, como várias Prioridades de Investimento do Programa Operacional Regional 2014-2020 poderão ser mobilizadas para a operacionalização dos Projetos Estruturantes identificados na Estratégia para a Inclusão Social e o Emprego do Algarve.

Prioridades de investimento	Exemplos de Ações a apoiar
8.i Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos	Apoios à Contratação. Estágios. Medidas de Formação/Emprego. Prioridade aos apoios à contratação para empresas apoiadas no âmbito da PI 8.3. Incentivar as empresas apoiadas na PI 8.3. a receberem estagiários.
8.iii Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas/ 8.8. Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas	Criação do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego.
8.iv Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios	Implementação de medidas de conciliação das responsabilidades familiares e laborais.
8.v Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança.	Formação para empresários apoiados na 8.3. Ações coletivas de formação. Formações Modulares Certificadas.
8.b A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas	Componente empregabilidade das estratégias de valorização económica de recursos endógenos inserida no PTEA.
9.i Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	Percurso integrados de formação-inserção. Contratos Emprego Inserção e Contratos Emprego-Inserção+. Formação em Competências Básicas e outras Formações. Formações Modulares Certificadas e apoios específicos ao emprego para grupos vulneráveis. Apoio à qualificação e emprego de pessoas com deficiências ou incapacidade. Programas de aprendizagem da língua portuguesa. Apoios específicos ao emprego para pessoas vulneráveis (pessoas com deficiências ou incapacidades).
9.b A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	Componente empregabilidade das ações integradas de regeneração física social e económica inserida no PTEA.
10.i Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade	Apoio à gestão dos Pactos Territoriais para a Empregabilidade. Realização de diagnósticos prospetivos sobre necessidades de formação destinados a apoiar a definição de ofertas de formação inicial de natureza técnica e profissionalizante ou de formação contínua para ativos. Criação de um sistema de indicadores sobre o ensino/formação, o emprego e a empregabilidade. Conceção e implementação de um sistema de monitorização do PTEA.
11.ii Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local	Apoio técnico à coordenação dinamização, execução e acompanhamento do PTEA. Projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores Institucionais. Ações de capacitação, de monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de intervenções.

Tabela 26. Exemplos de ações a contemplar no Pacto Territorial para a Empregabilidade do Algarve, por Prioridade de Investimento

Prioridades de investimento	Exemplos de Ações a apoiar
8.i Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos	Integração de desempregados em Organizações da Economia Social. Apoios à Contratação. Estágios.
8.iii Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas/8.8. Desenvolvimento dos viveiros de empresas e do apoio ao investimento em atividade por conta própria, microempresas e criação de empresas	Apoio ao empreendedorismo social e a <i>start-ups</i> sociais.
8.iv Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios	Incentivos à natalidade e à empregabilidade parcial.
8.v Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança.	Ações de formação para entidades da economia social. Formações modulares certificadas.
8.b A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas	Articular as estratégias de valorização económica de recursos endógenos o PTISA.
9.i Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade	Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS). Consórcios Locais para intervenção social junto de crianças e jovens em territórios vulneráveis. Programa Escolhas. Formação e sensibilização para um voluntariado de continuidade. Projetos para a sustentabilidade, inovação e experimentação social.
9.iii Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades (FSE)	Projetos de promoção da igualdade de género, de combate às discriminações em função do sexo e da orientação sexual e aos estereótipos de género, à violência de género e doméstica. Formação dirigida a públicos considerados estratégicos.
9.iv Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral (FSE)	Modelos de apoio à vida independente. Apoio à Parentalidade Positiva. Dinamização, com carácter regular, da oferta de atividades sociais, culturais, educacionais e de convívio dirigida à população idosa. Sensibilizar crianças e jovens para a prática de estilos de vida saudável. Criação de um sistema de indicadores sobre a inclusão social; Implementação de um sistema de monitorização do PTISA.
9.a Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais ...	Apoio a projetos de melhoramento e qualificação da rede de equipamentos e serviços de promoção do desenvolvimento social de modo a melhorar as respostas /serviços existentes adaptando-os às necessidades atuais ou criando respostas inovadoras. Apoio a sistemas de informação que promovam o funcionamento das instituições em rede e mais próximo dos cidadãos. Intervenções “cirúrgicas” no ajustamento das redes.
9.b A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais	Articular as estratégias de valorização económica de recursos endógenos com o PTISA.
11.ii Criação de capacidades para os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, ...	Apoio técnico à coordenação dinamização, execução e acompanhamento do PTISA. Projetos inovadores e iniciativas piloto de boas práticas de redes de atores Institucionais. Ações de capacitação ao nível da monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de programas.

Tabela 27. Exemplos de ações a contemplar no Pacto Territorial para a Inclusão Social do Algarve, por Prioridade de Investimento

04

Governança e monitorização



O modelo de governação assume um papel crítico na implementação com sucesso de políticas públicas orientadas para a promoção da Inclusão Social e do Emprego, as quais deverão evoluir para um novo patamar de intervenção, assente numa abordagem integrada e concertada, que tenha em conta as especificidades e os contornos específicos da sua expressão territorial. A adoção de um novo paradigma, que promova as competências necessárias à mudança, mobilize recursos e incentivos e coordene e oriente os atores, requer mudanças importantes na conceção das estratégias de intervenção e na respetiva operacionalização.

A articulação das intervenções, quer em termos setoriais (p.ex., saúde, educação, deficiência, formação, apoio social, infância e idosos), quer territoriais com as prioridades das políticas públicas regionais e nacionais (p.ex., nas áreas da formação, emprego e inclusão social), afigura-se desejável para estabelecer as sinergias e complementaridades de atuação necessárias para gerar economias de agregação em torno de Iniciativas-âncora que permitam gerar efeitos multiplicadores e capacitar os atores e beneficiários. A articulação institucional e a cooperação são decisivas, designadamente, para rentabilizar recursos instalados e complementar intervenções.

Para concretizar a Estratégia Inclusão Social e do Emprego do Algarve será recomendável adotar um modelo de governação baseado nos seguintes princípios orientadores:

- **Consistência institucional**, com base num espaço de atuação territorializado de nível regional, a que caberia coordenar e articular a nível mais macro, complementando com níveis sub-regionais de dinamização das ações concertadas em áreas com potencialidades e problemas específicos.
- **Eficácia e profissionalização**, por via da mobilização coordenada dos recursos existentes no território, minimizando a criação de novas estruturas e da seletividade e articulação no uso dos recursos de financiamento e da monitorização sistemática das intervenções.
- **Flexibilidade**, que constitui uma componente crucial para o sucesso das intervenções, p.ex., recuperando as aprendizagens da Iniciativa EQUAL;
- **Proporcionalidade** entre os organismos da Administração Pública Central, Regional e Local e as Organizações da Economia Social e da sociedade civil;
- **Financiamento plurifundos**, assegurando a necessária articulação entre diferentes fontes de financiamento (nomeadamente, FEDER e FSE), em soluções coerentes com as necessidades e eixos estruturantes de intervenção.

4.2 *Parcerias e lideranças*

Na medida em que a Estratégia Inclusão Social e Emprego-Algarve 2020 integra um conjunto de Iniciativas-âncora cujo desenvolvimento é transversal e envolve um elevado número de organismos públicos da Administração Central e Local e de agentes económico-sociais a sua concretização bem-sucedida implica que se atribua especial atenção aos mecanismos de coordenação e gestão.

Neste sentido, considera-se que o Modelo e Governação definido para a Estratégia Inclusão Social e Emprego-Algarve 2020 deverá combinar de forma interativa:

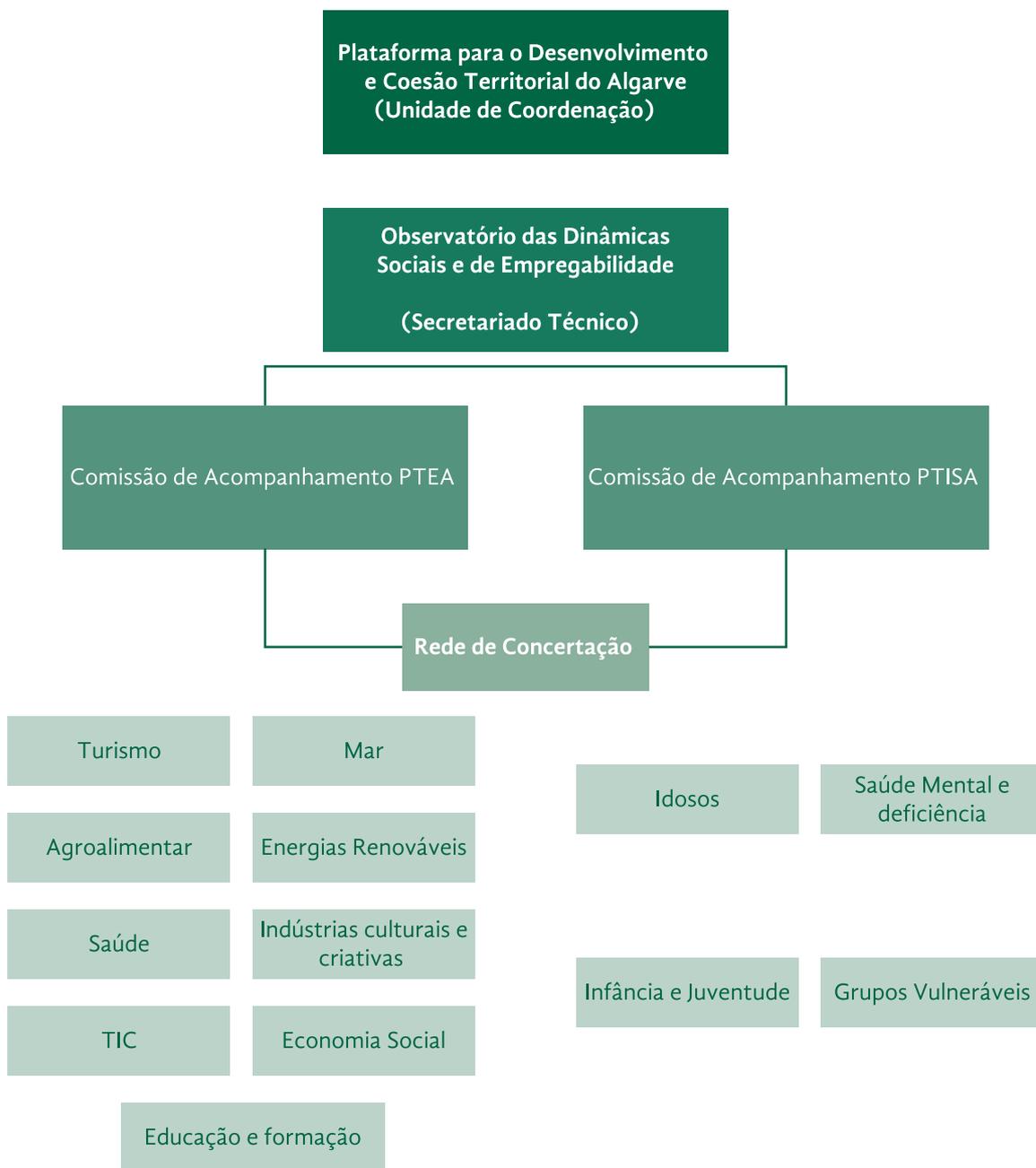
- **Vertente institucional** (Unidade de Coordenação/ Pilotagem), coordenada pela CCDR e composta por representantes das entidades com maiores responsabilidades e envolvimento na definição e articulação dos Projetos Estruturantes e Complementares e que, através da realização de reuniões regulares e de trabalho técnico de suporte, deve assegurar a conceção e dinamização das atividades a desenvolver, criando mecanismos de coordenação e permanente articulação entre os vários parceiros. De forma a não duplicar estruturas, considere-se que esta função poderá ser assumida pela Plataforma de Concertação Regional dos Fundos Comunitários no Algarve, prevista no CRESC Algarve 2020, a qual pretende constituir-se como um fórum de concertação e consensualização operacional da Região, promovendo as articulações e sinergias necessárias entre os projetos e ações a apoiar pelos FEEI e mobilizando os atores regionais para os desafios do desenvolvimento, da inovação, do emprego e da inclusão, da competitividade e da sustentabilidade.
- **Vertente temática**, através da criação de duas Comissões de Acompanhamento (Inclusão Social e Emprego), que serão responsáveis pela coordenação executiva e articulação do trabalho desenvolvido no âmbito das redes temáticas de concertação.
- **Vertente técnica** de suporte orientada para a preparação, dinamização e monitorização das atividades a executar e acompanhamento das dinâmicas de realização da Estratégia, materializada na criação de um Observatório das Dinâmicas Sociais e de Empregabilidade.



Órgão	Composição	Atribuições
Plataforma para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Algarve (Unidade de Coordenação)	<ul style="list-style-type: none"> • CCDR/AG CRESC 2020 Algarve (Coordenação) • Comunidade Intermunicipal do Algarve Delegação • Regional do IEFP • Centro Regional de Segurança Social • Universidade do Algarve • Associações Empresariais do Algarve • Associações de Desenvolvimento Local do Algarve • Associações Sindicais do Algarve • Direção Regional da Agricultura e Pescas do Algarve 	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar, operacionalizar, gerir e dinamizar a implementação da Estratégia; • Desenvolver e regulamentar a concretização das Iniciativas-âncora, incluindo a elaboração de Planos de Ação; • Participar na definição de respostas assertivas que resolvam os reais problema da Região; • Programação global dos Meios de financiamento; • Debater, preparar e propor novas ações a inscrever nas Iniciativas-âncora.
Observatório das Dinâmicas Sociais e de Empregabilidade (Secretariado técnico)	<p>Corpo técnico</p> <ul style="list-style-type: none"> • (composto por técnicos da CCDR, do IEFP, da AMAL, e da DGESTE e da Segurança Social) 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover as ações de carácter geral, sem responsável atribuído; • Organização de Bases de Dados de apoio à Unidade de Coordenação; • Estabelecer a programação financeira plurianual; • Monitorização das Iniciativas-âncora; • Contatos e intercâmbios com outras entidades nacionais.
Comissão de Acompanhamento do Pacto Territorial para a Empregabilidade do Algarve	<ul style="list-style-type: none"> • IEFP (Coordenação executiva) • Direções Regionais ou equiparados e Outras entidades da Administração Central: DGestE, Centro Distrital da Segurança Social, DREconomia Algarve; ERTA; IAPMEI; ACT; GIP • AMAL • Câmaras Municipais • Associações Empresariais • Associações de Desenvolvimento Local • Universidade e entidades de investigação • Instituições de ensino e formação profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o sistema de monitorização da Estratégia; • Promover a constituição de Redes Territoriais de concertação temática; • Dinamizar a execução dos Planos de Ação que vierem a ser definidos; • Disponibilizar e promover o acesso à informação; • Propor o desenvolvimento de projetos e de ações que contribuam para dinamizar o emprego e promover a inclusão social; • Implementar projetos e iniciativas enquadradas na Estratégia; • Dinamizar o envolvimento dos “stakeholders” e intervenientes (em sentido lato) na Estratégia.
Comissão de Acompanhamento do Pacto Territorial para a Inclusão Social do Algarve	<ul style="list-style-type: none"> • Centro Distrital da Segurança Social (Coordenação executiva) • AMAL • Câmaras Municipais • Associações de Desenvolvimento Local • Direções Regionais ou equiparados e Outras entidades da Administração Central (IEFP, DGestE; GIP, ACIDI, IPDJ Algarve e SEF) • Instituições de ensino e formação profissional • Organizações da Economia Social. 	

Tabela 28. Estrutura de Governação da Estratégia

O Organograma seguinte apresenta a estruturação do Modelo de Governação proposto.



Em termos operacionais, as temáticas propostas para as Redes de Concertação podem constituir uma base de trabalho para desencadear um processo técnico e institucional que deve compreender as seguintes Etapas/atividades:

- Sensibilização e mobilização do conjunto de entidades interessadas e que constituem eventuais parceiros a mobilizar;
- Realização de reunião de trabalho, sob convocatória e dinamização da CCDR, para refletir em torno do racional de intervenção e de ideias de ações, iniciativas e projetos, devendo evoluir para a constituição de Grupos de Trabalho responsáveis pela elaboração de Planos de Ação numa ótica de operacionalização dos Pactos.
- Elaboração de Planos de Ação setoriais/temáticos, incluindo a preparação de Fichas de Operação, em registo de programação e fundamentação técnicas das ações/projetos a realizar, compreendendo elemento-tipo como:
 - **1. Enquadramento das ações a desenvolver**
 - Entidade(s) promotora(s)
 - Justificação e Objetivos
 - Entidades parceiras
 - Recursos a envolver
 - Resultados-tipo a atingir
 - Prioridades de concretização de ações
 - **2. Descrição das ações**
 - Âmbito de intervenção e Objetivos
 - Localização
 - Ações complementares
 - Período de realização
 - **3. Resultados e efeitos**
 - Efeitos e resultados esperados
 - Indicadores e metas a atingir
 - **4. Programação financeira previsional e fontes de financiamento**
 - Investimento total
 - Previsão do financiamento total, por fonte
 - Previsão de despesas de funcionamento e manutenção em ano cruzeiro.



A preocupação de assegurar eficácia à implementação da Estratégia em termos institucionais e de concretização de objetivos, deve andar a par da melhoria dos níveis de gestão e acompanhamento dos resultados e efeitos das políticas de Inclusão Social e Emprego. Estas preocupações devem ser materializadas dotando a Estratégia de instrumentos de monitorização que acompanhem as condições de mobilização/utilização/gestão equilibrada dos recursos de financiamento, um equilíbrio mediado pela relação estabelecida entre objetivos e resultados atingidos. A atuação esperada para os diversos parceiros, configura um dos fatores dinâmicos de desenvolvimento de gestão e execução da Estratégia e dos seus Programas, pressupondo a monitorização da execução dos projetos.

Neste contexto a existência de um dispositivo de acompanhamento e avaliação deve contribuir para:

- produção de informações sistematizadas sobre a Estratégia e sobre cada um dos projetos, permitindo uma melhor identificação aspetos inovadores e de outros menos bem conseguidos, assim como explicações quanto aos sucessos e aos insucessos das diferentes atividades;
- melhoria dos processos de aprendizagem e aperfeiçoamento dos processos de tomada de decisão, de definição de prioridades e de rentabilização de recursos;
- melhoria do autoconhecimento dos parceiros e das suas intervenções, nomeadamente, o seu funcionamento, projetos e programas em curso, identificando os níveis de cumprimento dos seus objetivos, a forma de utilização dos recursos e as suas potencialidades de desenvolvimento;
- desenvolvimento, junto dos parceiros, de competências no domínio da avaliação, incluindo a reflexão crítica sobre os processos e resultados dos projetos.

A monitorização e avaliação assume desta forma três tipos de utilidade:

- utilidade estratégica: no âmbito da qual a avaliação funciona como um instrumento de aprendizagem, como uma prática que contribui para melhorar o conhecimento estratégico e desta forma tomar decisões de forma mais coerente e fundamentada;
- utilidade instrumental: em que a avaliação é encarada como instrumento de melhoria da execução e da gestão dos projetos, permitindo introduzir ajustamentos ou correções ainda no decurso dos mesmos;
- utilidade substantiva: em que, a partir dos resultados da avaliação, podem ser identificados novos projetos a desenvolver ou novas áreas de intervenções.

A monitorização deverá estruturar capacidades que assegurem a combinação de elementos de acompanhamento (sistema de informação, visitas a projetos, entrevistas a responsáveis e técnicos, etc.), que veiculem conhecimento empírico sobre a evolução da execução dos projetos, com o andamento das diversas tipologias de intervenção dos Programas, bem como com os resultados de eventuais processos de avaliação, a desencadear oportunamente (com objetivos específicos ou de natureza temática). Nessa perspetiva, o processo de monitorização e avaliação sistemática das políticas públicas com incidência nos domínios da inclusão social e do emprego, deve ter presente os seguintes dispositivos de observação:

- Bateria de Indicadores e respetivo Sistema de Informação;
- Monitorização interna regular (semestral/anual);
- Avaliação contínua externa (inclui a realização de estudos temáticos setoriais).

Em termos operacionais, a monitorização assenta na articulação técnica dos seguintes procedimentos (dotados de sistematicidade e regularidade):

- organização de dispositivos de informação, que apoiem o acompanhamento das intervenções mediante a recolha e o tratamento de indicadores físicos e financeiros necessários à gestão e avaliação dos objetivos operacionais e metas definidos;
- retroação de elementos analíticos referentes à evolução do contexto económico e social da Estratégia e aos resultados e efeitos associados à utilização de recursos de financiamento;
- elaboração de documentos/notas/pareceres que evidenciem os fatores de risco e as condições de sucesso (boas práticas) associadas ao desenvolvimento efetivo das Medidas/Ações enquadradas pela Estratégia Inclusão Social e Emprego – Algarve 2020.

Nas componentes fundamentais de monitorização salientam-se:

- A articulação ativa entre vertentes quantitativas na esfera das dinâmicas do desempenho financeiro e físico, as quais remetem para o contato com os dispositivos de gestão/sistemas de informação/indicadores assegurados pela Unidade de Coordenação e Observatório das Dinâmicas Sociais e de Empregabilidade, mas também, para os registos de informação de gestão das Entidades parceiras intervenientes na implementação da Estratégia;
- A articulação com apreciações fundamentadas sobre eventuais desvios face aos objetivos e propostas de reorientação em matéria de prioridades, orientações específicas de atuação, ajustamentos de parcerias, etc.;
- A operacionalização de instrumentos com utilidade para apoiar a Unidade de Coordenação/ Gestão na tomada de decisão nas diversas frentes de trabalho (gestão e acompanhamento) e de relação institucional.

O acompanhamento institucional das intervenções suportadas pelas políticas públicas com incidência nos domínios da Inclusão Social e do Emprego deverá ser assegurado pelo Observatório das Dinâmicas Sociais e de Empregabilidade, ancorado num Sistema de Informação e Monitorização que é alimentado por uma bateria de indicadores de realização e resultado (e respetivas metas) e de impacto, com a alocação de recursos técnicos organizados num Secretariado Técnico que além de prestar assistência técnica aos órgãos de gestão da Estratégia, também procede à recolha e processamento sistemático da informação e à elaboração regular de Relatórios de Progresso.





ALGARVE 21
PROGRAMA OPERACIONAL

QR
QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL



UNIÃO EUROPEIA
FEDER